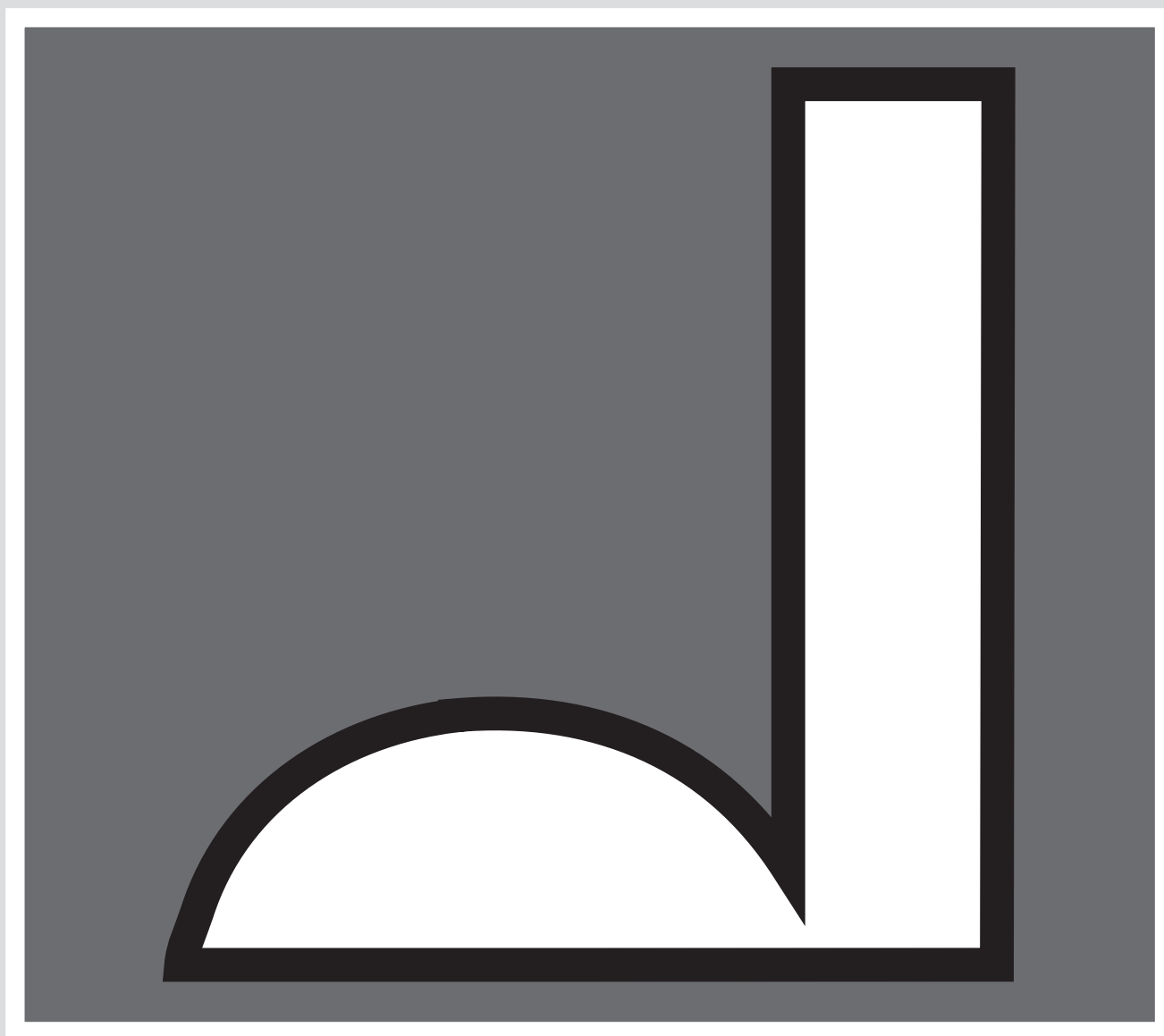




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 133 - SEXTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA-DF**

---

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>	
<p><b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT-AC</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL-PB</p> <p><b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p><b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p><b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b>  <b>1ª</b> - Serys Slhessarenko – PT-MT  <b>2º</b> - Papaléo Paes – PSDB-AP  <b>3º</b> - Alvaro Dias – PSDB-PR  <b>4º</b> - Aelton Freitas – PL-MG</p>

<b>LIDERANÇAS</b>		
<p><b>MAIORIA (PMDB) – 20</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 20</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p><b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Ideli Salvatti – PT</b></p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p><b>LÍDER DO PT – 11</b> <b>Ideli Salvatti</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p><b>LÍDER DO PL – 3</b> <b>João Ribeiro</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 2</b> <b>Antônio Carlos Valadares</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Alvaro Dias – PSDB</b></p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 16</b> <b>José Agripino</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 16</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> <b>Osmar Dias</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PRB– 2</b> <b>Marcelo Crivella</b></p>	<p><b>LÍDER DO PTB – 5</b> <b>Mozarildo Cavalcanti</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> <b>Heloísa Helena</b></p>	<p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> <b>Aloizio Mercadante – PT</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

<b>EXPEDIENTE</b>	
<p><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)**

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2006**

**Autoriza a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até US\$ 430,000,000.00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares norte-americanos), para que a referida Empresa contrate operação de crédito com a Eletrobrás, mediante contrato de repasse de recursos.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) autorizada a elevar, temporariamente e em caráter excepcional, o seu limite de endividamento, para a contratação de operação de crédito no valor de até US\$ 430,000,000.00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares norte-americanos), com as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, mediante contrato de repasse de recursos.

Parágrafo único. Os recursos decorrentes da operação de crédito referida no caput destinam-se ao financiamento da Fase C do Projeto Candiota.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º será realizada com as seguintes características e condições:

I – valor pretendido: até US\$ 430,000,000.00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares norte-americanos), mediante repasse de recursos de operação de crédito externo a ser contratada pela Eletrobrás;

II – condições financeiras: as constantes do Contrato de Empréstimo proposto pelo Banco de Desenvolvimento da China, como teto ao financiamento autorizado, conforme Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-estrutura de Construção firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China;

III – Organizadoras do empréstimo: Banco de Desenvolvimento da China-CDB e BNP Paribas.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 125ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE AGOSTO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Ofícios

Nº 290/2006, de 2 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, comunicando a cessão de vagas ao PRB, nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Educação, como titulares; e na Comissão de Assuntos Sociais, como suplente. .. 25981

Nº 297/2006, de 1º do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 25982

Nº 113/2006, de 3 do corrente, da Vice-Liderança do PCdoB, na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 305, de 2006..... 25982

Nº 1/2006, de 3 do corrente, da Liderança do PRB no Senado Federal, de indicação de membro para compor as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Direito Humanos e Legislação Participativa, de Educação e de Assuntos Sociais. Designação do Senador Roberto Cavalcanti, como titular e suplente, para compor as referidas Comissões. .... 25982

#### 1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal..... 25982

Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que institui o dia 18 de agosto como o “Dia Nacional do Campo Limpo”..... 25985

Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2006, de autoria do Senador Sibá Machado e outros Senadores, que altera e acresce dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil, e dá outras providências. .... 25986

### 1.2.3 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Nº 7, de 2006-CN, que inclui programações no Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, que estima a receita e fixa a despesa da União, para o exercício financeiro de 2006, e dá outras providências. (Mensagem nº 78, de 2006-CN – nº 647/2006, na origem). *Estabelecimento do calendário para tramitação do projeto.* ..... 25987

Nº 8, de 2006-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 349.826.000,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e vinte e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 79, de 2006-CN – nº 648/2006, na origem). *Estabelecimento do calendário para tramitação do projeto.*..... 25989

Nº 9, de 2006-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 476.825.930,00 (quatrocentos e setenta e seis milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 80, de 2006-CN – nº 649/2006, na origem). *Estabelecimento do calendário para tramitação do projeto.* ..... 25990

Nº 10, de 2006, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 6.561.055.555,00 (seis bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, cinqüenta e cinco mil, quinhentos e cinqüenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 81, de 2006-CN – nº 650/2006, na origem). *Estabelecimento do calendário para tramitação do projeto.* ..... 25996

#### 1.2.4 – Pareceres

Nº 1.019, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2005 (nº 1.360/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portu-

gal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina. .... 26002

Nº 1.020, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2006 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina. .... 26005

Nº 1.021, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2006 (nº 1.751/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina. .... 25008

Nº 1.022, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2006 (nº 2.115/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCO-AMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará. .... 26011

Nº 1.023, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2006 (nº 2.028/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina. .... 26015

Nº 1.024, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2004 (nº 3.201/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijuca FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijuca, Estado de Santa Catarina. .... 25018

Nº 1.025, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2006 (nº 2.089/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas. .... 25022

Nº 1.026, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2006 (nº 2.045/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – FUENIO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais. .... 25025

Nº 1.027, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2006 (nº 2.157/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio

FM Bahia Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia. .... 26029

Nº 1.028, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2006 (nº 2.032/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais. .... 26033

### 1.2.5 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 140, de 2005 e 64, 157, 333 e 334, de 2006, cujos pareceres foram lido anteriormente, sejam apreciadas pelo Plenário, tendo em vista o Ofício nº 93, de 2006, da Comissão de Educação. .... 26036

Abertura de prazo de cinco de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 476, de 2004, 308, 335, 339 e 343, de 2006, cujos pareceres foram lido anteriormente, sejam apreciadas pelo Plenário, tendo em vista o Ofício nº 102, de 2006, da Comissão de Educação. .... 26037

### 1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 900, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. .... 26037

### 1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro do artigo intitulado “*Teses e truques*”, da economista e jornalista Miriam Leitão, publicado no jornal **O Globo**, edição de 11 de julho último, em defesa da política de quotas, como forma de inclusão social. Comentário sobre decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a respeito da constitucionalidade das políticas de quotas. .... 26038

SENADOR MARCO MACIEL – Apelo em favor da urgência na votação da proposta de emenda à Constituição que modifica a tramitação das Medidas Provisórias. .... 26042

SENADORA IDELI SALVATTI – Parabeniza a equipe do “Tempo Real”, pela eficiência na divulgação do lançamento ontem, no Senado Federal, do filme Zuzu Angel. Referências ao pronunciamento do Senador Jorge Bornhausen sobre a possível censura havida no programa “Voz do Brasil”. .... 26046

SENADOR JORGE BORNHAUSEN – Manifestação com relação ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. .... 26046

SENADOR ROMEU TUMA – Elogios à apreensão de bens dos criminosos do PCC para indenizar familiares das vítimas em São Paulo. Considerações sobre o conflito entre Israel e Líbano.

Solicitando apoio do governo federal no processo de retirada de brasileiros do Líbano. ....	26047	2006, Relatora: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006. <b>Não se realiza a Ordem do Dia.</b> .....	26084
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Questionamentos à Mesa e repúdio com relação à postura sobre o uso da palavra. Manifestação com relação às palavras do Senador Jorge Bornhausen. Citação sobre dados da Vale do Rio Doce. ....	26053	<b>Item 3 (Dependendo de votação do Requerimento nº 897, de 2006, de urgência)</b>	
SENADOR TASSO JEREISSATI – Considerações sobre a inaceitabilidade da censura. ....	26055	Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências. <b>Não se realiza a Ordem do Dia.</b> .....	26085
SENADOR GEOVANI BORGES – Manifestação de satisfação ao assomar pela primeira vez à Tribuna do Senado Federal, como suplente convocado do Senador Gilvam Borges, pelo Estado do Amapá. ....	26061	<b>Item 4</b>	
SENADOR JORGE BORNHAUSEN, como Líder – Cumprimentos ao Senador Alvaro Dias pela maneira correta e regimental com que está dirigindo os trabalhos da presente sessão. Afirmção sobre o posicionamento do PFL, contrário à instalação de uma assembléia constituinte. ....	26066	Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). <b>Não se realiza a Ordem do Dia.</b> .....	26085
SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre a corrupção no atual governo e os níveis de descon sideração do povo com o Congresso Nacional. ....	26072	<b>Item 5</b>	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Considerações sobre a temerária proposta do presidente Lula, de criar uma assembléia constituinte para, paralelamente às atividades do Congresso, implantar uma reforma política. ....	26077	Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições). <b>Não se realiza a Ordem do Dia.</b> .....	26085
SENADORA IDELI SALVATTI – Rebate críticas da oposição a respeito da intenção do Presidente Lula, de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, exclusiva para fazer reforma política. ....	26079	<b>Item 6</b>	
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. Questionamento sobre proposta do presidente Lula, de convocar uma assembléia nacional constituinte exclusiva para votar reforma política. ....	26082	Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social). <b>Não se realiza a Ordem do Dia.</b> .....	26085
1.3 – ORDEM DO DIA		<b>Item 7</b>	
<b>Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 896, de 2006 – art. 336, inciso II)</b>		Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. <b>Não se realiza a Ordem do Dia.</b> .....	26085
Projeto de Resolução nº 49, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.005, de 2006, Relator: Senador Romeu Tuma), que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros. <b>Não se realiza a Ordem do Dia.</b> .....	26084	<b>Item 8</b>	
<b>Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)</b>		Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. <b>Não se realiza a Ordem do Dia.</b> .....	26085
Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.003, de		<b>1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia</b>	
		SENADOR TIÃO VIANA – Homenagem ao Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia, no Estado do Rio de Janeiro. ....	26085
		SENADOR SIBÁ MACHADO – Tributo à atuação do Banco da Amazônia. ....	25087



SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Alerta que relatório elaborado pela missão europeia veterinária que visitou o Brasil não aprovou produtos brasileiros fitosanitários exportados para a Europa..... 26088

### 1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro da entrevista concedida pela Sra. Alicia Frohmann, Diretora do PROCHILE, à **Revista da Câmara Oficial Espanhola de Comércio**, do Chile, edição de julho de 2006. Registro da entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, à jornalista Marcela Alam, do diário chileno “**La Tercera**”, edição de 27 de julho último. Registro do editorial intitulado “**Agências asfixiadas**”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 7 de julho último..... 26093

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre o editorial intitulado “**Lamentação de fachada**”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 30 de junho último. .... 26101

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro do artigo intitulado “**O PT patina**”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 31 de julho último. .... 26102

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “**Os companheiros sanguessugas?**”, publicado na revista **Época**, edição de 24 de julho último. .... 26103

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “**Livres com a ajuda do governo**”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 18 de julho último. .... 26106

SENADOR LUIZ PONTES – Registro da matéria intitulada “**Tem índio na Suíça?**”, publicada na revista **Veja**, edição de 2 do corrente. .... 26107

SENADOR PAPALÉO PAES – Comentários sobre a matéria intitulada “**O MLST luta pelo comunismo**”, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 12 de junho último. Registro do artigo intitulado “**A carne-seca não é tanta**”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 12 de junho último. .... 26108

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro do artigo intitulado “**Uma política claramente ineficaz**”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 7 de julho último. .... 26111

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentários sobre a matéria intitulada “**Na ida a Passo Fundo, clima de insatisfação**”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 17 de julho último. .... 26112

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do artigo intitulado “**Golpe final da agricultura**”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 31 de julho último. .... 26113

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários sobre o “**Calendário Esportivo Brasileiro**”, publicação do Ministério dos Esportes, editada com o patrocínio da Caixa Econômica Federal..... 26114

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Comentários sobre a ratificação dos termos do acordo celebrado entre o Governo de Rondônia e o Ministério do Meio Ambiente, reduzindo para 50% a reserva legal de propriedades rurais, para fins de recomposição das áreas com deflorestamento superior ao previsto no Código Florestal..... 26115

SENADOR PEDRO SIMON – Apelo ao governo federal para que estabeleça condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de pesquisas espaciais no Estado do Rio Grande do Sul..... 26116

### 1.4 – ENCERRAMENTO

### 2 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 184 e 185, de 2006. .... 26118

### 3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.498, de 2006 (Republicação). .... 26119

Nºs 1.556 a 1.584, de 2006. .... 26119

## SENADO FEDERAL

### 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

#### 5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

#### 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

### 11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

## CONGRESSO NACIONAL

### 12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

### 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

### 14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

### 15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

# Ata da 125ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de Agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, João Batista Motta e Sibá Machado*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### Senado Federal

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/8/2006 07:33:41 até 3/8/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X						
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	X						
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X						

**Compareceram: 45 Senadores**



**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 45 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

É lido o seguinte:

**OF. GLPMDB nº 290/2006**

Brasília, 02 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o **PMDB** cede ao **PRB** as seguintes vagas nas comissões abaixo relacionadas:

**TITULAR**

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	1 vaga
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	1 vaga
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	1 vaga
Comissão de Educação - CE	1 vaga

**SUPLENTE**

Comissão de Assuntos Sociais - CAS	1 vaga
------------------------------------	--------

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

  
Senador Ney Suassuna  
Líder do PMDB

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 297/2006

Brasília, 1º de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges (PMDB/AP), como membro titular, em substituição ao Senador Gilvam Borges (PMDB/AP), na Comissão Misto de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. Nº 113/06

Brasília, 3 de agosto de 2006

Assunto: Indicação de membro de Comissão Mista.

Senhor Presidente,

Conforme entendimento mantido com o Líder do PT, Deputado Henrique Fontana, indico, nos termos regimentais, a Deputada Alice Portugal – PCdoB/BA, para integrar como membro titular a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 305 de 2006, que dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002, da carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 9.650 de 27 de maio de 1998, da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, e dá outras providências, em substituição ao Deputado Henrique Fontana.

Respeitosamente, – Deputado **Jamil Murad**, Vice-Líder do PCdoB.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 1/2006-GSMC

Brasília, 3 de agosto de 2006

A Sua Excelência o Senhor

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, valho-me do presente instrumento para comunicar a Vossa Excelência que, por cessão do PMDB, indico o Senador Roberto Cavalcanti para ocupar as seguintes vagas nas comissões abaixo relacionadas:

**• Titular**

- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
- Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
- Comissão de Educação

**• Suplente**

- Comissão de Assuntos Sociais

Sendo o que há para o momento, despeço-me

Cordialmente, – Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência designa o Sr. Senador Roberto Cavalcanti membro das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Educação e de Assuntos Sociais, nos termos do Ofício nº 1/2006-GSMC, desta data, do Líder do PRB.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 235, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

**Define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Com fundamento no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a partir de 1º de janeiro de 2007, a União entregará aos Estados e ao Distrito Federal, em parcelas mensais e iguais, o montante equivalente às respectivas perdas anuais de arrecadação decorrentes da desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados, estabelecidas pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

§ 1º O montante previsto neste artigo será calculado em função da carga tributária efetiva, resultante do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, verificada em 31 de julho de 1996, considerando como efetiva a carga tributária autorizada nessa data a cada Estado ou ao Distrito Federal, por convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975.

§ 2º Para efeito do disposto no **caput**, o montante a ser entregue mensalmente será o equivalente a um doze avos da perda de arrecadação efetiva apurada nos doze meses que antecederem ao mês de julho do ano anterior ao que corresponder a entrega.

§ 3º Do montante de recursos que cabe a cada Estado ou ao Distrito Federal, vinte e cinco por cento será entregue aos seus Municípios segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição Federal.

§ 4º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, até o exercício subsequente ao que o imposto a que se refere o art. 155, II, da Constituição Federal, tenha tido o produto de sua arrecadação, em proporção superior a oitenta por cento, destinado ao Estado ou ao Distrito Federal onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços, por três períodos consecutivos considerados estes nos termos do § 2º.

§ 5º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos de instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.

§ 6º Na hipótese de não ocorrer a entrega de recursos nos termos deste artigo até o dia 10 do mês subsequente ao que corresponder a respectiva parcela, calculada nos termos do § 2º, os Estados e o Distrito Federal poderão abater o valor desta, do pagamento mensal de suas dívidas para com a União, consolidadas nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

Segundo a Divisão de Estudos Econômico-Tributários da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, o ICM e o seu sucedâneo ICMS sofreram, em dois momentos, redução na sua base de cálculo original.

O primeiro momento ocorreu por ocasião da edição do Decreto-lei nº 406, em 1968, que desonerou as exportações de produtos industrializados. A perda de receita decorrente dessa medida pôde ser inicialmente compensada pelo crescimento econômico que

caracterizou o “milagre brasileiro”. Mas, devido à sua curta duração, os Estados, também prejudicados pela redução da alíquota interna do ICM, buscaram no endividamento os recursos necessários para cobrir os compromissos assumidos. O resultado dessa operação ainda hoje limita e engessa as administrações estaduais, cujas dívidas tiveram um impulso gigantesco com a edição do Plano Real que opera com taxas de juros extremamente elevadas para obter o equilíbrio na Balança de Pagamentos.

A desoneração das exportações de produtos industrializados foi constitucionalizada em 1988. Nessa oportunidade os Estados, finalmente, após duas décadas de reclamos, obtiveram uma compensação, tardia, por essas perdas. Trata-se do Fundo de Ressarcimento às exportações, constituído por 10% da receita do IPI. Os valores originalmente recebidos como compensação pela desoneração do ICMS na exportação de produtos industrializados estão hoje, em termos reais, reduzidos à metade.

A Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir – representou uma nova redução da base do ICMS, agora relativa às exportações de produtos semi-elaborados e primários. Os Estados aceitaram essa ação em prol do Plano Real com a condição de que houvesse a compensação, por parte da União, condutora da política econômica, da perda de receita decorrente dessa nova redução de base.

As dificuldades de obter um nível adequado de compensação se fizeram sentir desde o início. Mas se agravaram no tempo, sendo que, atualmente, os valores destinados à compensação alcançam apenas a metade do valor originalmente recebido pelos Estados.

A desoneração prevista na Lei Kandir igualmente foi constitucionalizada, fato que ocorreu com a Emenda Constitucional nº 42/2003. A compensação prevista pelo artigo 91 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição ainda carece de regulamentação. Mas o governo federal está dando sinais claros de se elidir desse compromisso. Por essa razão, os valores relativos à compensação dos efeitos na receita da “Lei Kandir” resultam de negociações anuais, sendo que a quantia prevista para os últimos anos para todo o país estacionou nos R\$ 5,2 bilhões, quando as perdas estimadas alcançam R\$ 18 bilhões anuais.

A Lei Kandir também é a Lei Complementar básica do ICMS, repetida em todas as legislações estaduais, retirando força à expressão da existência de “27 legislações do ICMS”. E ela trouxe a concepção de créditos, principalmente os relacionados às exportações, terem liquidez imediata, permitindo seu aproveitamento irrestrito e a transferência incondicional dos excedentes.

Essas duas situações, o direito de uso irrestrito dos créditos e a compensação insuficiente das perdas de receita, levaram ao agravamento das finanças estaduais, já envoltas no turbilhão do endividamento.

A tabela com as perdas e compensações abaixo, envolvendo todo o segmento externo, permite aferir o grau de comprometimento das finanças estaduais do RS nos últimos três anos:

Tabela: Potencial de receita, total de ressarcimentos e perda de receita de ICMS, relativos às exportações nas finanças do Estado do Rio Grande do Sul – 2003 a 2005.

Anos	Receita potencial de ICMS sobre exportações (aliquota de 13%)	Total ressarcimentos: FPEX, Lei Kandir e Auxílio financeiro às exportações	Perda de receita
2003	3.161.844.731,00	718.743.911,00	2.443.100.819,00
2004	3.763.969.071,00	719.361.190,00	3.044.607.880,00
2005	3.292.420.857,00	801.866.042,00	2.490.554.816,00

Fonte: Divisão de Estudos Econômico-Tributários da Receita Estadual do RS.

A perda de receita nos fluxos de exportações representa o volume de recursos que está sendo drenado para os agentes do comércio exterior, seja ele em favor dos exportadores ou dos adquirentes externos. A distribuição desses recursos entre exportadores e adquirentes depende da elasticidade-preço da oferta e da demanda. Mas a perda, com certeza, desemboca nas finanças estaduais.

No que concerne ao valor dos créditos absorvidos pelo Estado do RS em relação às exportações cabe informar que, além do aproveitamento e da transferência de todos os créditos relativos a operações entre os estabelecimentos da mesma empresa, cuja mensuração não é possível pela não diferenciação dos créditos nos informes oficiais, são autorizadas transferências de créditos entre empresas em tomo de R\$ 900 milhões por ano.

Considerando que a arrecadação total do ICMS se situa em R\$10 bilhões anuais e contrapondo os valores relativos às perdas de receitas nos fluxos externos (em tomo de R\$2,5 bilhões) e de créditos transferidos (R\$900 milhões), obtêm-se uma idéia da magnitude que representa, em termos financeiros, a equação montada pelas desonerações das exportações e seu sistema de compensações insuficientes, num contexto de aproveitamento liberalizado de créditos definido pela lei básica do ICMS, a Lei Kandir, e sob a condição financeira de cumprir o acordo de amortização da dívida para com a União.

Por fim, ressalte-se que o ressarcimento das perdas pela desoneração do ICMS nas exportações

de produtos primários e semi-elaborados findará, de acordo com o § 4º do art. 1º do PLC, na hipótese de advir uma Reforma Tributária que direcione o ICMS para o princípio do destino.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

#### Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, **a**.

§ 1º Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição.

§ 2º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o



produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.

§ 3º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o **caput**, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.

§ 4º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42,  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

**Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 87,  
DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

**Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 24,  
DE 7 DE JANEIRO DE 1975

**Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.**

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

**Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.**

DECRETO-LEI Nº 406,  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 1968

**Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências.**

*(À Comissão de Assuntos Econômicos.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2006**

**Institui o dia 18 de agosto como o “Dia Nacional do Campo Limpo”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 18 de agosto como o “Dia Nacional do Campo Limpo”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), foi criado após a aprovação da Lei nº 9.974, de 6 de junho de 2000, que dispõe, entre outras coisas, do recolhimento e destinação final das embalagens dos produtos fitossanitários, para gerir o sistema de destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos.

O trabalho do Inpev, que é uma entidade sem fins lucrativos, tem sido de suma importância no apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades legais. Alcançando, dessa forma, a disseminação de educação e consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana, bem como suporte ao desenvolvimento tecnológico de embalagens de fitossanitários.

O cumprimento de sua função social e o apoio a princípios de desenvolvimento sustentável têm demonstrado a eficiência do Instituto no alcance de sua missão institucional, que tanto favorece a conservação do meio ambiente do País.

É nesse contexto que entendo que o Congresso Nacional pode contribuir de modo significativo com a causa tão nobre gerida pelo Inpev, ao, de modo representativo, criar um dia de consciência, debate e educação ambiental para desenvolver ações afirmativas para ampliar a conservação do meio ambiente.

Em face do exposto, espero contar o valioso apoio dos nobres parlamentares para instituição do “Dia Nacional do Campo Limpo”, a ser comemorado em 18 de agosto de cada ano, que já é tradicional data de atividades sócio-educacionais do Inpev.

Sala das Sessões, – Senador **Jonas Pinheiro**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 9.974, DE 6 DE JUNHO DE 2000

**Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização a propaganda comercial a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.**

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2006**

**Altera e acresce dispositivos à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 927 e 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 927. ....

V – o cumprimento da função social, nas hipóteses em que envolvam conflito coletivo pela posse da terra rural.” (NR)

“Art. 928. ....

§ 1º Nas hipóteses de conflito coletivo pela posse da terra rural e urbana a decisão liminar será precedida de manifestação do Ministério Público e oitiva dos órgãos fundiários federal e estadual correlatos.

§ 2º Na hipótese tratada no parágrafo anterior, a execução do mandado de reintegração de posse obedecerá ao disposto em regulamentação do Poder Executivo, a ser estabelecida no prazo de trinta dias, contados da vigência do presente dispositivo.

§ 3º Antes de conceder a liminar, o juiz deverá fazer-se presente na área do conflito coletivo pela posse da terra rural e urbana, nos termos do parágrafo único do art. 126 da Constituição Federal, acompanhado do representante do Ministério Público.

.....” (NR)

Art. 2º O parágrafo único do art. 928 passa a ser reordenado como 4º

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A presente proposta objetiva adequar o procedimento possessório, previsto no artigo 920 e seguintes, do Código de Processo Civil, à garantia dada pela Constituição Federal de 1988 ao direito de propriedade imobiliária, direito este claramente condicionado ao atendimento de sua função social (art. 5º, XXII e XXIII). Com as alterações propostas, busca-se, em termos práticos, a vinculação da garantia possessória à demonstração do efetivo cumprimento da função social da propriedade rural e urbana.

O processamento das reintegrações de posse, inalterado desde a edição original do Código de Processo Civil, em 1973, não determinava ao juiz o comparecimento aos Locais dos conflitos fundiários, permitindo que muitas vezes as decisões se dessem por meio de mera análise documental, assim como não exigia a vista pelo Ministério Público.

Por outro lado, as repetidas denúncias de despejos noturnos e abusos das autoridades policiais, com agressões e até mortes, requerem medidas para regularizar a execução dos mandados de reintegração de posse, de modo a prevenir atos de violência contra os direitos humanos.

Com a aprovação deste Projeto de Lei, o Congresso Nacional estará dando a sua contribuição para agilizar a tão desejada paz no campo.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2006. – **Sibá Machado – Eduardo Suplicy – Ana Júlia Carepa.**

**LEGISLAÇÃO CITADA****CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

**Institui o Código de Processo Civil.**

Art. 927. Incumbe ao autor provar:

I – a sua posse;

II – a turbação ou o esbulho praticado pelo réu;



III – a data da turbção ou do esbulho;

IV – a continuao da posse, embora turbada, na ao de manuteno; a perda da posse, na ao de reintegrao.

Art. 928. Estando a petio inicial devidamente instruda, o juiz deferir, sem ouvir o ru, a expedio do mandado liminar de manuteno ou de reintegrao; no caso contrrio, determinar que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o ru para comparecer a audincia que for designada.

Pargrafo nico. Contra as pessoas jurdicas de direito pblico no ser deferida a manuteno ou a reintegrao liminar sem prvia audincia dos respectivos representantes judiciais.

(À Comissão de Constituio, Justia e Cidadania, em deciso terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os Projetos que acabam de ser lidos sero publicados e remetidos s comisses competentes.

Sobre a mesa, projeto que ser lido pelo Sr. 1º Secretrio em exerccio, Senador Flexa Ribeiro.

É lido o seguinte:

## PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2006-CN

### MENSAGEM Nº 78, DE 2006-CN

(nº 647/2006, na origem)

**Inclui programaes no Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, que estima a receita e fixa a despesa da Unio para o exerccio financeiro de 2006, e d outras providncias.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, fica acrescido das programaes constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º O Anexo VII referido no art. 1º fica automaticamente alterado em decorrncia de abertura de crditos adicionais.

Pargrafo nico. A alterao de que trata o **caput** no poder implicar aumento do montante previsto no art. 3º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicao.

Braslia,

## ANEXO

### PROGRAMAO DO PROJETO-PILOTO DE INVESTIMENTOS

#### LDO 2006, Art. 3º

#### CLASSIFICAO INSTITUCIONAL, FUNCIONAL E ESTRUTURA PROGRAMATICA

39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

#### Adequao

26.782.0230.12ER.0032	ADEQUAO DE CONTORNO RODOVIÁRIO - NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - NA BR-101 - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
26.782.0236.1J59.0031	CONSTRUAO DE TRECHO RODOVIÁRIO - GUARANTÁ DO NORTE - DIVISA MT/PA - NA BR-163 NO ESTADO DO MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
26.782.0236.1J87.0101	CONSTRUAO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTR. BR-230 (RURÓPOLIS) - TAUARI - NA BR-163 NO ESTADO DO PARÁ - NO ESTADO DO PARÁ (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
26.782.0236.1J88.0101	CONSTRUAO DE PONTES - TRECHO DIVISA MT/PA - SANTARÉM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARÁ - NO ESTADO DO PARÁ (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
26.782.0236.1J89.0101	CONSTRUAO DE PONTES - TRECHO ENTR. BR-163/PA - MIRITUBA - NA BR-230 - NO ESTADO DO PARÁ - NO ESTADO DO PARÁ (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

**MENSAGEM Nº 647**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “inclui programações no Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006, e dá outras providências”.

Brasília, 31 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 144/2006 – MP

Brasília, 31 de julho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor inclusão de programações no Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, Lei Orçamentária Anual de 2006 – LOA-2006 – e dá outras providências, relativas ao Projeto-Piloto de Investimentos – PPI, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 – LDO-2006 – classificadas como despesas primárias que não impactam o resultado primário.

2. Tal medida tem por objetivo incluir, na sistemática de tratamento diferenciado existente para o PPI, programações que visam à construção de trechos e pontes em precárias condições de uso nas BR’s 163, nos Estados de Mato Grosso e do Pará, e 230, no Estado do Pará, e adequação de contorno rodoviário no Município de Vitória na BR-101 no Estado do Espírito Santo, rodovias que representam importantes corredores de transportes para o fluxo de cargas e passageiros, interligando importantes centros urbanos do País e outros eixos rodoviários e ferroviários exportadores.

3. O tratamento diferenciado desses projetos deve-se à sua característica de constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo superiores ao aumento do endividamento deles decorrente.

4. Ressalta-se que as programações, para as quais se sugere a inclusão no Anexo VII, referem-se a iniciativas que possuem efeito multiplicador na economia e permitem taxas de retorno amplamente positivas para o País, sendo assim consideradas como adequadas aos parâmetros exigidos para a inclusão no âmbito do PPI.

5. É importante ressaltar, ainda, que a inclusão dessas programações não implicará aumento do montante passível de redução da meta de resultado primário, de que trata o art. 3º da LDO-2006, uma vez que parte das programações constantes do citado Anexo VII não será integralmente executada em 2006. Dessa forma, busca-se racionalizar a alocação desses investimentos, bem como evitar que fiquem ociosos recursos previstos para essa finalidade.

6. Adicionalmente, o presente Projeto prevê que o referido Anexo será automaticamente alterado em decorrência da abertura de créditos adicionais, condicionado à observância do montante previsto no art. 3º da Lei nº 11.178, de 2005.

7. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que “inclui programações no Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006, e dá outras providências”.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 11.306, DE 16 MAIO DE 2006

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.**

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.**

Art. 3º O superávit a que se refere o art. 2º será reduzido em até R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para o atendimento da programação constante de anexo específico do projeto e da lei orçamentária de 2006, observado o disposto no art. 11, incisos VII, VIII e IX, desta Lei.

Parágrafo único. O valor de que trata o **caput** deste artigo será ampliado até o montante dos restos a pagar inscritos no exercício de 2005 relativos a despesas cujo identificador de resultado primário seja “3 – despesas primárias que não impactam o resultado primário”.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 3/08/2006

Até 8/08 publicação e distribuição de avulsos;

Até 22/08 prazo para realização de audiências públicas;

Até 27/8 prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a Comissão;

Até 30/08 prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar;

Até 5/9 prazo para votação do parecer preliminar com emendas pela Comissão;

Até 20/9 prazo para apresentação de emendas perante a Comissão;

Até 25/9 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

Até 16/10 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela subcomissão;

Até 5/11 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final;

Até 10/11 prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

Até 15/11 prazo para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo.

O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

São lidos os seguintes:

## PROJETO DE LEI Nº 8, DE 2006–CN

### MENSAGEM Nº 79, DE 2006–CN

(nº 648/2006, na origem)

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$349.826.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$349.826.000,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e vinte e seis mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO  
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESNDF	GRPD	MOPD	IMOD	FTUE	VALOR	
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS								349.826.000	
OPERACOES ESPECIAIS									
28 846	0909 0265	INDENIZACOES E RESTITUICOES RELATIVAS AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA - PROAGRO (DECRETO Nº 175, DE 1991)						349.826.000	
28 846	0909 0265 0001	INDENIZACOES E RESTITUICOES RELATIVAS AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA - PROAGRO (DECRETO Nº 175, DE 1991) - NACIONAL						349.826.000	
			F	3	1	90	0	100	349.826.000
TOTAL - FISCAL								349.826.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								349.826.000	

ORÇAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESNDF	GRPD	MOPD	IMOD	FTUE	VALOR	
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA								349.826.000	
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA						349.826.000	
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL						349.826.000	
			F	9	0	99	0	100	349.826.000
TOTAL - FISCAL								349.826.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								349.826.000	

**MENSAGEM Nº 648**

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
 Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$349.826.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 31 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

EM nº 137/2006-MP

Brasília 27 de julho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) no valor de R\$ 349.826.000,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e vinte e seis mil reais), em favor de Encargos Financeiros da União.

2. A suplementação visa atender despesas com indenizações no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, decorrentes das comunicações de perdas referentes à safra agrícola 2005/2006, tendo em vista que o aumento significativo das adesões ao programa, nessa safra, contribuiu para o acréscimo dessas despesas. Cabe observar que os recursos disponibilizados para esse programa poderão viabilizar o atendimento de até duzentos mil agricultores.

3. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 – LDO–2006), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas foram consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2006, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 586, de 20 de julho de 2006, conforme demonstrado a seguir:

R\$ Mil

ITEM (1)	DOTAÇÃO ATUAL (2) (a)	AValiação TERCEIRO BIMESTRE (b)	MARGEM PARA CRÉDITO (c) = (b) - (a)	MOVIMENTAÇÃO LIQUIDADO CRÉDITO
Indenizações - PROAGRO	337.000	687.000	350.000	349.826

(1) Compatível com o item 4, Análise das Despesas Obrigatórias, da avaliação do terceiro bimestre.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

4. Ressalta-se que o crédito em questão decorre de solicitação do Ministério da Fazenda e será viabiliza-

do mediante projeto de lei, à conta de anulação parcial de dotação orçamentária, estando em conformidade com o disposto no ai. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**

*LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.**

*(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)*

**PROJETO DE LEI Nº 9, DE 2006-CN**

**MENSAGEM Nº 80, DE 2006-CN**

(nº 649/2006, na origem)

**Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$476.825.930,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$476.825.930,00 (quatrocentos e setenta e seis milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta reais), para atender às programações constantes do anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL									130.000.000
		ATIVIDADES							
04 122	0776 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							130.000.000
04 122	0776 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL							130.000.000
			F	1	1	90	0	300	130.000.000
TOTAL - FISCAL									130.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.000.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
UNIDADE : 30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

## ANEXO

CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									50.000.000
		ATIVIDADES							
06 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							50.000.000
06 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							50.000.000
TOTAL - FISCAL									50.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000.000

**ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL**  
**UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**A.NEXO**

CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0088 INDENIZACOES E PENSOES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIAO									100.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 274	0088 0536	PAGAMENTO DE BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL							100.000.000
09 274	0088 0536 0001	PAGAMENTO DE BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL - NACIONAL							100.000.000
			S	1	1	90	0	353	100.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.000.000
TOTAL - GERAL									100.000.000



FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO</b>									<b>1.179.546</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
09 272	0089 0396	<b>PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES</b>							<b>1.179.546</b>
09 272	0089 0396 0001	<b>PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL</b>							<b>1.179.546</b>
			S	1	1	90	0	300	<b>1.179.546</b>
<b>0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA</b>									<b>4.145.770</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
03 062	0581 4261	<b>DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS</b>							<b>4.145.770</b>
03 062	0581 4261 0101	<b>DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS - EM BRASILIA - DF</b>							<b>4.145.770</b>
			F	1	1	90	0	300	<b>4.145.770</b>
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>4.145.770</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>1.179.546</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>5.325.316</b>

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE  
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									106.083.964
		ATIVIDADES							
10 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							106.083.964
10 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	S	1	1	90	0	351	106.083.964
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									106.083.964
TOTAL - GERAL									106.083.964

**MENSAGEM Nº 649**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$476.825.930,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 31 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 140/2006-MP

Brasília, 28 de julho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) no valor global de R\$476.825.930,00 (quatrocentos e setenta e seis milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta reais), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União.

2. O crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotações orçamentárias destinadas ao atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais, de acordo com a seguinte distribuição:

R\$ 1,00		
Órgão	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Fazenda	210.000.000	476.825.930
Ministério da Justiça	50.000.000	
Ministério da Previdência Social	100.000.000	
Ministério Público da União	10.741.966	
Ministério da Saúde	106.083.964	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005		
<b>Total</b>	<b>476.825.930</b>	<b>476.825.930</b>

3. Os recursos necessários ao atendimento da proposição são oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas às prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e do art. 66, inciso I, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, LDO-2006.

4. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005

(Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 – LDO-2006), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que foram consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2006, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 586, de 20 de julho de 2006, conforme a seguir demonstrado:

**DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO**  
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

	R\$ 1,00
<b>Fonte 53 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social do Servidor Público-COFINS</b>	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	2.288.034.000
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	216.964.480
Créditos Suplementares e Especiais (D)	1.545.985.001
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	1.545.985.001
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0
<b>Saldo F = (A-B-C-D-E)</b>	<b>525.084.519</b>

(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006 (1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.

ITEM (1)	DOTAÇÃO ATUAL (2) (a)	AVALIÇÃO DO 3º BIMESTRE (3) (b)	MARGEM PARA CRÉDITO (4) (c) = (b) - (a)	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CRÉDITO (d)
PESSOAL	105.355,0	107.602,1	2.247,1	476,8

(1) Compatível com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre de 2006.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

(3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária, por competência.

(4) Foi encaminhado Projeto de Lei de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.770,3 milhões.

5. Finalmente, cabe salientar que se encontra em anexo a demonstração do superávit financeiro utilizado parcialmente no presente crédito, discriminado por fonte de recursos, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO-2006.

6. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

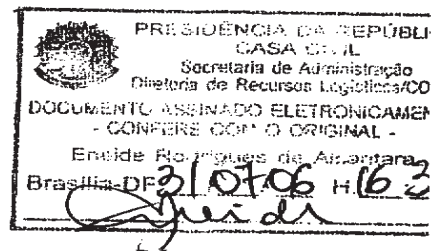
Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

**DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO**  
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

	<b>R\$ 1,00</b>
<b>Fonte 00 Recursos Ordinários</b>	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	40.121.260.000
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (B)	311.916.706
Créditos Extraordinários abertos (C)	1.633.708.512
Créditos Suplementares e Especiais (D)	35.314.283.964
- Abertos	35.003.973.349
- Em tramitação (1)	310.310.615
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	401.839.821
<b>Saldo F = (A-B-C-D-E)</b>	<b>2.459.510.997</b>
(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006 (1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.	

**DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO**  
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

	<b>R\$ 1,00</b>
<b>Fonte 51 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas</b>	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	2.212.915.000
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	28.100.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	106.083.964
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0
<b>Saldo F = (A-B-C-D-E)</b>	<b>2.078.731.036</b>
(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006 (1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.	



**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

**Estima a receita e fixa a despesa da  
União para o exercício financeiro de 2006.**

*(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos  
Públicos e Fiscalização.)*

**PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2006-CN**

**MENSAGEM Nº 81, DE 2006-CN**  
(Nº 650, na origem)

**Abre ao Orçamento da Seguridade So-  
cial da União, em favor dos Ministérios da**

**Previdência Social, do Trabalho e Emprego  
e do Desenvolvimento Social e Combate à  
Fome, crédito suplementar no valor glo-  
bal de R\$6.561.055.555,00, para reforço de  
dotações constantes da Lei Orçamentária  
vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$6.561.055.555,00 (seis bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Brasília.

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA									4.550.647.335
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 271	0083 001O	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA RURAL							1.448.646.577
09 271	0083 001O 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA RURAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	353	1.448.646.577
			S	3	1	90	0	354	609.295.335
									839.351.242
09 271	0083 001P	PAGAMENTO DE AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO-DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO-RECLUSAO - AREA RURAL							105.763.762
09 271	0083 001P 0001	PAGAMENTO DE AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO-DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO-RECLUSAO - AREA RURAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	105.763.762
			S	3	1	90	0	354	105.763.762
09 271	0083 001Q	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA RURAL							655.275.954
09 271	0083 001Q 0001	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA RURAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	655.275.954
			S	3	1	90	0	354	655.275.954
09 271	0083 001R	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL							347.105.147
09 271	0083 001R 0001	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	347.105.147
			S	3	1	90	0	354	347.105.147
09 271	0083 0132	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA URBANA							375.579.392
09 271	0083 0132 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA URBANA - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	375.579.392
			S	3	1	90	0	354	375.579.392
09 271	0083 0134	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA URBANA							905.215.500
09 271	0083 0134 0001	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA URBANA - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	905.215.500
			S	3	1	90	0	354	905.215.500
09 271	0083 0136	PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO RECLUSAO - AREA URBANA							648.948.870
09 271	0083 0136 0001	PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO RECLUSAO - AREA URBANA - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	648.948.870
			S	3	1	90	0	354	648.948.870
09 271	0083 0141	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA URBANA							64.112.133
09 271	0083 0141 0001	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA URBANA - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	64.112.133
			S	3	1	90	0	354	64.112.133
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.550.647.335
TOTAL - GERAL									4.550.647.335

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0099 INTEGRACAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA</b>									<b>1.102.087.487</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
11 331	0099 0217	BOLSA DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO							1.898.580
11 331	0099 0217 0001	BOLSA DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO - NACIONAL							1.898.580
			S	3	1	90	0	340	1.898.580
11 331	0099 0581	PAGAMENTO DO BENEFICIO ABONO SALARIAL							200.336.193
11 331	0099 0581 0001	PAGAMENTO DO BENEFICIO ABONO SALARIAL - NACIONAL							200.336.193
			S	3	1	90	0	340	200.336.193
11 331	0099 0583	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO							899.437.864
11 331	0099 0583 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL							899.437.864
			S	3	1	90	0	140	474.653.329
			S	3	1	90	0	340	424.784.535
11 331	0099 0653	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR DOMESTICO							414.850
11 331	0099 0653 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR DOMESTICO - NACIONAL							414.850
			S	3	1	90	0	340	414.850
<b>0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS</b>									<b>92.804.024</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
11 331	0104 0585	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL							92.804.024
11 331	0104 0585 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL - NACIONAL							92.804.024
		PESCADOR BENEFICIADO (UNIDADE) 78516	S	3	1	90	0	340	92.804.024
<b>0107 ERRADICACAO DO TRABALHO ESCRAVO</b>									<b>1.408.489</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
11 331	0107 0686	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDICAO ANALOGA A DE ESCRAVO							1.408.489
11 331	0107 0686 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDICAO ANALOGA A DE ESCRAVO - NACIONAL							1.408.489
			S	3	1	90	0	340	1.408.489
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>1.196.300.000</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>1.196.300.000</b>



FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	ITE	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									474.653.329
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							474.653.329
99 999	0999 0998 0213	RESERVA DE CONTINGENCIA - RESERVA DE CONTINGENCIA PARA GARANTIR O REAJUSTE DOS BENEFICIOS DA SEGURIDADE SOCIAL DECORRENTE DO AUMENTO REA							474.653.329
			S	3	1	90	0	140	474.653.329
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									474.653.329
TOTAL - GERAL									474.653.329

**MENSAGEM Nº 650**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$6.561.055.555,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 31 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 141/2006–MP

Brasília, 28 julho de 2006

00001.007610/2006–28

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) no valor global de R\$6.561.055.555,00 (seis bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, cinqüenta e cinco mil, quinhentos e cinqüenta e cinco reais), em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daqueles Órgãos às suas reais necessidades de execução, de acordo com a seguinte demonstração:

Discriminação	R\$ 1,00	
	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Previdência Social	4.550.647.335	
Ministério do Trabalho e Emprego	1.196.300.000	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	814.108.220	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005		6.086.402.226
Anulação parcial da Reserva de Contingência para garantir o reajuste dos benefícios da Seguridade Social decorrente do aumento real do Salário Mínimo		474.653.329
<b>Total</b>	<b>6.561.055.555</b>	<b>6.561.055.555</b>

3. O crédito proposto para o Ministério da Previdência Social garantirá o pagamento de despesas com benefícios previdenciários, em razão do aumento do valor médio dos benefícios ter sido superior ao previsto na elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2006, principalmente em decorrência do reajuste do salário mínimo, a partir de abril de 2006.

4. A suplementação para o Ministério do Trabalho e Emprego permitirá a realização de despesas com o pagamento dos benefícios relativos ao seguro-desemprego, nas suas diversas modalidades, e abono salarial, até o final do ano, em razão do aumento do salário mínimo e do número de beneficiários em relação ao previsto na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2006.

5. Os recursos adicionais para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome possibilitarão o pagamento dos benefícios relativos à renda mensal vitalícia e à prestação continuada a idosos e a pessoas portadoras de deficiência, de acordo com os arts. 20 e 40 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social; em decorrência do aumento do valor dos benefícios e do número de beneficiários acima do estimado quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2006.

6. O presente crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005 e de anulação parcial de dotação orçamentária, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e do art. 66, inciso I, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, LDO–2006.

7. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 2005, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se referem à suplementação de despesas obrigatórias consideradas no cálculo de referido resultado, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre de 2006, encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 586, de 20 de julho de 2006, de acordo com o detalhamento a seguir:

Itens (1)	R\$ Milhões			
	Dotação Atual (2)	Avaliação do 3º bimestre (3)	Margem para Crédito	Movimentação Líquida do Crédito
	(a)	(b)	(c) = (b) - (a)	(d)
Benefícios da Previdência (4)	159.791,4	164.364,6	4.573,2	4.550,6
LOAS	10.830,2	11.644,3	814,1	814,1
Abono e Seguro Desemprego (5)	11.927,0	14.554,5	2.627,5	1.196,3

(1) Compatível com o detalhamento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre de 2006.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

(3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária, por competência.

(4) Da margem para crédito, foram utilizados R\$ 22,6 milhões em Decreto.

(5) Da margem para crédito, foram utilizados R\$ 1.431,2 milhões em Decreto.

8. Em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 2005, demonstra-se em quadros anexos o superávit financeiro do exercício de 2005, por fonte de recursos, utilizado parcialmente no presente crédito.

9. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, **Paulo Bernardo Silva.**

### DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

R\$ 1,00

#### Fonte 54: Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral da Previdência Social

Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	3.941.352.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	0
Créditos Suplementares e Especiais (D)	3.941.352.000
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	3.941.352.000
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0
<b>Saldo F = (A-B-C-D-E)</b>	<b>0</b>

(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.

R\$ 1,00

#### Fonte 53: COFINS

Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	2.288.034.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	216.964.480
Créditos Suplementares e Especiais (D)	1.545.985.001
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	1.545.985.001
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0
<b>Saldo F = (A-B-C-D-E)</b>	<b>525.084.519</b>

(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.

R\$ 1,00

#### Fonte 40: Contribuições para os Programas PIS/PASEP

Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	1.433.445.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	0
Créditos Suplementares e Especiais (D)	721.646.671
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	721.646.671
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0
<b>Saldo F = (A-B-C-D-E)</b>	<b>711.798.329</b>

(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.**

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os Projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos Projetos de Lei nºs 8, 9 e 10, de 2006-CN.

Leitura: 3/08/2006

Até 8/08 publicação e distribuição de avulsos;

Até 16/08 prazo final para apresentação de emendas;

Até 21/08 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 31/08 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

São lidos os seguintes:

**PARECER Nº 1.019, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 140/2005 (nº 1.360, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.**

Relator: Senador **Leonel Pavan****I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 140, de 2005 (nº 1.360, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congres-

so Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 140, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

**III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 140, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela

aprovação do ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 140/05 NA REUNIÃO DE 11/07/06.  
OS SENHORES SENADORES:**

<b>PRESIDENTE:</b>	
<i>(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO <i>Jonas Pinheiro</i>
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE <i>Crísto. Buarque</i>
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
RELATOR.	10- JOÃO BATISTA MOTTA
(VAGO)	
<b>PMDB</b>	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 340 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP					VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MAO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 20 SIM: 13 NÃO: 7 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 05

SALA DAS REUNIÕES, EM 13/08/2006



SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação



*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

.....  
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....  
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....  
CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

.....  
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64. § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....  
**PARECER Nº 1.020, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2006 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.**

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

Relator **ad hoc**: Senador **Leonel Pavan**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 64, de 2006 (nº 138, de 2003, na Câmara dos

Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 64, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da

Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 64, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 064/06 NA REUNIÃO DE 11/07/06.  
OS SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE:</b> <i>(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA
<b>PMDB</b>	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
RELATOR:	6- MAGNO MALTA
ROBERTO SATURNINO	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
MOZARILDO CAVALCANTI	8- JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 064/06.

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES	X				GABRIEL ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP					VAGO				
IRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 19 SIM: 10 NÃO: ~ ABS: ~ AUTOR: ~ PRESIDENTE: 03.

SALA DAS REUNIÕES, EM 11 / 07 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**PARECER Nº 1.021, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2006 (nº 1.751/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.**

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

Relator *ad hoc*: Senador **Lonel Pavan**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 157, de 2006 (nº 1.751, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 157, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 157, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 157/06 NA REUNIÃO DE 31/07/06.  
OS SENHORES SENADORES:**

**PRESIDENTE:**

*(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

JORGE BORNHAUSEN

JOSÉ JORGE

MARIA DO CARMO ALVES

EDISON LOBÃO

MARCELO CRIVELLA

MARCOS GUERRA

JUVÊNCIO DA FONSECA

LEONEL PAVAN

(VAGO)

1- ROSEANA SARNEY

2- JONAS PINHEIRO

3- CÉSAR BORGES

4- CRISTOVAM BUARQUE

5- MARCO MACIEL

6- ROMEU TUMA

7- EDUARDO AZEREDO

8- SÉRGIO GUERRA

9- LÚCIA VÂNIA

10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

ÍRIS DE ARAÚJO

SÉRGIO CABRAL

JOSÉ MARANHÃO

NEY SUASSUNA

GILBERTO MESTRINHO

1- AMIR LANDO

2- GARIBALDI ALVES FILHO

3- (VAGO)

4- GERALDO MESQUITA

5- MÃO SANTA

6- LUIZ OTÁVIO

7- ROMERO JUCÁ

8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS

PAULO PAIM

FÁTIMA CLEIDE

FLÁVIO ARNS

IDELI SALVATTI

RELATOR:

ROBERTO SATURNINO

MOZARILDO CAVALCANTI

SÉRGIO ZAMBIASI

1- SIBÁ MACHADO

2- ALOÍZIO MERCADANTE

3- FERNANDO BEZERRA

4- ANTONIO JOÃO

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

6- MAGNO MALTA

7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO

1- (VAGO)



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 157 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 39 SIM: 30 NÃO: 9 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 31 / 08 / 2006


 SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
 Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II**  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V**  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão**  
**Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002.)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço**  
**de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 1.022, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2006 (nº 2.115/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará.**  
**Relatora:** Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
**Relator ad hoc:** Senador **Juvêncio da Fonseca.**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 333, de 2006 (nº 2.115, de 2006, na Câ-

mara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de

fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 333, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 333, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 333/06 NA REUNIÃO DE 31/07/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*Sen Wellington Fagundes de Oliveira*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO <i>Jonas Pinheiro</i>
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE <i>Minh.</i>
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR:
	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 333 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP					VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVAITI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 20 SIM: 19 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: Q3

SALA DAS REUNIÕES, EM 31 / 07 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação



**LEGISLAÇÃO CITADA****CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****SEÇÃO II  
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras do rádio e televisão;

**CAPÍTULO V  
Da Comunicação Social.**

Art. 223 Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Consolidação Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

**LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998**

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do

Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

**DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998**

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

**PARECER Nº 1.023, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2006 (nº 2.028/ 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.**

Relator: Senador **Leonel Pavan**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 334, de 2006 (nº 2.028, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão

e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 334, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 334, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 334/06 NA REUNIÃO DE 11/07/06.  
OS SENHORES SENADORES:**

<b>PRESIDENTE:</b>		(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>		
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY	
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES	
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE	
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL	
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA	
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO	
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA	
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA	
RELATOR:	10- JOÃO BATISTA MOTTA	
(VAGO)		
<b>PMDB</b>		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO	
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)	
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA	
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA	
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO	
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ	
GILBERTO MESTREINHO	8- (VAGO)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>		
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO	
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE	
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA	
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO	
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA	
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES	
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO	
<b>PDT</b>		
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)	

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 334/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ÍRIS DE ARAUJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 30 SIM: 13 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 11/07/2006


 SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
 Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA****CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****SEÇÃO II****Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V****Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º o congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação ou concessão ou permissão dependerá de aprovação de no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo Único do**

**art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compele ao Poder Conceder outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

PARECER Nº 1.024, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2004 (nº 3.201/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijuca FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijuca, Estado de Santa Catarina.**

Relator: Senador **Leonel Pavan**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 476, de 2004 (nº 3.201, de 2003, na Câmara dos



Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.566, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica, legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem servi-

ços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações, a fim de instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do RISF.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 476, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação vigente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela Aprovação do ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006.



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 476/04 NA REUNIÃO DE 01/08/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1- ROSEANA SARNEY

JORGE BORNHAUSEN

2- JONAS PINHEIRO

JOSÉ JORGE

3- CÉSAR BORGES *Cesar Borges*

MARIA DO CARMO ALVES

4- CRISTOVAM BUARQUE *Cristovam Buarque*

EDISON LOBÃO *Edison Lobão*

5- MARCO MACIEL *Marco Maciel*

MARCELO CRIVELLA *Marcelo Crivella*

6- ROMEU TUMA *Romeu Tuma*

MARCOS GUERRA *Marcos Guerra*

7- EDUARDO AZEREDO *Eduardo Azeredo*

JUVÊNCIO DA FONSECA *Juvêncio da Fonseca*

8- SÉRGIO GUERRA *Sérgio Guerra*

LEONEL PAVAN *Leonel Pavan*

9- LÚCIA VÂNIA *Lucia Vânia*

RELATOR:

(VAGO)

10- JOÃO BATISTA MOTTA *João Batista Motta*

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1- AMIR LANDO

GILVAM BORGES

2- GARIBALDI ALVES FILHO

VALDIR RAUPP *Valdir Raupp*

3- (VAGO)

ÍRIS DE ARAÚJO *Iris de Araújo*

4- GERALDO MESQUITA *Geraldo Mesquita*

SÉRGIO CABRAL

5- MÃO SANTA

JOSÉ MARANHÃO

6- LUIZ OTÁVIO

NEY SUASSUNA *Ney Suassuna*

7- ROMERO JUCA *Romero Juca*

GILBERTO MESTRINHO *Gilberto Mestrinho*

8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS *Aelton Freitas*

1- SIBÁ MACHADO

PAULO PAIM *Paulo Paim*

2- ALOÍZIO MERCADANTE

FÁTIMA CLEIDE *Fátima Cleide*

3- FERNANDO BEZERRA

FLÁVIO ARNS *Flávio Arns*

4- ANTONIO JOÃO

IDELI SALVATTI *Ideli Salvatti*

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES *Antônio Carlos Valadares*

ROBERTO SATURNINO *Roberto Saturnino*

6- MAGNO MALTA

MOZARILDO CAVALCANTI *Mozarildo Cavalcanti*

7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

SÉRGIO ZAMBIASI

8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO *Augusto Botelho*

1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 276/04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMÉU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MAO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 23 SIM: 18 NÃO: 5 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 05.

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 08 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II**  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V**  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**PARECER Nº 1.025, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2006 (nº 2.089/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas.**  
Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 308, de 2006 (nº 2.089, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 308, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 308, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela apro-

vação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 308/06 NA REUNIÃO DE 01/08/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)

## BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

## PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
RELATOR:	

## BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTE	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

## PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 308 / 06.

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGÉ					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
IRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUÍZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 20 SIM: 19 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 03.

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 08 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.  
Presidente da Comissão de Educação



**LEGISLAÇÃO CITADA****CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****SEÇÃO II****Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPITULO V****Da Comunicação Social**

Art. 223 Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional aprenderá o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quinto do Congresso Nacional, em violação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 96,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis,**

**conforme determina o parágrafo único, do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes (Redação dada pela lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

**PARECER Nº 1.026, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2006 (nº 2.045/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – FUENIO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.**

Relator: Senador **Aelton Freitas**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 335, de 2006 (nº 2.045, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação

Padre Enio Martin – FUENIO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art.49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

## **III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 335, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – FUENIO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 335 / 06 NA REUNIÃO DE 03/08/06.  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1- ROSEANA SARNEY

JORGE BORNHAUSEN

2- JONAS PINHEIRO

JOSÉ JORGE

3- CÉSAR BORGES

MARIA DO CARMO ALVES

4- CRISTOVAM BUARQUE

EDISON LOBÃO

5- MARCO MACIEL

MARCELO CRIVELLA

6- ROMEU TUMA

MARCOS GUERRA

7- EDUARDO AZEREDO

JUVÊNCIO DA FONSECA

8- SÉRGIO GUERRA

LEONEL PAVAN

9- LÚCIA VÂNIA

(VAGO)

10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1- AMIR LANDO

GILVAM BORGES

2- GARIBALDI ALVES FILHO

VALDIR RAUPP

3- (VAGO)

ÍRIS DE ARAÚJO

4- GERALDO MESQUITA

SÉRGIO CABRAL

5- MÃO SANTA

JOSÉ MARANHÃO

6- LUIZ OTÁVIO

NEY SUASSUNA

7- ROMERO JUCÁ

GILBERTO MESTRINHO

8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS

1- SIBÁ MACHADO

RELATOR:

PAULO PAIM

2- ALOÍZIO MERCADANTE

FÁTIMA CLÉIDE

3- FERNANDO BEZERRA

FLÁVIO ARNS

4- ANTONIO JOÃO

IDELI SALVATTI

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO SATURNINO

6- MAGNO MALTA

MOZARILDO CAVALCANTI

7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

SÉRGIO ZAMBIASI

8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO

1- (VAGO)

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 335/06.

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMÉU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 20 SIM: 19 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: OL.

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 08 / 2006


 SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II**  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V**  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do**

**art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

**Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.**

DECRETO-LEI Nº 236,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (\*), de 27 de agosto de 1962**

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

**PARECER Nº 1.027, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2006 (nº 2.157/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.**

Relator: Senador **César Borges**

Relator “Ad hoc”: Senador **Agusto Botelho**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo



(PDS) nº 339, de 2006 (nº 2.157, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos

critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 339, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução Nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não confraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 339, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 339/06 NA REUNIÃO DE 01/08/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Sen Wellington Salgado de Oliveira)

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1- ROSEANA SARNEY

JORGE BORNHAUSEN

2- JONAS PINHEIRO

JOSÉ JORGE

3- CÉSAR BORGES

RELATOR:

MARIA DO CARMO ALVES

4- CRISTOVAM BUARQUE

EDISON LOBÃO

5- MARCO MACIEL

MARCELO CRIVELLA

6- ROMEU TUMA

MARCOS GUERRA

7- EDUARDO AZEREDO

JUVÊNCIO DA FONSECA

8- SÉRGIO GUERRA

LEONEL PAVAN

9- LÚCIA VÂNIA

(VAGO)

10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1- AMIR LANDO

GILVAM BORGES

2- GARIBALDI ALVES FILHO

VALDIR RAUPP

3- (VAGO)

ÍRIS DE ARAÚJO

4- GERALDO MESQUITA

SÉRGIO CABRAL

5- MÃO SANTA

JOSÉ MARANHÃO

6- LUIZ OTÁVIO

NEY SUASSUNA

7- ROMERO JUCÁ

GILBERTO MESTRINHO

8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS

1- SIBÁ MACHADO

PAULO PAIM

2- ALOÍZIO MERCADANTE

FÁTIMA CLEIDE

3- FERNANDO BEZERRA

FLÁVIO ARNS

4- ANTONIO JOÃO

IDELI SALVATTI

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO SATURNINO

6- MAGNO MALTA

MOZARILDO CAVALCANTI

7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

SÉRGIO ZAMBIASI

8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO

1- (VAGO)

RELATOR  
AD HOC

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 339 / 06 .

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 19 SIM: 38 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01.

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 08 / 2006


 SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**PARECER Nº 1.028, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2006 (nº 2.032/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais.**

Relator: Senador **Aelton Freitas**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 343, de 2006 (nº 2.032, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 343, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 343, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 343 / 06 NA REUNIÃO DE 01/08/06.  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

JORGE BORNHAUSEN

JOSÉ JORGE

MARIA DO CARMO ALVES

EDISON LOBÃO

MARCELO CRIVELLA

MARCOS GUERRA

JUVÊNCIO DA FONSECA

LEONEL PAVAN

(VAGO)

1- ROSEANA SARNEY

2- JONAS PINHEIRO

3- CÉSAR BORGES

4- CRISTOVAM BUARQUE

5- MARCO MACIEL

6- ROMEU TUMA

7- EDUARDO AZEREDO

8- SÉRGIO GUERRA

9- LÚCIA VÂNIA

10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

ÍRIS DE ARAÚJO

SÉRGIO CABRAL

JOSÉ MARANHÃO

NEY SUASSUNA

GILBERTO MESTRINHO

1- AMIR LANDO

2- GARIBALDI ALVES FILHO

3- (VAGO)

4- GERALDO MESQUITA

5- MÃO SANTA

6- LUIZ OTÁVIO

7- ROMERO JUCÁ

8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS

RELATOR:

PAULO PAIM

FÁTIMA CLEIDE

FLÁVIO ARNS

IDEL SALVATTI

ROBERTO SATURNINO

MOZARILDO CAVALCANTI

SÉRGIO ZAMBIASI

1- SIBÁ MACHADO

2- ALOÍZIO MERCADANTE

3- FERNANDO BEZERRA

4- ANTONIO JOÃO

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

6- MAGNO MALTA

7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO

1- (VAGO)



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 343 / 06.

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 20 SIM: 13 NÃO: 7 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01.

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 08 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

## LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## SEÇÃO II

## Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

## CAPÍTULO V

## Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

## LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

## DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– A Presidência recebeu o **Ofício nº 93, de 2006**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 140, de 2005; 64, 157, 333 e 334, de 2006**, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso,

por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

Of. Nº CE/093/2006

Brasília, 11 de julho de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 140 de 2005, 064, 157, 333 e 334 de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– A Presidência recebeu o **Ofício nº 102, de 2006**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 476, de 2004; 308, 335, 339 e 343, de 2006**, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

Of. Nº CE/102/2006

Brasília, 1º de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 476 de 2004, 308, 335, 339 e 343 de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 900, DE 2006**

Requeiro, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do

Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações quanto ao efetivo oferecimento de auxílio por parte do Governo Federal ao Estado de São Paulo, com vistas ao combate às ações criminosas empreendidas pelo chamado Primeiro Comando da Capital – PCC.

Devem ser esclarecidos, especificamente, os seguintes pontos:

a) se houve oferecimento de auxílio financeiro ao Governo do Estado de São Paulo;

b) se os recursos federais foram efetivamente disponibilizados, em que montante e quais as condições impostas pelo Governo Federal para o seu repasse;

c) se as autoridades estaduais recusaram o auxílio ofertado, e sob qual argumento;

d) se o Governo paulista pediu o auxílio material da Polícia Federal, na forma de empréstimo de equipamentos;

e) se houve pedido de liberação de recursos para projetos de inteligência desenvolvidos pelos órgãos policiais do Estado;

f) se houve pedido de envio de agentes da Força Nacional de Segurança Pública; e

g) se houve pedido de envio de tropas de infantaria para participar de operações em áreas dominadas pela organização criminosa.

#### **Justificação**

Em entrevista concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo**, veiculada na edição do dia 30 de julho passado, nas páginas C1 e C3 a C5, o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Saulo de Abreu, declarou ter solicitado a ajuda do Governo Federal de diversas formas, entre recursos financeiros, auxílio material e até a ação de forças do Exército Brasileiro no combate ao crime organizado, na fase mais aguda do problema que recentemente assolou aquela unidade da federação.

Essas declarações contradizem as afirmações feitas pelo Ministro da Justiça ao mesmo jornal na semana anterior, no sentido de suposta resistência das autoridades estaduais em aceitar o auxílio oferecido pelo Governo Federal.

A segurança pública, direito do cidadão e dever do Estado, não pode servir de instrumento para fins eleitorais, de forma que há efetivo interesse

público em esclarecer o episódio da suposta oferta de auxílio para o combate às ações criminosas do PCC em São Paulo e a também suposta recusa de recebê-lo.

Pelo exposto, impõe-se que esta Casa Legislativa interpele o Ministro da Justiça para que esclareça os pontos levantados nesse requerimento.

Sala das Sessões, – **Romeu Tuma.**

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável. Eu falava com o Senador Marco Maciel sobre a possibilidade de V. Ex<sup>a</sup> me conceder três minutos, porque, em seguida, vou presidir um debate sobre políticas afirmativas. Eu gostaria só de registrar aqui dois artigos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero solicitar a minha inscrição para uma comunicação inadiável, caso eu não consiga fazer uma inversão com algum dos Senadores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex<sup>a</sup> fica inscrita na prorrogação da Hora do Expediente, quando terá assegurada a palavra.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também soli-

cito a V. Ex<sup>a</sup> a minha inscrição para uma comunicação inadiável. Já estou inscrito como orador, mas faço nova inscrição para uma comunicação, assim que houver oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito em terceiro lugar. Em primeiro lugar, temos o Senador Paulo Paim; em segundo, a Senadora Ideli Salvatti.

Com a permissão do Senador Marco Maciel, eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço o compromisso de que vou falar menos de três minutos. Inclusive, vou falar daqui.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer que agora, na Comissão de Educação, teremos um debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial do qual oito debatedores vão participar, cada um com uma posição diferente em relação às ações afirmativas. De manhã, tivemos o Ministro da Educação e a Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Matilde Ribeiro.

Por isso eu quero, neste momento, registrar um artigo da economista e jornalista, conhecida e reconhecida nacional e internacionalmente, Miriam Leitão, publicado no dia 11/07/06, no jornal **O Globo**, com o título “Teses e truques”, em que, com muita competência, defende a política de cotas como uma forma de inclusão de pobres, negros e índios.

Há um outro documento, Sr. Presidente, que encaminho – também não vou lê-lo –, e que se refere a uma decisão da 3<sup>a</sup> Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em que o Desembargador Paulo de Tarso toma a decisão, aprovada por ampla maioria, de que as políticas afirmativas de inclusão com cotas não são inconstitucionais.

Portanto, era só isso que eu desejava dizer, agradecendo a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e pela exceção que abriu a este Parlamentar.

Muito obrigado ao Senador Marco Maciel, pela oportunidade.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Miriam Leitão 11/07/2006****Teses e truques****DOCUMENTO A QUE SE REFERE**

Em vez de discutir cota, é melhor investir na educação. Não se deve adotar um sistema que separa por raça, pois isso criará racismo. Não se pode ferir o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei. Nunca pode ser revogado o princípio do mérito acadêmico. Os argumentos se repetem e parecem ótimos. Escondem a mesma resistência ao tema racial que temos mantido desde a abolição e as conclusões estão truncadas.

Nunca, os que defendem cotas raciais na universidade propuseram a escolha entre cotas e qualidade da educação. Não há essa dicotomia. É uma falsidade para truncar o debate. É fundamental melhorar a educação em todos os níveis. As cotas raciais não revogam essa idéia.

O princípio da igualdade perante a lei é a pedra que sustenta as sociedades democráticas e modernas. As ações afirmativas não vão revogá-lo. A igualdade perante a lei sempre conviveu com o tratamento diferente aos desiguais. Na área tributária, a regressividade, por exemplo: a alíquota para os mais ricos é maior. As transferências de renda são para quem tem renda abaixo das linhas de pobreza e miséria. Mulheres estão sub-representadas na política e, para tentar vencer isso, há a cota de 30% nas candidaturas.

No comércio internacional, existe o princípio do tratamento diferenciado para os países mais pobres. Há muito tempo, o Direito convive com os dois princípios, como complemento um do outro. Um garante o outro. Tratar da mesma forma os desiguais acentua a desigualdade.

O princípio da igualdade perante a lei é apresentado na discussão como um truque. Não há conflito entre ele e o outro princípio civilizatório do tratamento diferenciado aos desiguais.



Quem quer defender o princípio da igualdade perante a lei deveria fazer um manifesto contra, por exemplo, a aberração de prisão especial para criminosos com curso superior.

O mérito acadêmico tem que ser preservado na formação universitária. Ele não está sob ameaça com medidas para aumentar o ingresso de negros na universidade. As avaliações de desempenho de diversas universidades mostram que não há esse risco. Os adversários das cotas rejeitam as avaliações dizendo que ainda não foi feito um estudo consistente. O mesmo argumento invalida seus próprios argumentos de que a qualidade da universidade estará em risco com as cotas. A universidade americana, que nunca abriu mão do mérito acadêmico, dá pontuação diferenciada por razões raciais, sociais e até aos esportistas no ingresso nas escolas.

Não podem ser adotadas políticas que incentivem o racismo. Quem discordaria disso? Esse argumento usado contra as cotas é um dos mais perversos truques. As políticas de ação afirmativa não vão criar o racismo. Não se cria o que já existe.

O Brasil tem um fosso enorme, resistente, entre brancos e negros e é esse fosso que se pretende vencer. Sem o incentivo à mobilidade, o Brasil carregará para sempre as marcas da escravidão. Ela tem se eternizado por falta de debate e de políticas dedicadas a superar o problema.

Empresas internacionais adotam há tempos metas para aumentar a diversidade de seus funcionários, executivos e gerentes. É um objetivo desejável no mundo multiétnico e que se quer menos racista e menos injusto. Órgãos públicos americanos usam nas suas contratações mecanismos para aumentar a representatividade das várias partes da sociedade. Governos diversos usam incentivos para determinadas políticas como parte dos seus critérios de seleção de fornecedores nas compras governamentais.

Nada há de errado e novo nessas políticas. O que há é que, pela primeira vez, fala-se em usar esses mecanismos para promover a ascensão dos negros no Brasil. O país tem um horror atávico a discutir o tema. Já se escondeu atrás de inúmeros sofismas. Acreditava estar numa bolha não racial, um país diferente, justo por natureza.

Não existe raça. É fato. Biológica e geneticamente não existe, como ficou provado em estudos recentes. Isso é mais um argumento a favor das políticas anti-racistas e não o contrário. Os avanços acadêmicos na área só servem para mostrar que os negros são mais pobres, têm piores empregos, ganham menos, não por qualquer incapacidade congênita, mas por falha da sociedade em construir oportunidades iguais. Isso se corrige com políticas públicas, iniciativas privadas, para desmontar as barreiras artificiais ao acesso dos negros à elite.

O debate é livre e benéfico. O problema não é o debate, mas alguns dos argumentos. E pior: os truques. Acusar de promover o racismo o primeiro esforço anti-racista após 118 anos do fim da escravidão é uma distorção inaceitável.

Quem gosta do Brasil assim deve ter a coragem de dizer isso. Quem não acha estranho, nem desconfortável, entrar nos restaurantes e só ver brancos, ver na direção das empresas apenas brancos, conviver com uma elite tão monocromática, tudo bem. Deve simplesmente dizer que prefere conservar o Brasil como ele é, com os brancos e negros mantidos assim: nesta imensa distância social.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO  
SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, tenho certeza de que a política de cotas não é uma unanimidade, existe muita polêmica em torno do tema. Aqueles que têm defendido posições democráticas e que possuem tradição na caminhada em favor dos direitos humanos e sociais sabem que a discriminação é uma realidade e tem de ser combatida.

O Estatuto da Igualdade Racial é um importante instrumento no combate à discriminação.

Sou um defensor das políticas afirmativas porque entendo que os afro-descendentes padeceram e continuam padecendo de uma opressão e uma discriminação histórica, inegável, que precisa ser reparada!

Uma decisão da 3ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJRS – reconhecendo a constitucionalidade das cotas para afro-descendentes veio corroborar com esse meu entendimento.

O relator do processo, desembargador Paulo de Tarso Sanseverino, assim se pronunciou no acórdão:

“A deflagração de políticas pró-ativas, de ações afirmativas frente à questão da segregação racial, de forma a apaziguar os prejuízos impingidos a determinados grupos, excluídos de certos segmentos sociais, econômicos e culturais e com o gozo de direitos humanos e liberdades fundamentais mitigados, não revela violação ao princípio da igualdade”.

E, ainda:

“O princípio da isonomia deve ser analisado em perspectiva material, pois a aplicação pura e simples da igualdade formal permitiria a perpetuação de heranças discriminatórias históricas, que vêm desde a abolição da escravatura.”

Com esse entendimento, a decisão rejeitou a tese de inconstitucionalidade e garantiu a vaga reservada a afro-descendentes para a candidata ao cargo de Assistente de Serviços Escolares no concurso público da Prefeitura de Montenegro/RS.

Por outro lado, chegou em meu Gabinete o *e-mail* de uma eleitora gaúcha que relatou ter ingressado no serviço público municipal de Porto Alegre, no ano de 2005, mediante a reserva de vagas para afros, conforme edital do concurso e da Lei Complementar nº 494 de 2003, que “dispõe sobre a reserva de vagas para afro-brasileiros em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e dá outras providências.”

Porém, para surpresa dela e de mais nove professores, a Prefeitura encaminhou comunicado informando que o Tribunal de Contas do Estado se manifestou pela inconstitucionalidade do feito, negando a executoriedade da Lei que dispõe sobre a reserva de vagas.

Conseqüentemente, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul negou o registro das admissões decorrentes do concurso e recomendou a exoneração dos servidores.

Tais fatos confirmam uma única tese: é preciso um amplo e conclusivo debate sobre o assunto.

Este País de imensa pluralidade racial e maculado por tantas injustiças ao longo de sua história precisa encontrar caminhos que apontem para o equacionamento de um tema tão polêmico.

Entendo que as ações afirmativas baseadas na discriminação positiva de todos aqueles que foram lesados por processos históricos são importantes figuras jurídicas criadas pelas Nações Unidas e referendadas pelos órgãos internacionais em defesa dos Direitos Humanos e pelo movimento negro brasileiro.

Acreditem que me trará imensa alegria o dia em que eu entrar em um Tribunal, em uma agência bancária ou em um Ministério e constatar que pelo menos metade dos servidores são afro-descendentes. Pois nesse dia terei a certeza de que todas as diferenças foram sanadas!

Sr. Presidente, por tudo isso, acredito que precisamos prosseguir no debate democrático e respeitoso no sentido de preservar os direitos e garantias fundamentais a todas as etnias que fazem deste País um lugar único pela sua diversidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Paulo Paim. V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

A Mesa informa à Senadora Ideli Salvatti que está assegurada a sua inscrição, por cessão do Senador Augusto Botelho, em terceiro lugar.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, por cessão da Senadora Heloísa Helena.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup>, ainda ontem, da tribuna desta Casa, reportou-se à importância de uma reforma política para o País.

Eu até as denomino de reformas institucionais tal o seu alcance. É lógico que, quando se fala em reforma política, não se pode deixar de mencionar estritamente o sistema político, isto é, o sistema eleitoral e partidário, fundamental para melhorar a nossa governabilidade, mas também é importante rediscutir a questão federativa já que a Federação está em crise no Brasil.

Há cada vez mais uma maior concentração de poderes na União em detrimento dos Estados e Municípios, também considerados pela Constituição entes federativos. Não podemos deixar de reconhecer que, em uma verdadeira reforma constitucional, precisamos rediscutir o sistema de governo não somente melhorando o desempenho do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, mas removendo zonas de fricção entre os

Poderes da República. E quando se fala em zonas de fricção, em zonas cinzentas no relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, logo acorre à nossa mente a questão das medidas provisórias, que, como estamos constatando nesta Casa – e por que não dizer também na Câmara dos Deputados –, estão praticamente inviabilizando o funcionamento do Congresso Nacional.

Como V. Ex<sup>as</sup> sabem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as medidas provisórias foram criadas na Carta de 1988, em substituição ao chamado decreto-lei, instituto usado durante o chamado regime militar, no período de 1964 até basicamente a Constituição de 1988.

É lógico que, se compararmos os decretos-leis do regime militar com as medidas provisórias, claramente, concluiremos que os decretos-leis tinham alcance muito menor que as medidas provisórias, inclusive, porque, de plano, não admitiam medida que gerasse aumento de despesa.

Aliás, é bom também dizer que a criação dos decretos-leis não foi obra dos regimes militares. Eles, de alguma forma, se valeram de um mecanismo que Getúlio Vargas adotara de 1937 a 1945, quando outorgou a chamada Polaca, a Constituição de 1937, que vigorou, como disse, até a redemocratização.

Se formos mais atrás, verificaremos que, a partir da Proclamação da República, em 1889, até a Constituição de 1891, o Poder Executivo baixou decretos-leis, inclusive, no tempo em que Deodoro presidia o País.

Mas volto às medidas provisórias, Sr. Presidente, para dizer que elas pretenderam, de alguma forma, substituir os decretos-leis. A emenda, neste caso, mais uma vez, foi pior que o soneto porque estão produzindo um nefasto efeito não somente na atividade da Câmara e do Senado, mas também no relacionamento entre Executivo e Legislativo.

É certo que a Constituição de 1988 recebeu a Emenda nº 32, que deu nova disciplina às medidas provisórias. Mas, tal como era de se esperar, essa nova disciplina, em lugar de melhorar o instituto, contribuiu para agravar ainda mais as dificuldades de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo nesse campo e também, sobretudo, para tornar mais difícil o andamento das atividades legislativas. Por que isso aconteceu? Porque a Emenda nº 32 estabeleceu um mecanismo de trancamento das pautas das duas Casas do Congresso. Havendo medida provisória na pauta da Câmara ou do Senado, ela terá preferência sobre toda e qualquer outra matéria, inclusive constitucional, o que não deixa de ser uma aberração. Tudo isso faz com que as atividades da Câmara e do Senado fiquem paralisadas por várias sessões, não poucas, por conta das medidas provisórias.

Não preciso dizer que o instituto da medida provisória é, antes de tudo, um instrumento político nas mãos do Executivo, por intermédio do qual seus agentes exercem domínio sobre o andamento das ativida-

des legislativas. As distorções constitucionais a que as medidas provisórias expuseram nossa democracia ao longo do tempo contribuíram para exacerbar os desequilíbrios políticos entre os Poderes. Formuladas, originalmente, como disse, como instrumento emergencial à disposição da Presidência da República, sua aplicação histórica tem revelado desvios e distorções para os fins menos adequados ao País e às suas instituições.

Como sabemos, o instituto da medida provisória é de origem parlamentarista, importado dos *provvedimenti provvisori*, como assim dispõe a Constituição Italiana de 1947, e foi introduzido, como lembrei há pouco, na Carta Constitucional brasileira através da Constituinte de 1987/88.

A inspiração do constituinte brasileiro nos modelos do Direito comparado encontra-se não apenas na Itália, como aponta a maioria dos estudiosos do assunto, mas também na Constituição Espanhola de 1978, que corresponde à abertura política ocorrida na Espanha com o fim do regime franquista, e na Constituição Portuguesa de 1976, que corresponde também a um instante semelhante ao que ocorrera na Espanha, com a queda da chamada ditadura salazarista. A única ressalva fica por conta de certas características dadas pelo legislador brasileiro, que não têm, aliás, precedentes em nenhum desses exemplos.

Na Itália, o Poder Executivo, segundo a Constituição de 1947, pode, em caso de extraordinária urgência e relevância, editar provimentos provisórios, com força de lei, que terão vigor por até 60 dias, devendo ser submetidos de imediato ao Parlamento. Deve-se frisar a responsabilidade política do Governo sobre o provimento provisório por ele adotado, pois a não-aprovação da medida pelo Parlamento, no prazo de vigência, implica o dever de renúncia do Gabinete. Ou seja, gera consequências extremamente graves sob o ponto de vista político.

Sr. Presidente, diante das experiências de outras nações, o caso brasileiro se configura claramente como algo inconveniente à Nação brasileira e ao funcionamento, de modo especial, das Casas legislativas nacionais. A busca pelo controle do poder tem levado o Executivo a expandir seus braços a áreas legislativas republicanamente proibidas. Disso resultam impasses e crises sucessivas, inviabilizando um amadurecimento de nossa democracia.

Reflexo significativo dessa situação, o Senado Federal atravessa, desde fevereiro de 2005, um dos mais conturbados períodos da história do Parlamento, convivendo com a pauta de deliberações do Plenário trancada por medidas provisórias com prazo vencido em 75% das sessões deliberativas.

Sem dúvida, as medidas provisórias reduzem a produtividade do Congresso Nacional, tumultuam os trabalhos legislativos e invertem os papéis dos Poderes Executivo e Legislativo ao conferir ao Executivo



o comando da função de legislar. Não sem esconder certo constrangimento e espanto, o Brasil e os brasileiros tomam conhecimento de que, somente no primeiro semestre deste ano, 90% das sessões destinadas a votações tiveram sua pauta bloqueada pelas famigeradas medidas provisórias.

Sr. Presidente, para se ter uma leve idéia dessa situação, cabe examinarmos mais detidamente os números que envolvem as MPs. Somente em 2005, das 225 sessões realizadas, 125, mais da metade, foram regimentalmente destinadas a deliberações em plenário. Destas, nada menos que 66 sessões foram sobrestadas por medidas provisórias. E para piorar o quadro, conforme relatório da Presidência do Senado, em 53 das sessões deliberativas, não houve sequer deliberação alguma sobre o que quer que fosse em matéria legislativa, pelo trancamento constitucional que as medidas provisórias provocam.

No ano legislativo de 2004, foram registradas 104 sessões deliberativas, 76 das quais sobrestadas por medidas provisórias, bloqueando sistematicamente as demais deliberações legislativas da Casa. Fenômeno muito semelhante já havia ocorrido em 2003, quando 42 das 117 sessões deliberativas haviam sido vexaminosamente paralisadas em razão da tramitação de MPs.

Falei até aqui com base em dados do Senado, mas posso fazer semelhante raciocínio com relação a nossa Casa irmã, a Câmara dos Deputados. Sobre este assunto, Sr. Presidente, cito agora matéria do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 13 de julho de 2006, que trata do tema sob o título: “Edição de MPs trava mais de 80% das sessões da Câmara, revela estudo”:

“A Câmara passou quase todo este ano com a pauta do plenário trancada por medidas provisórias e com pouco tempo livre para votar projetos de lei e outras matérias elaboradas pelo próprio Congresso. Das 71 sessões deliberativas – nas quais são marcadas votações – realizadas de fevereiro até a semana passada, 60 foram obstruídas por MPs. Ou seja, 84,51% do total. Restaram apenas 11 sessões (15,49%) em que a pauta esteve livre”.

Sob outro aspecto contábil, Sr. Presidente, ao curso de seu mandato, o Presidente Lula editou, até o final de julho passado – e já surgiram novas medidas provisórias –, a nada desprezível quantidade de 211 medidas provisórias. Em outras palavras, em 43 meses, o atual Governo exibe um recorde de 4,9 medidas provisórias por mês. Das 211 editadas, 172 foram convertidas em lei, ao passo que apenas 7 foram rejeitadas.

Em suma, numa retrospectiva mais prolongada, aproximadamente mil medidas provisórias legislaram o País nos últimos dezoito anos, conforme dados publicados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o Diap que se destina, com muita aplicação, ao exame dessas questões.

Sr. Presidente, estou encerrando, mas gostaria de recordar que, até 2001, as medidas provisórias que

não fossem apreciadas pelo Congresso em até 30 dias podiam ser reeditadas indefinidamente. Com a introdução das novas regras, pela Emenda nº 32 – a que já me reportei –, estabeleceu-se o fim das reedições. Em setembro de 2001, por meio de emenda constitucional definiu-se, além do fim das reedições, que o prazo de validade das medidas provisórias não se estenderia por mais de 120 dias.

Sr. Presidente, diante do exposto, não nos resta outra alternativa senão aprimorar o instituto da medida provisória com o propósito de evitar os recorrentes e inadmissíveis abusos. Por isso, merece destaque a recente declaração do Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, ressaltando a importância da aprovação, no período de convocação extraordinário do início deste ano, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, cujo primeiro subscritor foi, se não estou equivocado, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Em síntese, essa PEC modifica o trâmite das medidas provisórias no Congresso Nacional. Sua principal alteração consiste em prever que uma medida provisória só adquirirá força de lei após o reconhecimento do Congresso Nacional dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência. Aí está o núcleo da questão, porque muitas medidas provisórias são baixadas sem que estejam caracterizados os requisitos de relevância, de um lado, e de urgência, do outro. Pela regra atual, a MP tem eficácia tão logo é assinada pelo Presidente da República. Tal proposta ainda aguarda aprovação pela Câmara dos Deputados.

Sei que vivemos um período eleitoral, e a Câmara dos Deputados está com a sua atividade muito reduzida, pelo fato de grande número de Parlamentares concorrerem à reeleição, mas não posso deixar, todavia, de fazer um apelo no sentido de que apressemos a votação dessa emenda constitucional, para que possamos, enfim, dar ao Parlamento brasileiro aquilo que lhe pertence: o direito de legislar e não continue paralisado, infelizmente, pela pletora de medidas provisórias, muitas das quais, insisto mais uma vez, sem os pressupostos de urgência e relevância.

Com isso, a democracia brasileira não somente ganhará mais harmonia e equilíbrio na distribuição dos três Poderes, como também evitará os excessos a que ficam, tentadoramente, condicionados os chefes do Poder Executivo em nosso País.

Daí por que encerro, Sr. Presidente, minhas palavras, solicitando que seja publicada, na íntegra, a matéria do **O Estado de S. Paulo** a que fiz referência.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 203, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



# Edição de MPs trava mais de 80% das sessões da Câmara, revela estudo

Problema começou com mudança de regra em 2001 e se agravou: neste ano, só 11 sessões tiveram pauta livre

**Denise Madueño**

BRASÍLIA

A Câmara passou quase todo este ano com a pauta do plenário travada por medidas provisórias e com pouco tempo livre para votar projetos de lei e outras matérias elaboradas pelo próprio Congresso. Das 71 sessões deliberativas – nas quais são marcadas votações – realizadas de fevereiro até a semana passada, 60 foram obstruídas por MPs. Ou seja, 84,51% do total. Restaram apenas 11 sessões (15,49%) em que a pauta esteve livre. Os números são de um levantamento feito por técnicos da liderança do PSDB com base em dados da Mesa Diretora.

Com as MPs, o governo impõe a sua pauta de interesse e

monopoliza os trabalhos do Congresso. Desde a mudança na regra das MPs, há quase 5 anos, o Congresso tem trabalhado em função de votá-las, mas em 2006 a situação se agravou.

A regra instituída em setembro de 2001 obriga a votação da medida provisória até 45 dias depois de editada pelo presidente da República. Em caso contrário, ela passa a ter prioridade na pauta do plenário, impedindo que outras matérias sejam votadas na Câmara ou Senado, dependendo da Casa onde estiver tramitando.

O governo tem aproveitado o poder de baixar essa norma com força de lei para tratar de diversos assuntos. Duas MPs que hoje travam a pauta da Câmara, por exemplo, estabele-

cem regras que estavam em discussão na reforma sindical. Como a proposta não foi votada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atendeu aos apelos das centrais sindicais e tentou apressar os principais pontos com a edição de duas medidas.

Há ainda MPs para compra de aviões, operação tapa-buraco nas estradas, concessão de reajuste salarial e muitas para a criação de cargos. No governo Lula foram abertas 2.930 vagas. Desse total, apenas 180 foram por meio de projeto de lei.

“Quem legisla é o Executivo, não tem conversa”, protesta o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP). “As medidas provisórias paralisam o Congresso.” Ele avalia que, com a regra das MPs, o governo cria um clima

de obstrução na Câmara quando é de seu interesse, controlando os trabalhos do Congresso.

## ALERTA

Em 2001, quando a regra foi alterada, Madeira era líder do go-

## Lula criou 2.930 cargos e apenas 180 foram por projeto de lei

verno Fernando Henrique Cardoso na Câmara e alertou para o perigo da mudança que estava sendo aprovada. No discurso feito à época, ressaltou “a possibilidade de impactos futuros na governabilidade e na relação

entre Executivo e Legislativo”.

Apenas nos primeiros três meses de vigência da regra, em 2001, a pauta não foi travada. Em 2002, 63,89% das sessões deliberativas da Câmara durante o ano legislativo, chamado no parlamento de sessão legislativa ordinária, estiveram travadas. Era ano de eleição presidencial e o governo aproveitou para legislar, enquanto os parlamentares faziam campanha.

No primeiro semestre de 2002, foram 54 sessões deliberativas, das quais 28 (51,85%) com a pauta travada. No segundo semestre, o caos se instalou na Câmara. Todas as 18 sessões deliberativas de 6 de agosto até 16 de dezembro começaram com a pauta travada. Quando os deputados voltaram das campa-

nhas, tiveram de votar MPs sistematicamente.

Em 2003, início do governo Lula, a Câmara esteve com a pauta travada em 44,59% das sessões deliberativas. Foi o único ano em que as sessões livres superaram as que estavam com a pauta travada, desconsiderando os períodos de convocação extraordinária. As convocações funcionam como sessões legislativas independentes.

Em 2004, das 125 sessões com votações do ano normal de trabalho, 97 (77,60%) tinham MPs no primeiro item da pauta. Porcentual semelhante foi verificado no terceiro ano do governo Lula. No ano normal de trabalho, das 149 sessões com votação ocorridas em 2005, 113 (75,84%) estavam travadas. ●

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geovani Borges.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no lugar da Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> ocupa o lugar aberto pela Senadora Ideli Salvatti. V. Ex<sup>a</sup> será o segundo a ter a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parabeno o Senado da República pela pré-estréia do filme “Zuzu Angel”. A partir de uma solicitação do Senador Saturnino Braga, a quem também parabeno, tivemos a oportunidade de assistir a esse filme, ontem à noite, nas dependências do Senado da República.

Parabeno também toda a equipe de comunicação do Senado pela publicação ontem, em tempo real, do evento. Quando terminou a exibição do filme, a equipe de comunicação do Senado já estava com a publicação do evento e com as fotos dessa importante pré-estréia.

Trata-se de filme emocionante, que retrata a história de uma mulher que teve o seu filho assassinado pela ditadura militar. Ela, inclusive, também foi morta – depois isso foi comprovado – pela ditadura militar. É um filme muito bonito, de Sérgio Rezende, com atuação fantástica de Patrícia Pilar. Todos que lá estiveram ficaram muito emocionados com a história, com o filme, com o significado de lembrarmos, até para a defesa da democracia, o que aconteceu de ruim, de negativo neste País em termos de violência, de morte, de tortura, de censura.

Sr. Presidente, por coincidência, ontem, como está registrado no *blog* do Noblat, o Senador Jorge Bornhausen fez uma acusação à equipe de rádio do Senado sobre ter havido censura no programa “Voz do Brasil”.

Em primeiro lugar, lamento pela equipe que temos aqui, que é uma equipe extremamente profissional, séria e responsável. Alguém que foi Governador biônico e Ministro da ditadura militar não tem moral para falar de censura, principalmente quando ela não existe, em hipótese alguma, pela equipe que temos, tão competente.

Portanto, presto a minha solidariedade à equipe da Rádio Senado e a parabeno pela cobertura ontem da pré-estréia do filme “Zuzu Angel”.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência concederá a V. Ex<sup>a</sup> a palavra para uma explicação pessoal, conforme o art. 14.

Antes, relativamente à primeira parte da fala da Senadora Ideli, aplaudo também, em nome da Mesa, o evento de ontem.

Quanto à segunda parte, além do Senador Jorge Bornhausen, também o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador Arthur Virgílio, especialmente, protestaram contra a prática de eventual censura no noticiário da “Voz do Brasil”.

O Presidente Renan Calheiros determinou imediatamente as providências necessárias para se apurar o fato e anunciou que tomará todas as providências que o fato exigir. O Presidente Renan Calheiros não se omitiu diante das denúncias ontem aqui apresentadas por vários Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, por cinco minutos.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento ter que usar a palavra na forma do art. 14, mas, evidentemente, não esperava a Senadora a minha presença, porque é seu costume falar nas ausências.

Na verdade e na realidade, fiz um discurso criticando a ousadia pretendida pelo Presidente Lula em defender dignidade, honra e ética no meu Estado. E o fiz muito consciente de que não era ousadia, era um abuso, já que ele não tem autoridade moral, porque permitiu o “valerioduto”, o “mensalão”, os vampiros e os sanguessugas. Na verdade, o meu pronunciamento, o pronunciamento de crítica do Senador Tasso Jereissati e o pronunciamento feito pelo Senador Antonio Carlos, em nome da Liderança, foram ignorados pelo programa “Voz do Brasil” no horário do Senado.

Publicamente, ontem, solicitei uma sindicância e considere o fato uma censura. Recebi do Presidente Renan Calheiros a solidariedade e o apoio àquilo que pedi, porque estava e estou com a razão. Tanto estava como estou com a razão que, ontem mesmo, na “Voz do Brasil”, os dois pronunciamentos foram reproduzidos e também foram reproduzidos o pronunciamento do Senador Tasso Jereissati e o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães. O **Jornal do Senado**, hoje, se justifica, ou procura se justificar. Nada a acrescentar.

Quanto a considerações de natureza pessoal feitas pela Senadora, deixo de responder, porque ela não merece resposta.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, da mesma forma, por ter sido citada, invoco o artigo 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrita logo após o Senador Romeu Tuma. Se houver...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Não, Sr. Presidente. V. Ex<sup>a</sup> vai me desculpar...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> não tem o direito de se pronunciar agora, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> provocou, e é o fato da provocação de V. Ex<sup>a</sup> que determinou a palavra do Senador Jorge Bornhausen. Regimentalmente, V. Ex<sup>a</sup> não tem o direito de usar a palavra agora.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, regimentalmente, qualquer pessoa citada tem direito a solicitar o artigo 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento, Senador Romeu Tuma.

Após o Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> está inscrita.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu solicito o direito...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Mesa não lhe concede o tempo solicitado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Eu solicito o direito de tréplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Solicito ao Senador Romeu Tuma que me conceda o tempo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu não posso fazer isso, mas o Presidente. O Presidente, tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, não tem direito à palavra neste momento.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Por que não tenho direito à palavra neste momento se fui citada? E, todas as vezes em que alguém aqui é citado...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> provocou a explicação pessoal, na forma do art. 14.

O assunto está encerrado, da parte da Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, é um ato também autoritário o de V. Ex<sup>a</sup>, ao não me conceder, regimentalmente, o direito que tenho de rebater a acusação e a provocação feita pelo Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> não tem autoridade política e moral para definir a natureza do ato da Presidência.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Como não tenho autoridade política e moral? Nesta Casa, sempre se procede desta forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> não tem direito à palavra.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Peço licença, então, para fazer uso da palavra. Em seguida, V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida, fará seu pronunciamento com tempo, e teremos mais tranquilidade.

Senador e Presidente Jorge Bornhausen, peço até licença a V. Ex<sup>a</sup>. É engraçado, pois fiz algumas anotações aqui para me referir ao fato de que o Presidente Lula, com todo respeito a Sua Excelência, sem nenhuma crítica, propõe a convocação de uma constituinte para a reforma política.

Participei de um debate recente, e disse o mesmo que V. Ex<sup>a</sup>: o caráter, a dignidade e a honra devem ser exigência, em primeiro lugar, dos partidos para conceder as legendas aos candidatos. E aqueles que ferem esse princípio não devem continuar a fazer parte do quadro dos partidos.

Vi também V. Ex<sup>a</sup> dizer, ao dar uma entrevista, que vai esperar a apuração, e expulsará do Partido aqueles que se comprometeram com os “sanguessugas” ou com qualquer outro tipo de indignidade que possa mal representar o PFL neste Congresso.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Marco Maciel, eu gostaria de me referir ao problema da agressão criminal em São Paulo, por parte das quadrilhas organizadas, que provocaram fatos gravíssimos – já repetidos por outros Senadores nesta Casa –, que inclusive se espalharam por outros Estados.

Cumprimento o Procurador-Geral do Estado de São Paulo, Dr. Rodrigo Pinho, e os três promotores designados por ele para investigar as mortes ocorridas durante as ações do PCC. Eles deram início a um trabalho excelente, o de buscar os bens materiais dos marginais responsabilizados pela prática do crime.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> tem sido um defensor árduo no repasse de investimentos maciços para a área de segurança, não apenas para o Estado do Paraná,

mas para toda a Nação. Esses três promotores buscaram a fonte de um dos acusados, cento e sessenta e poucos mil reais, pediram ao juiz que bloqueasse esse dinheiro, a fim de que, depois de terminado o processo, fosse colocado à disposição da família do bombeiro covardemente morto na porta do quartel, sem arma, sem nada, ferindo também uma instituição que tem um valor inestimável, não apenas em São Paulo, mas no País inteiro, sempre prestando serviço de socorro e de assistência, realmente um serviço de utilidade pública.

Sr. Presidente Alvaro Dias, que é pessoa que admiro e respeito muito, recebi, ainda ontem, uma carta do Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Adylson Motta, porque apresentei um projeto, até com a colaboração do Dr. Raimundo Carreiro, que possui uma experiência muito grande, a respeito da eficácia da decisão de o Tribunal de Contas da União mandar para o Tribunal Superior Eleitoral a relação dos administradores públicos que não tiveram suas contas aprovadas. Pedi alteração, Senador Flexa Ribeiro, no que diz respeito a um maior valor às decisões do Tribunal de Contas. S. Ex<sup>a</sup> me enviou um ofício respeitoso, agradecendo muito, inclusive citando as declarações do Ministro Marco Aurélio, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no último dia 03 de julho, que disse que “difícilmente poderia ter sucesso com aquelas comunicações”, porque, realmente, se fosse à Justiça, poderiam conseguir as liminares para continuar como candidatos.

Peço, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup> autorize que isto seja juntado ao processo do meu projeto.

Apresentei, hoje também, com todo o respeito ao meu Governador Cláudio Lembo e ao Secretário de Segurança, com base em entrevista que deu ao jornal **O Estado de S. Paulo**, no último domingo, em que faz referências a algumas acusações graves, como a falta de financiamento do Governo Federal ao Estado de São Paulo e tantas outras que foram resultantes de discussão durante a ação do PCC, requerimento, por intermédio da Mesa, justificando o meu pedido para que o Ministro informe a respeito da correção ou não daquilo de que foi acusado pelo Secretário Saulo de Castro, em São Paulo. São vários os pontos que ele levanta. Tenho certeza de que o Ministro olhará com carinho e responderá os questionamentos que faço, inclusive no que se refere ao emprego das Forças Armadas, em que tenho o meu ponto de vista, e não caberia agora fazê-lo, em razão do tempo.

Aproveito a presença do Senador Pedro Simon para cumprimentá-lo pelo convite feito, ontem, ao Ministro das Relações Exteriores, que falou sobre as últimas ocorrências e a retirada de brasileiros do Líbano,

que, nos últimos dias, é violentamente atacado. Tenho aqui recortes de jornais com fotografias de crianças mortas, o que é muito triste, e talvez até aqueles que tenham parentes ou sofreram no local, Senador Marco Maciel, estejam como nós, chorando pela morte dessas crianças, com a mesma angústia e com o mesmo sofrimento, dentro do próprio Estado de Israel.

Assim como fez o Senador Pedro Simon, na convocação de ontem, com brilhantismo, o Ministro Celso Amorim, em sua exposição, e o Senador Ramez Tebet, que ocupou a tribuna para se referir a esses fatos, eu registro a nossa preocupação e o desejo de que a paz volte a reinar em um mundo tão conturbado como o de hoje.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Romeu Tuma?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não, Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Nobre Senador Romeu Tuma, comungo do mesmo sentimento de V. Ex<sup>a</sup>: que seja possível um entendimento no Oriente Médio, até porque a exacerbação do conflito está levando a uma situação em que muitos civis estão sendo atingidos, inclusive crianças. Já que estamos começando um novo século, mais do que um novo século, um novo milênio, está na hora de encontrarmos mecanismos, por meio da ONU, para que haja um entendimento no Oriente, sobretudo nesse mais que milenar conflito árabe-israelense. A Resolução nº 242 da ONU, à qual o Brasil aderiu também, estabelece procedimentos que levariam ao entendimento, isto é, asseguraria a Israel o direito de sua existência e de sua segurança e, de outra parte, asseguraria a organização do Estado palestino, disponibilizando meios econômicos para viabilizá-lo. Acho que esse seria o caminho, mas vejo cada vez mais distante a possibilidade de chegarmos a uma solução razoável do problema. No entanto, nunca é tarde insistir nesse campo. Em primeiro lugar, a paz, porque sem ela não é possível sequer discutir o assunto, encontrar caminhos. Feita a paz, sobretudo com o cessar-fogo – espero que venha ocorrer brevemente –, talvez possamos ter uma grande conferência internacional que ponha fim a essa questão, que tantas vítimas tem causado e que, de alguma forma, tem comprometido no mundo a busca de uma autêntica paz. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que faz e pelas preocupações que revela com relação ao conflito no Oriente Médio.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte e peço licença para incorporá-lo ao meu pronunciamento. Mais do que ninguém nesta Casa, V. Ex<sup>a</sup> sabe o que aquela região representa para as várias religiões que lá nasceram. Se Deus está presente, não



pode estar fora daquela parte do Oriente, onde Jesus viveu por tanto tempo, foi perseguido e morto. Infelizmente, esses conflitos não se arrefecem.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon, se o Presidente me autorizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> pode apartear, Senador.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Felicito V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento, muito feliz e muito oportuno. Como V. Ex<sup>a</sup>, fiquei bastante satisfeito com a manifestação e os argumentos apresentados pelo nosso Chanceler. Aliás, tenho o maior respeito por S. Ex<sup>a</sup>. A minha admiração vem de longe, pois S. Ex<sup>a</sup> já foi chanceler do Governador Itamar Franco. E não me recordo de um período onde tenha tido tanta complicação: na Venezuela, no Paraguai, na Bolívia, no México há uma série de questões que exigem uma tomada de posição. E S. Ex<sup>a</sup> vem agindo com grande categoria. Dizia-nos ontem que essa foi a maior operação da história do Itamaraty ao trazer brasileiros refugiados de qualquer região do mundo: mais de 2.200. O Itamaraty e a Aeronáutica estão dando uma demonstração muito grande de capacidade, de competência, auxiliando não só os nossos irmãos brasileiros, mas muitas pessoas de outras nações. A chance de eles saírem do conflito era a presença do resgate oferecido pelo Brasil. O Chanceler falou e nós insistimos que o Brasil tem de avançar um pouco mais no que tange à situação que lá se encontra. O Papa, em homenagem aos judeus quando lá esteve, disse que não sabia onde Deus estava quando aquelas coisas aconteceram na Gestapo contra os judeus. Foi uma figura que deixou uma afirmação muito emblemática. Eu mesmo perguntei a alguns irmãos religiosos a dureza dessa afirmação: onde estava Deus quando essas coisas aconteceram? É de se perguntar agora a mesma coisa. Ali, como diz bem V. Ex<sup>a</sup>, na terra onde Cristo viveu, morreu, transmitiu a sua idéia, o seu pensamento, essas coisas estão acontecendo. E a humanidade, onde está que não faz nada? Recebi uma carta da sociedade israelita de Porto Alegre, com a qual concordo inteiramente, porque os israelitas no Brasil têm uma convivência fraterna e pacífica com os brasileiros e com os árabes. Reconheço que, para mim, aquele grupo armado no Líbano faz mais mal àquele país do que a qualquer outro, porque eles estão tomando uma iniciativa que não é boa, que prejudica o país, mas a reação tem sido até exagerada. A minha mágoa e o meu ressentimento são com o Presidente Bush. Esse homem é de uma maldade, é de uma falta de sensibilidade que não consigo entender. Reparem que desta vez nem o Primeiro-Ministro inglês, que nas outras vezes apoiou o Presidente americano...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Primeiro-Ministro Blair.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – É, nem ele está com o Presidente americano. O Primeiro-Ministro francês, numa atitude heróica, está defendendo a tese de que, primeiro, deve-se mandar parar o que está acontecendo e, depois, discutir se é para mandar uma tropa e, se for o caso, enviá-la. Mas o Presidente Bush quer primeiro paralisar o que está acontecendo lá, bombardear tanto quanto for necessário para desmontar qualquer onda de terrorismo e, depois, mandar as tropas. Esse é um absurdo que não tem lógica! Por isso, o Primeiro-Ministro francês, até com certa revolta, está se manifestando, assim como o Primeiro-Ministro da Espanha, que foi lá manifestar a sua solidariedade. Mais uma vez, o americano se encontra em uma posição isolada perante o mundo. O Brasil, como disse nosso Ministro – e deve continuar fazendo –, está intercedendo nesse sentido. Esse terceiro milênio, cá entre nós, começou tão mal, com tantos problemas e com tantas dificuldades, que não é possível! Há o caso do Iraque, que está sendo destruído, há animosidades internas, ninguém mais se entende e sabe quem é de um lado ou de outro. Agora, no Oriente Médio, estão voltando para um caminho que pensávamos que já havia passado. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e também as manifestações feitas, como muito bem disse V. Ex<sup>a</sup>, pelo nosso Ministro das Relações Exteriores, que foi muito claro ao manifestar o seu pensamento e o pensamento do Governo brasileiro. Muito obrigado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Seu aparte ilustra muito este momento de amargura em que vivem todas as nações indiscriminadamente.

O sofrimento do povo libanês é muito grande. Contabilizam-se, Senador Pedro Simon, mais as mortes que as vitórias. Estão contando quem matou mais, o que é tão profundamente amargo que passa a ser inaceitável.

Aproveito a oportunidade para pedir ao Governo que apóie a Aeronáutica e o Itamaraty com meios para que essa ponte aérea humana tenha prosseguimento, cada dia mais rápido, para que se retirem realmente aqueles que precisam sair do país e retornar ao Brasil. O Senador Roberto Saturnino, aqui presente, tem apoiado todas as iniciativas nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

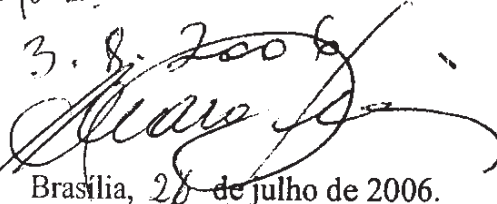
**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*



Junta-se ao Processo  
do PLS 231/2006-ten  
nente.

em 3.8.2006



Brasília, 28 de julho de 2006.

Senador Romeu Tuma,

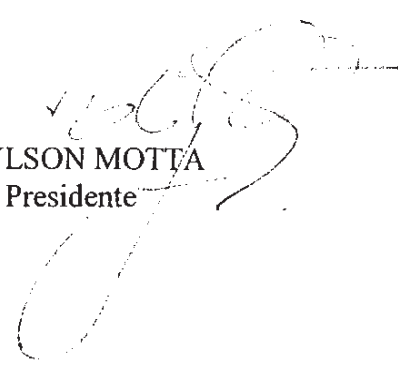
Com satisfação registro o recebimento do Ofício nº 127/2006, de 26/7/2006, por meio do qual Vossa Excelência encaminha o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006 - Complementar, de sua autoria, que trata dos casos de inelegibilidade.

Manifesto meu agradecimento, e de toda a Corte Federal de Contas, por sua preocupação e esforço pessoal junto a essa Casa Legislativa visando dar eficácia às decisões deste Tribunal.

Nesta oportunidade, encaminho-lhe cópia da Comunicação que proferi na Sessão Plenária deste Tribunal, nesta data.

Por sua especial atenção, renovo a Vossa Excelência meu distinto apreço e consideração.

Atenciosamente,



ADYLSO MOTT  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROMEU TUMA  
Senado Federal  
Brasília - DF

## COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Senhores Ministros,  
Senhor Procurador-Geral,

Comunico a Vossas Excelências que recebi hoje do Senador Romeu Tuma ofício em que aquela autoridade encaminha à Presidência desta Casa cópia do Projeto de Lei do Senado Federal nº 231, de sua autoria.

A proposta altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, que regula os casos de inelegibilidade.

Atualmente, o citado dispositivo caracteriza como inelegíveis, pelo prazo de cinco anos, aqueles que tiverem suas contas referentes ao exercício de cargo ou função pública rejeitadas por decisão definitiva dos tribunais de contas, salvo se a matéria houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário.

Essa ressalva do recurso ao Judiciário tem diminuído dramaticamente a efetividade das deliberações dos órgãos de controle e conspurcado os procedimentos eleitorais, pois basta àqueles interessados em burlar a restrição o simples ajuizamento de qualquer ação, em qualquer momento anterior ao pleito, para manterem sua elegibilidade.

O texto sugerido pelo Senador Romeu Tuma corrige essa grave falha. Ele torna inelegíveis “os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargo ou função pública rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irreversível do órgão competente para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, salvo decisão judicial transitada em julgado, proferida antes da impugnação do registro da candidatura, em ação que objetive desconstituir a decisão que rejeitou as contas”.

A proposta de Sua Excelência, que visa a conferir maior efetividade às deliberações dos tribunais de contas e a aprimorar o processo político brasileiro, nasceu de declarações decorrentes da audiência desta Presidência com o Ministro Marco Aurélio, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no último dia 3 de julho, oportunidade em que foi entregue à Justiça Eleitoral a relação dos gestores públicos que tiveram suas contas julgadas irregulares pelo TCU nos últimos cinco anos e deu-se destaque à falha existente na legislação relativa à inelegibilidade.

Esta Presidência congratula o Senador Romeu Tuma pela iniciativa, que demonstra o notável espírito público Sua Excelência, e exorta os Membros desta Casa a contribuírem com o Senado Federal no exame da matéria, que poderá significar importante contribuição para resgate da moralidade no panorama institucional do País.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 26 de julho de 2006.



ADYLSO MOTA  
Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

A solicitação de V. Ex<sup>a</sup> será atendida na forma regimental.

**A SRA. IDELI SALVATI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, à Senadora Ideli Salvati.

**A SRA. IDELI SALVATI** (Bloco/PT – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Art. 14, inciso VI, do Regimento desta Casa:

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

(...)

VI – para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão; (...).

Portanto, invoco o art. 14, porque fui citada nominalmente pelo Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exatamente com base no artigo lido por V. Ex<sup>a</sup> – nem seria necessário fazer a leitura – a Mesa não lhe concedeu o direito à tréplica. O Senador Jorge Bornhausen...

**A SRA. IDELI SALVATI** (Bloco/PT – SC) – Não pedi direito à tréplica. Pedi a palavra pelo art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> se cale, pois a Presidência está respondendo.

**A SRA. IDELI SALVATI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o senhor é tão Senador quanto eu. O direito que o senhor tem de estar nessa cadeira é o mesmo que eu tenho de estar nesta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> fez uma questão de ordem, e a Presidência está respondendo.

**A SRA. IDELI SALVATI** (Bloco/PT – SC) – Então, por favor, se atenha ao Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ouça a resposta à questão de ordem formulada por V. Ex<sup>a</sup>. O Senador Jorge Bornhausen, com muita elegância e educação, respondeu às provocações, às agressões de V. Ex<sup>a</sup>, citando-a, sem, no entanto, agredi-la em nenhum momento. Ele não fez nenhuma citação pejorativa...

**A SRA. IDELI SALVATI** (Bloco/PT – SC) – Disse que eu falo sem as pessoas estarem presentes e fez uma série de questões que tenho o direito de rebater.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – ... nem mesmo a incitou a qualquer resposta. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> não tinha o direito, e não o tem, de responder.

**A SRA. IDELI SALVATI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, invoco...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem...

**A SRA. IDELI SALVATI** (Bloco/PT – SC) – Eu invoco o direito regimental e solicito a opinião do Vice-Presidente desta Casa, Senador Tião Viana, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência lamenta...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como companheiro de Mesa de V. Ex<sup>a</sup>, com o maior respeito que tenho pelo Dr. Carreiro, do ponto de vista do uso da palavra pelo art. 14, a Senadora está absolutamente correta.

Na ocasião, deve ser dada a palavra. Não tenho nenhum questionamento a fazer à autoridade que V. Ex<sup>a</sup> exerce quando está presidindo a sessão. Agora, do ponto de vista regimental, ela está absolutamente correta. Lamento discordar do professor maior de Regimento que eu tenho nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Lamento discordar do amigo e grande Senador Tião Viana. Eu creio que, em matéria de Regimento, nós temos muito o que aprender com o Dr. Carreiro; nesta hora, como em todas as outras, pela larga experiência que adquiriu no exercício dessa função, a orientação dele foi absolutamente correta. É claro que nós respeitamos interpretações. Ocorre que a Presidência da Mesa decidiu e, obviamente, não há outra forma a não ser cumprir a deliberação da Mesa. O assunto está encerrado.

Eu concedo a palavra, intercalando os oradores, ao Senador Geovani Borges, que vai usar a palavra como orador.

**A SRA. IDELI SALVATI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu peço ao Senador Geovani Borges que aguarde a

Senadora Ideli Salvatti. Depois, nós iniciaremos o processo de intercalar o Senador inscrito com o Senador que solicita a palavra para uma comunicação na Hora do Expediente.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de V. Ex<sup>a</sup> me conceder a palavra, eu já estava inscrita como oradora. Tenho um assunto e um tema para tratar neste meu tempo de inscrição. Portanto, já que V. Ex<sup>a</sup> me negou o direito regimental de utilizar o art. 14, quero solicitar cinco minutos pela Liderança do PT, a que também tenho o direito. Porque eu não vou usar o meu tempo...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra como Líder do PT. Veja V. Ex<sup>a</sup> que ninguém aqui tem receio do que V. Ex<sup>a</sup> possa dizer da tribuna. Ocorre que há um Regimento e há que se respeitá-lo, em que pese interpretações divergentes. A interpretação que prepondera sempre é a da Mesa, e a interpretação da Mesa foi aquela que oferecemos à questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup>. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por cinco minutos como determina o Regimento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para emprestar a minha opinião sobre os fatos. Eu também estava ouvindo pela TV Senado porque não consegui chegar até aqui e pude acompanhar apenas o trecho final da fala do Senador Jorge Bornhausen. Não quero me ater ao Regimento, nem contestar a decisão de V. Ex<sup>a</sup>. Mas a praxe nesta Casa é que, em momentos polêmicos, seja sobre temas da política ou de entendimento da fala dos Srs. Senadores e das Sr<sup>as</sup> Senadoras, a praxe é que pelo menos haja a réplica e a tréplica até porque, normalmente, diante desses debates, volta-se à calma e ao entendimento. Já assistimos a isso várias vezes, com diversos parlamentares, aqui no Senado Federal. Portanto, levando em conta o bom relacionamento neste Plenário, amigos de trabalho que somos, acho importante manter um pouco dessa performance para todos nós. Então fica apenas esse apelo à praxe que a Presidência tem adotado em momentos anteriores sobre eventos como este.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Embora não devesse responder a uma questão vencida, eu gostaria de dizer ao Senador Sibá Machado que qualquer interpretação merece o respeito de todos os Senadores. Eu não sou daqueles acostumados ao desrespeito a opiniões divergentes.

De qualquer forma, esta é a prática nesta Casa: a orientação regimental sempre é conferida pela Secretaria-Geral da Mesa, que, sem dúvida nenhuma, é quem tem mais condições de interpretar corretamente o Regimento. Enquanto eu estiver presidindo a sessão, eu me orientarei por aquilo que estabelece a prática do Senado Federal, que é sempre ouvir a Secretaria da Mesa sobre questões regimentais. Foi o que a Presidência fez e deliberou dessa forma.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti como Líder do PT, por cinco minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, invoco aqui nada mais nada menos do que o testemunho da imprensa, que acompanha sistematicamente as sessões do Senado, para que ela, que assiste permanentemente a estas sessões, responda se não é usual, permanente: toda vez que alguém aqui é citado em qualquer pronunciamento, o art. 14 é concedido sempre. Às vezes, a citação se dá até para facilitar a utilização do art. 14. Não foi uma, nem duas, nem três vezes que isso aqui aconteceu. Portanto, quero deixar aqui registrado o repúdio pela questão regimental afrontada, sim, indiscutivelmente, porque isso é usual e é o que acontece permanentemente.

Em segundo lugar, não vou admitir, Senador Alvaro Dias, que qualquer Senador ou Senadora faça um pronunciamento como fez V. Ex<sup>a</sup>, que se dirigiu a minha pessoa dizendo que não tenho autoridade política nem moral. Volto a dizer: quem me colocou nesta cadeira foi o povo do meu Estado, quem colocou V. Ex<sup>a</sup> nessa cadeira foi o povo do seu Estado. E daqui só sairemos pelo voto do nosso Estado.

Quero dizer mais. Reafirmo, quem esteve comprometido, participou ativamente da ditadura militar, não tem moral para falar de censura! O filme da Zuzu Angel é uma prova inequívoca do sofrimento, da censura, da violência e da morte infligida a famílias brasileiras pela ditadura militar, o que é inadmissível. Portanto, quem esteve envolvido, quem foi parceiro, não tem direito de falar de censura, mesmo que tenha sofrido a censura, e não acredito que a rádio Senado tivesse feito qualquer tipo de censura.

Por último, quero mencionar os discursos contundentes a respeito de o Presidente Lula não ter moral. O Presidente Lula tem moral, e muita moral, e moral reconhecida pelo povo brasileiro, senão não teria a intenção de voto que tem, não teria o carinho do povo brasileiro. Falam de escândalos, escândalos, escândalos! No pronunciamento que farei no meu horário de inscrita, em seguida, falarei sobre escândalo!

Peço a atenção do Senador Pedro Simon: a Companhia Vale do Rio Doce – isso está em todos os jor-

nais de hoje – teve um lucro de, nada mais nada menos, R\$3,9 bilhões em três meses; esse foi o lucro da Vale do Rio Doce. Sabe por quanto ela foi vendida? Foi vendida por R\$3,13 bilhões – vejam os que nos acusam, que nos atacam dizendo que não temos moral –, portanto, por menos do lucro de um trimestre. E querem ter moral de dizer o que depois de um crime de lesa-pátria dessa magnitude, vendendo uma das maiores empresas do mundo, hoje, por menos do que o lucro de um trimestre? Então não têm moral, não têm moral.

O Presidente Lula tem todo o direito de dizer que tem de lavar a boca. Tem mesmo de lavar a boca por causa de tudo que fizeram neste País.

Muito obrigada.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL– PI) – Sr. Presidente...**

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência não quer retornar ao assunto, considera-o vencido, mas reafirma os termos do seu pronunciamento anterior já que realmente não cabe autoridade moral e política para questionar decisões da Mesa, quando elas decisões são respaldadas pelo Regimento.

Nesses termos é que coloquei a questão da autoridade moral e política.

Está encerrado o assunto.

Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, vou tratar exatamente de uma questão regimental. A Senadora Ideli Salvatti, com esse seu espírito democrático, do qual não se afasta nunca, pediu que a imprensa se manifestasse em plenário. Eu acho que o lugar de a imprensa se manifestar, e o faz com muita competência e isenção, é exatamente nos seus órgãos de comunicação. Querer fazer média com a imprensa e dizer que ela deveria ser ouvida aqui é uma maneira de enganar.

Quanto à censura, gostaria de dizer que ela existe na ditadura e na democracia. Censuram-se inclusive fatos que ocorrem na Justiça e de que as pessoas se negam a tratar aqui no Senado. A censura existiu lá como existe aqui.

De forma, Sr. Presidente, que esse assunto precisa ser abordado com seriedade.

A Vale do Rio Doce foi vendida barata, foi entregue. Felizes são o Brasil e a Vale do Rio Doce, que hoje está produzindo tudo isso. Imagine se ela estivesse na mão do PT e dos sanguessugas! Onde estaria a Vale do Rio Doce hoje, Sr. Presidente? Onde estariam a Vale do Rio Doce e o lucro dela? Felizmente, em um passado

recente, teve-se a coragem de diminuir o tamanho do Estado e de acabar com o vertedouro de corrupção, que seria um prato cheio para o atual Governo, que, dia após dia, responde muitas vezes o irresponsável e faz corrupção na alta e na baixa escala, da ambulância aos envolvimento milionários.

De forma que não aceito, Sr. Presidente, que esta Casa seja diminuída e que se use para isso o exemplo da figura de Zuzu Angel, que no seu túmulo deve revolver-se de ódio por estar sendo usada como mau exemplo, como exemplo indevido, num momento como este. O melhor que se deveria fazer seria respeitar a história dessa brasileira que penou, como tantos brasileiros penaram. O que não se pode fazer é tentar usá-la como subterfúgio ou como argumento dos seus pecados, que são injustificáveis.

Muito obrigado.

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.**

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

A Presidência pede apenas o cumprimento do Regimento, no que diz respeito ao tempo nas questões de ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, eu cumprirei o Regimento fielmente.

Sr. Presidente, ouvi o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti e o do Senador Heráclito Fortes e quero dizer que concordo em parte com o que foi dito. Concordo com a Senadora Ideli Salvatti, quando ela se reporta ao período da ditadura, que cerceou, sim, o direito de liberdade de comunicação de tantas pessoas. Concordo também com a reclamação que os Senadores fizeram ontem sobre o cerceamento que sofreram na “Voz do Brasil”. As duas coisas estão erradas. Nós somos contra os dois métodos. Não pode haver cerceamento de ninguém. Com relação a esse ponto, o Senador está correto.

O que chama a minha atenção aqui é a transformação do debate sobre os encaminhamentos políticos, jurídicos e sociais, que é tão salutar, em questões pessoais. No meu entendimento, houve destrato, sim.

A minha reclamação é no sentido de que jamais entremos em questões pessoais. Se isso acontecer, o debate estará aniquilado, prejudicado.

Portanto, seja de quem forem as agressões, não poderemos aceitá-las.

Quero render um tributo à minha Líder, Senadora Ideli Salvatti, porque, ao usar esse argumento, eu creio que ela está coberta de razão, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra, pela ordem, o Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem porque também fui envolvido no debate. Evidentemente, não houve o objetivo de me ofender, mas fui um dos que foram considerados censurados no pronunciamento do Senador Jorge Bornhausen.

Eu queria dar o meu depoimento de que o próprio Diretor de Comunicações desta Casa reconheceu que isso aconteceu, pediu-me desculpas e disse que esse tipo de coisas não iria mais acontecer.

Esse era o primeiro depoimento que eu queria dar.

O segundo é relativo à censura. Quero dizer que qualquer tipo de censura ou qualquer tipo de discriminação é inaceitável, seja de quem for e de onde vier.

Assim como é odienta a censura que o regime militar fez durante tantos anos neste País, também é odienta a tentativa de rotular pessoas que participaram, ou não, daquele período e, a partir daí, impedidas de falar.

Eu quero lembrar que essas pessoas, assim como todos os brasileiros, são cidadãos brasileiros e foram eleitos com as mesmas condições que foram levantadas pelo seu povo e pelo seu Estado. Por isso, têm o mesmo direito, a mesma autoridade moral e a mesma legitimidade popular para dar a opinião que quiserem, e fazer a crítica que quiserem, no momento em que quiserem, não importando se eram da Arena, do PSDB, do PT, do PMDB, da Arena 1, da Arena 2 ou de qualquer partido, inclusive daqueles partidos de esquerda, que também praticaram seus crimes durante a ditadura, que também não são aceitáveis.

Hoje, vivemos outra situação neste País. Somos todos integrados na mesma democracia, e é absolutamente inaceitável esse novo tipo de censura que se quer fazer agora, tratando as pessoas de modo diferente em virtude de seu passado político. O importante do passado político de cada um é que se tenha integridade pessoal, independentemente de crenças ideológicas. A integridade pessoal, a meu ver, é o que o povo brasileiro procura hoje.

Quero dizer, porque faço parte daquele grupo que esteve no Poder e fez o processo de privatização, que, graças a Deus, houve o processo de privatização há dez anos. Com certeza, alguns por má vontade, outros por desconhecerem qualquer tipo de aritmética ou matemática financeira, confundem números de dez, quinze anos atrás com números de hoje, que absolutamente não têm nada a ver.

Por isso mesmo, se as empresas estivessem em mãos de quem desconhece as técnicas de gerenciamento, os lucros nunca seriam os mesmos de hoje. O que realmente dá pena é ver estatais na mão de gente corrupta, que desperdiça o patrimônio público, que joga fora o patrimônio público, que desvaloriza o patrimônio público e que desvia recursos do patrimônio público para finalidades absolutamente inconfessáveis. Esse é o problema. Essa é a grande questão que se deve discutir hoje.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui me associar ao que disse o Senador Tasso Jereissati. Lamentavelmente, a Líder do PT desconhece os princípios primários de economia. Quando a Vale do Rio Doce foi privatizada, há dez anos, ela foi privatizada em função do valor do seu patrimônio líquido. Naquela altura, por falta de capacidade de investimento do Governo Federal, valia aquilo pelo qual ela foi arrematada. Os investimentos feitos, já com a Vale privatizada, ao longo destes 10 anos, propiciaram o aumento da sua capacidade de geração de negócios que a levam a ter hoje esse lucro que, como disse a Senadora, é da ordem de R\$ 3,9 bilhões.

Grande parte desse lucro, a Vale do Rio Doce auferiu no Pará, que é o Estado que, com muita honra, represento aqui. Só que não disse ela que, no Governo Lula, esses lucros são auferidos, nessa ordem, pelo sistema financeiro, que não gera emprego e não gera produção. E quando ela diz que quem, supondo ela, participou do Governo da ditadura não pode falar em censura, quero dizer que quem participa do Governo corrupto não pode falar de ética, não pode vir aqui falar de ética.

E quem diz isso é o ex-assessor de imprensa do Presidente, o jornalista Ricardo Kotscho, que no seu livro **Do Golpe ao Planalto** reconhece que o Presidente Lula participou, sim, da negociação que ele presenciou, em 2002, no apartamento do ex-deputado Paulo Rocha, onde se plantou a semente do mensalão. A negociação juntou, de um lado, Lula e José Dirceu e, de outro lado, José Alencar e Valdemar Costa Neto, Presidente do PL.

Só três anos depois, Kotscho descobriu o móvel principal daquela feroz discussão: R\$ 10 milhões. E o pior: ele assegura que Lula estava lá debatendo “a fixação do preço”.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na forma do documento enviado pelo Senador José Agripino, Líder do meu Partido, peço a palavra na hora oportuna e regimental para falar em nome do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma regimental, em conformidade com a prática de intercalar oradores, entre os inscritos e os Líderes.

Concedo a palavra para uma breve comunicação ao Senador Geovani Borges.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição pela Liderança do PMDB, já que a Liderança do Governo está cedida para o Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito pela Liderança do PMDB.

Concedo a palavra finalmente ao Senador Geovani Borges.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Saturnino Braga. Ainda não é a vez do Senador.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trava-se todo um debate aqui em torno da censura e de acontecimentos passados, no qual se inclui a questão da privatização e do que nunca foi revelado, ou seja, o que se passou por detrás dessas operações em que o BNDES, o órgão desenvolvimentista brasileiro, financiou grupos privados para tomarem o patrimônio público a preços absolutamente aquém do valor real.

Sr. Presidente, lembro-me muito bem de que o preço da Vale do Rio Doce, na época, foi contestado. Foi de uma forma absolutamente flagrante a benesse que se estava dando para grupos privados tomarem conta de patrimônio que é do povo, que é da Nação brasileira. E agora vem-se dizer que a Vale prosperou porque foi privatizada. Isso é suposição! Claro, o grupo privado tomou empréstimos para adquirir as ações, operou no mercado financeiro com as vantagens que lhe foram oferecidas. Propiciou-se um bom negócio, evidentemente.

Agora, a Vale estatal conseguiu feitos, conseguiu êxito que foi exatamente o que levou a empresa à posição que tinha no momento em que foi privatizada. E jamais grupo privado nenhum teria levado a Vale do Rio Doce àquela situação. Jamais grupo privado nenhum teria feito o que fizeram as estatais brasileiras pelo desenvolvimento. A Petrobras passou a ser uma empresa para dar lucro, comprando navio no exterior, fabricando plataformas no exterior. A Petrobras teve 60% das suas ações vendidas na Bolsa de Nova Iorque.

Quer dizer, esses atentados ao patrimônio público, esses atentados ao projeto desenvolvimentista brasileiro é que acabaram neste País e agora querem retornar. E não vão retornar, porque a consciência nacional vai falar mais forte do que tudo. Acima de tudo, há o interesse da Nação brasileira, do seu patrimônio, do seu desenvolvimento, do seu projeto, do seu destino de Nação desenvolvida que depende exatamente dessa retomada da ação do Estado no desenvolvimento. Não depende do mercado. Mercado não produz desenvolvimento nenhum. A ação estatal, os planejamentos, os investimentos estatais e a escolha dos setores estratégicos é que produziram, no Brasil, o seu momento maior de desenvolvimento, que parou inteiramente no momento que começaram essas privatizações.

Não retornarão! Não retornarão, porque o povo vai dar a resposta a esses que pensam que entregar o Brasil ao mercado é fazer a felicidade do povo. Não vão retornar ao poder e esse é o debate maior que se deve travar nesta campanha eleitoral. Porque este é o ponto crucial: o destino do Brasil. Não é essa questão de ficar dizendo ética para cá e ética para lá. Nunca se apurou tanto no Brasil. Onde foram parar as CPIs pedidas nos Governos anteriores? A CPI dos Empreiteiros, a CPI da Privatização, a CPI da Compra de Votos nunca saíram do papel.

Aqui, neste Governo, pela primeira vez o Congresso instala três CPIs e apura tudo que está apurando.

Então, Sr. Presidente, não vamos falar em ética.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Isso é pela ordem, Sr. Presidente? É pela ordem que ele está falando?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– É pela ordem.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Vamos falar em desenvolvimento do País. Vamos falar sobre o destino do País. Vamos falar do interesse do povo brasileiro que está acima de tudo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu quero parabenizar o Senador Saturnino Braga.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Quero apenas salientar que o Senador Roberto Sa-

turnino cumpriu o seu tempo regimental. S. Ex<sup>a</sup> não o extrapolou.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Serei breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente.

Eu quero apenas parabenizar o Senador Roberto Saturnino e digo aqui repetidamente – e tenho certeza de que estou certo: ele está no Partido errado. Ele não tem nada a ver com este PT. Nós não vemos S. Ex<sup>a</sup> metido nesses escândalos. Nós vemos o Senador com esse seu discurso solitário, que é o mesmo de 20 anos atrás....

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – De 40 anos, Senador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – De 40 anos atrás – S. Ex<sup>a</sup> me corrige aqui.

V. Ex<sup>a</sup> foi brilhante, Senador Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – E foram os 40 anos de maior progresso neste País. Foram os 40 anos mais felizes da Nação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu só queria que V. Ex<sup>a</sup> tivesse tranqüilidade...

**O SR. PRESIDENTE** (PSDB – PR) – O nobre Senador Heráclito Fortes está com a palavra.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu pediria tranqüilidade a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Saturnino.

**O SR. PRESIDENTE** (PSDB – PR) – Em pronunciamento pela ordem, não há possibilidade de aparte nem mesmo pelo microfone, muito menos sem o microfone.

Peço ao Senador Roberto Saturnino que, democraticamente, ouça o Senador Heráclito Fortes, como S. Ex<sup>a</sup> o fez anteriormente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O brilhantismo do Senador Roberto Saturnino não se manifestou ontem aqui nesta Casa, quando o Governo mandou o Projeto da Marinha Mercante para esta Casa – e era o mesmo BNDES que financiava a juros privilegiados um projeto que, Deus sabe como, foi aprovado a toque-de-caixa. O vibrante Senador Roberto Saturnino não estava aqui ontem para protestar contra o Governo que aqui defende por ter mandado esse projeto.

Mas, pela seriedade e pela retidão de S. Ex<sup>a</sup>, eu tenho certeza de que o Senador Roberto Saturnino ficará contra esse empréstimo e, acima de tudo, por coerência, não irá permitir a sua aprovação. São os mesmos critérios do BNDES, sacrificado inclusive se

aprovado for, porque extrapolam os limites possíveis para empréstimos daquela natureza.

Como eu sei, Senador Saturnino, que V. Ex<sup>a</sup> é um homem de bem, não se levantou ontem contra esse projeto talvez porque não estivesse em plenário, mas se comprometeu com a Nação. E V. Ex<sup>a</sup> é um homem que, quando assume compromisso, honra. V. Ex<sup>a</sup> não votará a favor dessa solicitação do Governo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou conceder a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, depois ao Senador Romero Jucá.

Solicito, a partir de agora, que não ocorra mais repetição da solicitação pela ordem. Evidentemente, a Mesa não tem condições de antever qual será a questão de ordem solicitada ou mesmo a solicitação da palavra pela ordem. Democraticamente, a Presidência concede a palavra, mas apelo aos Srs. Senadores que não solicitem, mais de uma vez, a palavra pela ordem, apenas uma vez. Mas vou conceder, já que concedi a outro, ao Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, não estou pedindo pela ordem. Estou pedindo a palavra pela Liderança, por cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito como Líder do PSDB.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, pela citação do Senador Heráclito Fortes, quanto à questão do empréstimo de ontem que a Liderança do Governo apresentou e defendeu. Eu quero colocar aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu não ouvi a citação, Senador.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Não? Houve citação, sim!

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Houve citação, sim. E sou o Líder do Governo nesta Casa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> é caixa de banco? É fiscal de banco?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para colaborar com a Mesa: que V. Ex<sup>a</sup> possa destinar cinco minutos para cada orador.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É o que estamos fazendo.

O Senador Romero Jucá tem a palavra pela ordem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias,

Senador Heráclito Fortes, tenho procurado pautar as minhas ações no sentido de construir o debate, de facilitar os entendimentos, de procurar esclarecer as questões.

Ontem, discutimos a questão não do empréstimo da Transpetro, mas sim do aumento da capacidade de endividamento da Transpetro, para que esta possa começar a discutir com o BNDES um empréstimo de financiamento que depois virá para esta Casa. Portanto, discutimos ontem limites de endividamento, colocamos as questões, procuramos apresentar todas as informações necessárias e, por solicitação do Senador Tasso Jereissati, de V. Ex<sup>a</sup> e de outros Parlamentares, dissemos que iríamos prestar os esclarecimentos necessários.

Hoje, pela manhã, liguei para V. Ex<sup>a</sup>, liguei para o Senador Tasso Jereissati, colocando-me à disposição, pela Liderança do Governo, para prestar quaisquer esclarecimentos necessários, porque entendo que esse limite de endividamento é importante para o prosseguimento do programa de reconstrução naval brasileira e atende principalmente a três Estados na geração de emprego: Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Então, em nenhum momento do debate – e o Senador Romeu Tuma foi Relator dessa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos – foi levantado qualquer indício de irregularidade, corrupção ou de qualquer questão de ação escusa; pelo contrário, o que foi levantado aqui foi a necessidade de informações complementares.

Registro aqui, hoje, que estaremos à disposição para prestar essas informações complementares. Se não vamos poder votar hoje essa matéria, espero que possamos votá-la no início de setembro, no próximo esforço concentrado, porque é uma matéria importante.

Tenho atuado pela Liderança do Governo, não para acirrar os ânimos nessa questão da disputa eleitoral.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Romero, ninguém falou em corrupção aqui, não. É o subconsciente partidário. Não se falou em corrupção aqui.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Subconsciente, não. V. Ex<sup>a</sup> foi quem fez uma série de acusações.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Diga-me uma, uma.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito, sem apartes.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Se V. Ex<sup>a</sup> ou se qualquer Senador tiver alguma informação a prestar sobre essa questão, o Governo está aberto para qualquer esclarecimento necessário.

Queremos votar a matéria no início de setembro, pois é importante. E entendo que essa questão deve ser conduzida dentro do debate, dentro do esclarecimento e dentro da postura de construção e de respeito democrático que nós devemos ter.

Portanto, Sr. Presidente, fica feito o esclarecimento. Quero refutar aqui qualquer irregularidade e qualquer levantamento de questão contra esse relatório feito pelo Senador Romeu Tuma e defendido por mim aqui, pela Liderança do Governo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias) – Senador Romeu Tuma, pela ordem.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço desculpa a V. Ex<sup>a</sup>, pois acho que o debate está esquentando o ambiente e eu não me estaria intrometendo, mas o relatório foi para aumentar o endividamento. Não se discute valores onde possa haver corrupção. O que pedi é que o Tribunal de Contas, quando vir os pedidos de empréstimo, faça a fiscalização como foi do tapa-buracos. Então, não posso admitir, nem por sombra, que passe na cabeça de ninguém que eu estaria comprometido com qualquer coisa que trouxesse indignidade à minha atividade de mais de 50 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sr. Tasso Jereissati, pela ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex<sup>a</sup> uma explicação pessoal, porque o que foi dito aqui pelo Senador Romero dá até a entender que se colocou em dúvida o relatório do Senador Tuma. De maneira nenhuma. O que eu disse aqui, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, pela mesma razão que não concedemos à Senadora Ideli, a Mesa também não concederá a V. Ex<sup>a</sup>, porque não vê motivação para que o art. 14 seja invocado nesta hora.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não usei o art. 14, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> compreensão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não invoquei o art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Na verdade, não sei o que V. Ex<sup>a</sup> pretende estabelecer. Não sei se terei cinco minutos para falar pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> terá cinco minutos pela ordem, já que, para falar pela Liderança, V. Ex<sup>a</sup> teria de esperar uma lista de inscrições.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr. Presidente.

Na verdade, não estou entendendo direito este debate. De repente, o ilustre Senador Roberto Saturnino, de uma maneira muito vibrante – aliás, fico feliz de vê-lo tão vibrante porque, há dois anos, S. Ex<sup>a</sup> andava tão apático nesta Casa, mas agora o tenho visto muito vibrante –, não sei por que, mas de maneira, em determinados pontos, até agressiva, olhou para trás, apontou o dedo e falou “eles não vão voltar! Eles não vão voltar!”. Eles quem, cara pálida? E ele olhava para cá. Eu não estava entendendo por que ele gritava e apontava o dedo dizendo “eles não vão voltar!” Parecia que estava perdendo o limite da sensatez. Não estou entendendo quem são “eles”.

Senador Sibá Machado, que está olhando para mim, V. Ex<sup>a</sup> sabe quem são “eles”, quem o povo dirá que “não vai voltar”?

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Os privatizadores, os mercadistas, os homens do mercado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Roberto Saturnino, não há aparte em pronunciamento pela ordem.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Ah! Eu gostaria de saber quem são eles que “não vão voltar”. Quem são os privatizadores? Quem são os privatizadores?

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Quem privatizou neste País?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Infelizmente, não há possibilidade deste debate.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> não sabe quem privatizou?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Srs. Senadores, o Regimento não permite este debate.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador Roberto Saturnino, tenha um pouco de calma. V. Ex<sup>a</sup> está nervoso.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Estou de bom humor.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência solicita a compreensão do Senador Roberto Saturnino. V. Ex<sup>a</sup> usou seu tempo.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – A PPP foi um projeto de privatização? Por favor, Senador Roberto Saturnino, exalte-se. PPP é um projeto

de privatização? Meu querido, V. Ex<sup>a</sup>, que é tão fiel a seus compromissos originais, diga-me: PPP é ou não é um projeto de privatização? O projeto de ontem é um projeto de privatização? Nem vi V. Ex<sup>a</sup> por aqui. V. Ex<sup>a</sup> não estava por aqui!

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Mas tenho conhecimento do projeto porque estava na Comissão.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Então, explique-me o projeto V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – É um projeto de...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – De privatização do lucro, meu querido Senador.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – De privatização do lucro?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – De estatização do risco, meu querido Senador. E a PPP o que é, meu querido Senador?

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Não votei na PPP, não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Ah, não?

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – O senhor não votou nela, não? Quem são “eles”, então?

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Pode conferir.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Quem são “eles”, meu querido Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência pede a compreensão do Senador Roberto Saturnino. Não haverá som enquanto não houver respeito ao Regimento. A Presidência solicita a colaboração do Senador Roberto Saturnino.

Está com a palavra o Senador Tasso Jereissati, pela ordem.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, ele faz indagações a mim.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, eu queria dizer que o meu saudoso pai, juntamente com o Senador Pedro Simon – gostaria de ver o brilho da palavra do Senador Pedro Simon, que pede a palavra por ter sido citado –, participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro – ambos têm a mesma origem. Nos anos 30, esse Partido criou o maior projeto de desenvolvimento deste País, muito de acordo com o que acontecia no Brasil e no mundo nessa época.

Nos anos 30, o Brasil era um País agrícola que queria se industrializar. O Partido fez um projeto desenvolvimentista nacionalista chamado de substituição



de importação. Lembro a quem não sabe que, nessa época, não havia computador, televisão, comunicações pela Internet nem qualquer tipo de comunicação internacional. O Brasil não tinha uma indústria; vivia do café e do leite. Foi feito esse projeto do qual orgulhosamente minha família participou a vida inteira.

O Senador Pedro Simon é testemunha disso, porque também participou desse grande projeto, liderado pelo saudoso e inesquecível Getúlio Vargas, nos anos 30.

Nos anos 80, mudou o mundo, mudou tudo. E evidentemente ninguém defende mais agora, no ano 2000, nem pode defender, o mesmo projeto implantado nos anos 30. Tem que se lutar por uma reafirmação dos mesmos princípios dentro da realidade do País industrializado, do mundo globalizado, em que a eficiência, a liberdade, a ética – hoje existe democracia, porque nem a ditadura daqueles anos pode servir mais –, a honestidade, a inteireza de princípios, a honradez da palavra são fundamentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Encerrarei a seguir, Sr. Presidente.

Porque, num clima de liberdade, de plenitude democrática, em que todos podem agir de acordo com o seu alvitre, se a ética e os valores morais não prevalecerem, absolutamente esta sociedade virará o caos.

É lamentável. É absolutamente lamentável que, no calor da discussão, líderes ilustres digam: “Que se dane a ética; que vá para fora a ética, os valores morais e a honestidade. O que interessa é a presença do Estado dos anos 30”. É lamentável que ainda tenhamos de ouvir nestes dias um discurso inflamado dizendo isso; é lamentável e profundamente triste.

Vou voltar a esta palavra, Sr. Presidente: ética, sim; roubo, não; desonestidade, não. O homem público não pode ser desonesto e usar do dinheiro público. O homem público, ao contrário, cada vez mais, tem que dar o exemplo com sua vida, e não o “desexemplo”, na sociedade em que vivemos. A própria violência é originária de pensamentos como esse, em que se consideram os valores morais irrisórios e sem nenhum valor diante de uma ideologia de Estado.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar isso aqui bem claro e lamentar profundamente que, no dia dos “sanguessugueiros”, no momento dos “mensaleiros”, tenhamos que ouvir aqui uma verdadeira exaltação aos “sanguessugueiros” e “mensaleiros” deste País. Lamento muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência quer encerrar esse debate. Há ainda o Senador Tião Viana para falar.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, ocorre que este debate é realmente importante e não está se dando em termos exaltados.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Ah, mas porque vários falaram mais!

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, para encerrar o debate, vou dar cinco minutos para cada um.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Perfeito, acho que é legítimo isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Tião Viana, se nosso nobre Senador permitir, peço a V. Ex<sup>a</sup> compreensão, já que se estabeleceu esse debate e que sabemos da dificuldade em encerrá-lo. E democraticamente queremos dar vez a todos para se pronunciarem a respeito.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> esse gesto democrático que permite ao Senado a retomada de sua serenidade natural após a expressão das opiniões aqui, que são necessárias para um duro debate, iniciado, evidentemente, numa divergência entre a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Jorge Bornhausen, em razão do discurso que fez o Senador Jorge Bornhausen no dia de ontem. Mas o fato, Sr. Presidente, é que os ânimos aqui estão exaltados. Temos um Senado vivendo um clima de sensibilidade muito elevada, um Senado à flor da pele, como se pode dizer. Infelizmente, a intolerância tomou conta do debate na Casa. Eu, nesses quase oito anos de testemunho diário da vida do Senado, confesso que há uma constatação hoje de que vivemos uma fase de embrutecimento verbal dentro do plenário da Casa. Nunca se imaginou que se pudessem chegar a um nível de debate dessa natureza, em que as adjetivações tomam conta do ambiente político, tomam conta da responsabilidade dos mandatos. Não me refiro aqui, evidentemente, ao Senador Tasso Jereissati, pois vi o debate que S. Ex<sup>a</sup> fez há dois dias, um debate elevado, à altura de sua responsabilidade de presidente de um Partido. Até tive oportunidade de fazer considerações positivas a seu debate, mas, no entorno disso tem havido uma onda de ataques verbais aqui insuportável. Veio até minha lembrança o que disse Ulysses Guimarães ao ser consultado sobre a tragédia que era a legislatura em que ele vivia. Ele disse: Você não imagina o que vai ser a próxima! Imagine V. Ex<sup>a</sup> que nós estamos duas legislaturas após. É uma tragédia isso, a responsabilidade com o processo legislativo, com as grandes causas da Nação, com os grandes temas.

Quando vejo o Senador Marco Maciel, que cumpre à risca a sua função de grande legislador, do homem que debate os grandes temas nacionais, fico muito sentido que a Casa não esteja acompanhando esse tipo de debate como ela é merecedora. Há uma crise política instalada, que merece que os ânimos se acirrem em alguns momentos, mas penso que deveríamos estabelecer um pacto entre os partidos de diálogo elevado, de debate elevado e de responsabilidade política.

Acho profundamente injusto o ataque que vem sofrendo o Presidente da República, o Presidente Lula. Penso que a sua biografia, a sua história de homem público, a sua militância política, a sua caminhada de operário, um grande líder nacional, um grande líder da América Latina, não é merecedora desse tipo de adjetivação. Não vi, em ataques dirigidos por alguns Senadores aqui à figura do Presidente Lula, qualquer resposta dele, ao longo desses anos, e não sei por que razão isso. Fico triste quando às vésperas de um momento eleitoral esse ambiente tenta tomar conta.

Lembro-me de um discurso do Senador Tasso Jereissati em que S. Ex<sup>a</sup> nos chamou a um debate suprapartidário, nos chamou à responsabilidade quanto à mancha moral em que está envolto hoje o Congresso Nacional. E nós todos ali concordamos que quadrilhas estão atuando dentro do Congresso Nacional, dentro do Poder Legislativo, que há ramificação pelo aparelho dos Estados, dos Municípios e da própria União, e que algo tem que ser feito.

Reporto-me aqui ao Governo do Presidente Lula. Nunca se combateu tanto a corrupção como neste Governo. Não estou dizendo que este Governo é melhor ou mais honesto do que o Governo Fernando Henrique. Não estou nesse debate. Estou dizendo que este é um Governo que tem agido exemplarmente no confronto com a corrupção. Estão aí as ações da Polícia Federal, que age com absoluta imparcialidade, independência, combatendo fraudes, prendendo corruptos, prendendo criminosos que transgridem, efetivamente, a ordem pública e a moralidade pública.

Entendo, Sr. Presidente, que deveríamos, nesta hora, pensar o País segundo seus desafios, desafios de um País que não cresce como gostaríamos, de um País que poderia estar crescendo mais, que alcançou a estabilidade da moeda, que alcançou o controle inflacionário, que garantiu inclusão social, que reduziu a taxa de desemprego, que avançou profundamente na luta pela reforma agrária.

Os dados estão aí para um grande debate, sobre a geração de emprego, sobre como está se dando o controle das exportações, com uma economia sustentada, com grandes perspectivas futuras, para que

um melhor projeto de Nação fosse apresentado ao eleitor brasileiro e pudesse ser levado adiante nesta hora. Acho que ninguém é dono da verdade, ninguém é proprietário da fórmula mágica de garantir tudo que a sociedade brasileira quer.

Agora, não me parece justo que um Presidente da República, com o índice de aprovação que tem, com a responsabilidade histórica que tem perante a Nação, com a autoridade moral que tem tido perante a Nação, com a sua vida para ser avaliada e, no mínimo, respeitada, mereça estar sendo enxovalhado como está sendo por alguns.

Respeito muito as críticas feitas ao meu Partido. São críticas que meu Partido merece em alguns pontos, pois errou. Todos os partidos erraram nesse debate ético. Temos falhas e temos que ter essas falhas apuradas, tem que haver a devida condenação. Agora, a desonra da figura do Presidente da República é um ato impensado, um ato que foge, efetivamente, às responsabilidades políticas que o momento requer de todos.

Longe de mim qualquer reflexão de que estamos vivendo crise de qualquer natureza. Estamos apenas passando por um momento de nervosismo político, de confronto eleitoral. Deveríamos, imediatamente, colocar as coisas no seu devido lugar, pelo bem do interesse da sociedade, pela responsabilidade que nos foi delegada pela sociedade brasileira quando viemos a esta Casa.

Não quero falar com superioridade a nenhum líder partidário de qualquer outro partido e não me coloco em condição de querer, aqui, pregar um discurso orientador, disciplinador de comportamento; quero apenas chamar para um pacto de procedimentos em relação política que esteja à altura da elevação e da grandeza que deve ter o Senado Federal no grande debate nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Geovani Borges.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, só para que conste dos Anais que o Senador Geovani bateu o recorde de permanência na tribuna esperando sua vez de falar.

Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, que já entra marcando um fato histórico.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – E será o primeiro discurso dele no Senado Federal.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, o Senador Pedro Simon tem toda a razão. Estou há

dezesseis anos fora do Parlamento, retorno a esta tribuna e verifico que nada mudou: o calor do debate, esse espírito democrático, respeitoso e, muitas vezes, apaixonante.

Assumir uma das representações do Estado do Amapá no Senado da República é, para mim, a culminação de uma carreira política já longa e uma oportunidade pessoal de estabelecer novas frentes de luta em favor da minha terra e do meu povo. Isso porque, Sr. Presidente, a única e verdadeira prioridade de minha atuação parlamentar será a defesa do Amapá e de sua gente, desse valor decorrendo todos os demais posicionamentos que haverei de tomar no decurso das atividades parlamentares que ora inauguro.

Para tão honrosa quanto difícil tarefa, conto com alguns elementos que, estou certo, virão a tornar esse esforço mais bem-sucedido e, com a graça de Deus, mais bem direcionado em vista de seus objetivos e finalidade.

O primeiro desses elementos é a grande unidade que entrevejo na atuação das bancadas da Região Norte, sempre atentas e vigilantes na defesa desta parcela tão desfavorecida do nosso País: a Amazônia. Contem comigo, meus Nobres Colegas, Governador Waldez Góes, na defesa intransigente dos interesses daqueles brasileiros que fazem, nas grandes cidades, nos pequenos povoados e no interior da floresta, parcela considerável da grandeza do Brasil.

Será também fundamental, no decorrer da jornada, contar com a extraordinária sensibilidade que já demonstrou possuir o meu Partido, o PMDB, para com o tema do desenvolvimento regional e para com a necessidade de superar, com esforço e dedicação cívica, o lamentável quadro de injustiças traçado pelo desequilíbrio na distribuição de riquezas e de oportunidades entre os Estados da nossa Federação.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Nobre Senador Geovani Borges, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Marco Maciel, que, em outras épocas, na Câmara Federal, foi um dos grandes líderes que respeito e admiro. É uma honra para mim ter a oportunidade de ser apartado por V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – A honra é toda minha, nobre Senador Geovani Borges. Quero, antes de mais nada, felicitá-lo pela sua investidura no Senado Federal e fazer votos de pleno êxito no exercício da sua missão e também dizer que V. Ex<sup>a</sup> estréia colocando muito bem a questão regional brasileira. Sempre digo que não se pode pensar no desenvolvimento homogêneo, orgânico e integrado do Brasil sem se pensar no desenvolvimento adequado das cinco grandes regiões

em que se divide o nosso País: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. E V. Ex<sup>a</sup> é um dos mais lúdimos representantes da Região Norte na Casa, pois conhece os problemas da região e sabe como resolvê-los. Acompanho sua vida há muito tempo, inclusive como Deputado Federal, em sucessivos mandatos, e tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> vai ser aqui um valoroso defensor de um desenvolvimento mais equitativo e mais justo do País, o que implica a correção das disparidades regionais, que, infelizmente, ainda comprometem muito um projeto de desenvolvimento que seja sinônimo de crescimento econômico juntamente com progresso social. Portanto, felicito V. Ex<sup>a</sup> pela posse no Senado Federal e faço votos de êxito no cumprimento da missão que V. Ex<sup>a</sup> vai desempenhar nestes meses, aqui nesta Casa.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. Com muito prazer, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Outro apoio que vejo sumamente importante é o da própria Bancada amapaense, seja na Câmara dos Deputados, seja aqui no Senado, especialmente no que toca à figura insigne do Senador José Sarney, nobre colega de Partido e figura das mais relevantes da política e da história do Parlamento brasileiro, personalidade que distingue e destaca, entre todas as outras nesta Casa, a representação do Estado do Amapá.

Abro um parêntese aqui, Senador Marco Maciel, para dizer que, quando Deputado Federal, fui autor de um projeto de lei, que se transformou em norma jurídica, criando a Universidade Federal do Amapá. V. Ex<sup>a</sup> me ajudou muito, quando Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para a sanção da lei. Então, isso faz parte da minha história, da nossa história.

Muito obrigado pela participação decisiva naquele momento histórico da minha vida parlamentar.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Geovani Borges.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou me valer, no desempenho de minhas novas responsabilidades, do conhecimento que tenho da dura realidade dos Municípios brasileiros, obtido à testa da administração do Município de Santana, segunda maior cidade do meu Estado, de que tive a honra de ser Prefeito, e de uma experiência parlamentar que já soma dezoito anos, primeiramente como vereador em Macapá e, posteriormente, no decurso de dois mandatos consecutivos na Câmara Federal, o segundo deles como Deputado Constituinte.

É dessa oportunidade, precisamente, que guardo as melhores recordações da vida pública, seja pela honrosa participação no processo da elaboração da nossa Constituição Cidadã, seja pela convivência com

um dos brasileiros mais destacados da nossa história, justamente aquele que deu à Carta Magna essa alcunha que a destaca e engrandece, o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães.

É sob sua inspiração que me comprometo, no exercício do mandato senatorial – em caráter permanente e irrevogável –, a procurar o bem dos brasileiros e, em especial, dos meus conterrâneos, na discussão dos grandes temas nacionais, como economia, segurança, educação, saúde e emprego, de acordo com os valores e as crenças que incorporei na convivência familiar, no ambiente dos mais próximos, que até hoje me inspira e me ilumina.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, eu tive tanta paciência para estar na tribuna. Estou há três dias inscrito e não consegui estreitar na tribuna do Senado. Ontem, quando pensei que iria fazer o meu primeiro pronunciamento, pediram verificação de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> pode prosseguir com o seu pronunciamento. Como é o seu primeiro pronunciamento, V. Ex<sup>a</sup> deve saber que há aqui um mecanismo que dispara, independentemente da ação do Presidente. Vamos concedendo o tempo a V. Ex<sup>a</sup> até que termine o seu discurso, com, é claro, a compreensão dos demais colegas.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Agora já sei que existe esse mecanismo.

Sr. Presidente, não poderia deixar de agradecer carinhosamente a educação e o exemplo de comportamento cidadão que me proporcionaram meu pai, Miguel Pinheiro Borges, cuja memória aqui reverencio, e minha mãe, que está lá no gabinete, assistindo-nos neste momento, Cícera Pinheiro Borges, companheira fiel nas dificuldades, assim como mãe zelosa e presente, sustentáculo da unidade familiar e paradigma de vida cristã.

À minha querida esposa, Jucileide, e aos meus filhos, Rafael e Geovani Júnior, agradeço o amor, o apoio e a compreensão pelo tempo de convivência tantas vezes mitigado pelos desdobramentos da atividade pública, na certeza de que nunca me faltaram e de que sua presença foi para mim o maior estímulo e a maior fonte de energia nos momentos de dificuldade, quando tudo o mais faltava.

Aos meus queridos irmãos e aos meus amigos, renovo o compromisso de que não falharei com as expectativas e as esperanças que em mim depositam sempre que possa contar, como sempre contei, com seu incentivo e seu carinho.

Finalizando, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, dirijo minha atenção ao povo do Amapá, fonte e objetivo de toda minha ação política, para reiterar os compromissos e a lealdade de um homem público que, desde seu primeiro mandato, no Legislativo da Capital estadual, fez da construção de um futuro melhor para os amapaenses um projeto de vida político e pessoal.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Heráclito Fortes, que foi meu colega quando Deputado Federal.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Exatamente, Senador Geovani Borges. Desejo apenas parabenizá-lo por sua posse como Senador da República e louvá-lo pelo pronunciamento que faz, voltado para o Brasil, para o seu Estado, mas, de maneira muito especial, para a família, o que mostra um traço do seu caráter de bom filho, bom pai e, acima de tudo, de uma pessoa com arraigados laços de sentimentos familiares, o que só mostra ao Brasil a sua figura e serve para todos que estamos presentes enaltecê-lo. A convivência que tivemos, em momentos históricos na Câmara dos Deputados, foi relevante para mim e muito proveitosa. Espero que, nesta sua temporada nesta Casa, V. Ex<sup>a</sup> honre e engrandeça os brasileiros e, de maneira muito especial, o povo do Amapá, Estado por que tenho um grande carinho, até mesmo porque acolhe, de maneira muito carinhosa, uma colônia imensa de piauienses que para lá se dirigiram em busca de oportunidade de trabalho. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Com muito prazer, peço que seu aparte conste do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadores, algumas pré-condições devem ser atingidas para que se realize o patamar do desenvolvimento socioeconômico que todos almejamos. Para isso, toda a minha atenção estará voltada, minha fé, minha disposição para o trabalho, minha vontade de realizar e de transformar, com a graça de Deus.

Estes últimos dias têm sido de singular alegria, porque quis Deus que eu tomasse posse no natalício do meu irmão Gilvam Borges e de seu filho, Miguel Gil, além de ontem ter sido o aniversário de meu pai e amigo, Miguel Borges, o responsável pela minha trajetória política, além de meus irmãos, Gilvam Borges, como Deputado Federal e Senador da República, e de Ronaldo Borges, que exerceu o cargo de Vice-Governador e Governador de Estado.



Agradeço ao Plenário do Senado Federal a acolhida gentil e amistosa que me faz, no aguardo dos debates e das deliberações que, tomadas nesta Casa, fazem dela o cenário privilegiado do desenvolvimento, da democracia e do futuro dos brasileiros.

Um abraço para a minha cidade, Santana.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a paciência e a generosidade pelo tempo que me foi concedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Geovani Borges. Que V. Ex<sup>a</sup> possa ter um mandato profícuo no Senado Federal.

Vamos conceder a palavra aos dois últimos oradores que a solicitaram pela ordem e, depois, ingressaremos no período da prorrogação da Hora do Expediente, ouvindo as lideranças inscritas.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, os oradores inscritos ficarão para quando?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Serão chamados pela ordem de inscrição.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sim, mas V. Ex<sup>a</sup> disse que vai ouvir agora não sei quem e, depois, não sei mais quem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas é o que estabelece o Regimento, Senador Pedro Simon, infelizmente. Se V. Ex<sup>a</sup> pedir a palavra pela ordem também, eu terei de concedê-la a V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Se eu pedir a palavra pela ordem, V. Ex<sup>a</sup> me concede?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Claro, regimentalmente.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – E eu estiver inscrito desde a madrugada?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> será chamado pela ordem das inscrições, evidentemente, a menos que algum Senador faça a permuta com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Terça-feira eu falei às 20 horas e 30 minutos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Estava no “horário nobre”, Senador. V. Ex<sup>a</sup> concorreu com a novela.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, por cinco minutos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, realmente é importante não perder o humor, e V. Ex<sup>a</sup> deu uma excelente contribui-

ção. Eu também quero fazê-lo. Em momento algum, eu me enraiveci. Eu posso ter usado a palavra com ênfase e com um tom de intensidade um pouco mais elevado, mas, em momento algum, em tom raivoso ou odioso.

Agora, escutei uma referência do Senador Tasso Jereissati de que alguém, aqui, teria dito “a ética vá às favas”, “a ética não interessa”. Eu não ouvi nenhum de nós dizer isso.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Eu ouvi.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Vamos conferir nas notas taquigráficas, porque eu não escutei. Até me referi à questão ética com muita importância, quando me referi ao fato de o BNDES, um órgão público que gira dinheiro público, financiar grupos privados para que esses grupos privados, com o dinheiro do BNDES, adquiram empresas estatais e a preço vil. Eu acho isso uma falta de ética muito profunda. É uma questão de apreciação de pontos de vista.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Houve uma proposta do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, ontem, nesse sentido.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Não vamos entrar nesta discussão, absolutamente. A Petrobras é uma empresa estatal.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex<sup>a</sup> falará depois, como Líder.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – A subsidiária da Petrobras também é uma empresa estatal. Não se trata disso.

Os pontos de vista variam. A importância da ética é comum a todos nós, não me consta que nenhum Senador deprecie a ética. Nunca ouvi qualquer pronunciamento nesse sentido.

V. Ex<sup>a</sup> procurou dar esse tom a alterações que ocorreram aqui. O que eu disse é que este Governo não escondeu nada. Quer dizer, tudo o que se quis apurar, foi apurado; funcionaram quatro CPIs. Não creio que na história política deste País tenha ocorrido isso. Por conseguinte, a importância que nós damos à ética é pelo menos tão grande quanto a que V. Ex<sup>a</sup> dá, e em momento algum a depreciamos.

O que eu disse – e penso que é verdade – é que se na questão ética todos estamos de acordo, porque todos valorizamos a ética e a consideramos imprescindível, na questão do mercado, da presença do Estado, do planejamento, do projeto de desenvolvimento econômico ou da retração do Estado para entregar tudo ao mercado e à iniciativa privada, aí sim, é que se caracteriza a grande divergência.

A decisão eleitoral de outubro próximo deve refletir a grande divisão que há entre nós, e não é na questão da ética, que todos somos unânimes em condenar, em



considerar imprescindível, em querer apurar – e não estamos aqui dificultando nenhuma apuração –, mas na questão do projeto desenvolvimentista, da presença do Estado, do confronto com o mercado, que, enfim, não produz e nunca produziu desenvolvimento.

O projeto desenvolvimentista brasileiro, que não é de 30, é de 50, obteve o maior êxito que a política econômica do País já obteve. É claro que também nenhum de nós falou em reeditar o projeto de 50. O que queremos é um novo projeto desenvolvimentista, e não a entrega do País ao mercado, a entrega do País à Alca, a entrega do País aos grupos privados, indistintamente.

Esse é o grande problema, essa é a grande divergência entre nós. E é sobre isso que temos de debater, e não ficar explorando a questão da ética como se o Presidente não a prezasse tanto quanto qualquer um de nós. É por isso que temos que recolocar as coisas nos devidos termos. O verdadeiro fulcro do debate, a verdadeira divergência entre nós está na questão do desenvolvimentismo, do projeto nacional, do mercado e da privatização de todas as empresas do Estado.

Era o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, lamentando que os debates tenham adquirido uma tonalidade e uma intensidade de voz às vezes difícil de controlar, dada a emoção que envolve essas questões quando nos atinge o coração.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de elogiar o Senador Tião Viana, como sempre muito calmo e tranqüilo, porque trouxe a este debate algo que tem incomodado muita gente. Trata-se da deterioração do debate político e do rebaixamento da discussão. Infelizmente, com o clima exacerbado desta disputa eleitoral, quando muitas vezes as pessoas ultrapassam todo e qualquer limite e ofendem não somente a pessoa de Luiz Inácio Lula da Silva, mas inclusive a instituição Presidência da República, assistimos aqui a coisas que até produziram artigos e pronunciamentos de cientistas políticos e articulistas da imprensa registrando esse fato lamentável.

Portanto, o debate, o combate, o embate, quando perdem os limites, têm de ser registrados. Não foi a primeira, nem a segunda ou a terceira vez que assistimos a determinadas falas que ultrapassaram todo e qualquer bom-senso e regras de civilidade, as quais, inclusive, não foram ancoradas na realidade dos fatos.

Eu gostaria de contribuir, de forma muito clara e tranqüila, com o debate. Certa feita, eu trouxe dados referentes à Companhia Vale do Rio Doce, que depois foram contestados.

Quero aqui deixar registrado, em primeiro lugar, que a Companhia Vale do Rio Doce não foi vendida pelo patrimônio líquido, mas pelo preço de mercado, das ações – R\$26,00. Portanto, 41% das ações vendidas o foram de forma afrontosa aos interesses e à soberania nacional, em prejuízo escandaloso, volto a afirmar, de lesa-pátria.

Para que eu não diga qualquer bobagem, eu vou me ater às notas taquigráficas de um discurso, para uma comunicação inadiável, nos seguintes termos:

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na manhã de hoje, aprovou projeto que considero da maior importância para a preservação do patrimônio público brasileiro.

Esse projeto proíbe a venda de ações da Petrobras. Não se trata de uma decisão partidária. Não se trata, Sr. Presidente, de postura xenófoba. Trata-se, acima de tudo, da preservação dos interesses nacionais, porque o modelo de privatização vigente em nosso País já nos oferece exemplos suficientes de que caminhamos para uma depredação irreversível do patrimônio público brasileiro.

O Senador Pedro Simon tem dito – e eu repito – que, se instalássemos uma CPI para investigar as privatizações do Brasil, talvez chagássemos ao grande escândalo nacional, ao maior escândalo do século.

Isso foi dito no dia 15 de dezembro de 1999, nada mais, nada menos, pelo Senador que preside esta sessão, o Senador Alvaro Dias. Portanto. Não sou eu que estou falando que a privatização foi o maior escândalo. Quando se trata de questões de apuração, de investigação, de ética, de interesse público, de desvio de recursos, há acúmulo aqui.

Por último, como eu disse inúmeras vezes, é muito difícil participar de processos de investigação quando podem estar envolvidos companheiros do próprio partido. Sofri muito com isso e verbalizei isso, mas entendo que, se houve ilícito, se houve algum ato que não corresponde ao comportamento ético adequado a qualquer personalidade da vida pública, seja quem for, seja de que partido for, tem que ser punido.

Assim, Senador Alvaro Dias, peço que se registre nos Anais da Casa o que está na *blog* de Fernando Rodrigues, de hoje.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Posso concluir, Sr. Presidente? No *blog* de Fernando Rodrigues há fotos. Não são fotos quaisquer. São fotos em que, à época, o Ministro da Saúde, José Serra, assiste a discurso de Parlamentares envolvidos na investigação dos “sanguessugas”, como o Sr. Lino Rossi, Ricarte de Freitas, Pedro Henry. Há fotografias em que aparece, à época, o Ministro José Serra entregando chaves de ambulâncias.

Há fotos em que aparecem ambulâncias e sobre elas há uma faixa onde está escrito: “Os Municípios de Mato Grosso agradecem ao Ministro José Serra”.

Devemos fazer todas as investigações. Entendo que esse material que consta hoje do *blog* do Fernando Rodrigues obviamente também deve fazer parte das investigações. Que apurem tudo e punam todos, para que efetivamente o recurso público possa ser aplicado de forma adequada e lícita no nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> será atendida na forma do Regimento.

Fui citado pela Senadora Ideli Salvatti, mas não vou invocar a palavra pelo art. 14, até porque não fui citado pejorativamente.

Continuo o mesmo, Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que a Senadora Ideli Salvatti gosta de citar do governo passado os maus exemplos, que o Governo dela acompanha, segue e aperfeiçoa, e não os bons exemplos. Isso faz parte da índole do comportamento e do temperamento de cada um.

Parabenizo a Senadora pelo gesto.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Na prorrogação da Hora do Expediente, concederei a palavra inicialmente aos Líderes partidários inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, por cinco minutos, pela Liderança do PFL.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve.

Quero parabenizar o Senador Tião Viana pelo pronunciamento conciliador e apaziguador dos ânimos que estavam, como ele bem disse, à flor da pele nesta sessão.

Mas lembro o Senador Tião Viana que, quando do pronunciamento do Senador Tasso Jereissati –, com o qual V. Ex<sup>a</sup> concordou, pelo que entendi, em gênero, número e grau –, o Presidente Lula foi à imprensa no

dia seguinte e chamou o Presidente do PSDB, Senador Tasso Jereissati, de irresponsável.

Então, seria bom que V. Ex<sup>a</sup> pudesse, nos permanentes contatos com o Presidente, levar a Sua Excelência suas observações. O nervosismo que está atacando o Presidente, em face da queda nas pesquisas eleitorais, leva-o a não se conter e a falar, a cada dia, a cada momento, coisas que vão de encontro ao que V. Ex<sup>a</sup> expôs tão bem há pouco.

Parabéns, Senador Tião Viana!

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Jorge Bornhausen, por cinco minutos, em nome da Liderança do PFL.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero parabenizar o Presidente Alvaro Dias, pela maneira correta com que está dirigindo regimentalmente os trabalhos.

Devo ser rápido porque o assunto importante vem depois. Com 40 anos de vida pública, tenho muita honra de ter sido Governador do meu Estado e de ter renunciado ao mandato e, com a aprovação dos catarinenses, ter elegido-me Senador.

Para aqui vim com o respeito desta Casa e dos meus conterrâneos. E juntamente com Marco Maciel, Guilherme Palmeira, Aureliano Chaves e outros ilustres políticos brasileiros formamos a Frente Liberal para nos juntar a Ulysses Guimarães, a Tancredo Neves e a Pedro Simon.

Cumprimos a mais bela história recente da vida pública brasileira, e disso sinto orgulho. Por isso mesmo, Sr. Presidente, não serei eu que vou apeguear esta Casa com assuntos provincianos e menores.

Quero falar como Presidente do PFL, para afirmar com muita clareza: Constituinte, não! Primeiro, a punição dos sanguessugas!

Em 2005, o Presidente absolveu os mensaleiros, mudando de assunto. Agora, não fará o mesmo com os sanguessugas. Constituinte não é o tema do momento. É invenção oportunista para desviar a atenção dos desvios, sim, dos recursos da Saúde para corromper Parlamentares. A Oposição e o PFL não cairão nessa esparrela.

É preciso lembrar a história da reforma política nesta Casa. É preciso que aqui se diga que aprovamos, em 2001, a fidelidade partidária por filiação, projeto de minha autoria, que, se tivesse sido aprovado na Câmara, para onde foi no mesmo ano, não estaríamos vivendo esse balcão de negócios que lá se instalou.

É preciso que se diga que aprovamos aqui a alteração dos prazos partidários, para nos prepararmos para o financiamento público de campanha, diminuindo

a longa campanha eleitoral que hoje ainda existe em nosso País – uma das maiores do mundo!

É preciso que se diga que esta Casa aprovou o sistema de listas do então Senador Roberto Requião para eleição proporcional, listas mistas.

É preciso dizer que, após aprovar a fidelidade, as listas, completou o Senado o processo com a aprovação do financiamento público de campanha.

É preciso que se diga que esta Casa votou a proibição da coligação nas eleições proporcionais, que hoje dificulta evidentemente a renovação pelos “chapões” que se formam, evitando que um eleitor possa escolher seu candidato correndo o risco de estar elegendo um candidato de outro partido.

É preciso que se diga que tudo isso está na Câmara dos Deputados há cinco anos, mas é preciso também que se estabeleçam aqui as responsabilidades.

Em fevereiro de 2003, recebi em meu gabinete o então Presidente do PT, Sr. José Genoino. Estava ele acompanhado de um cidadão que eu não conhecia. Evidentemente, recebi-o com a maior educação. Conversou sobre as reformas e referiu-se à reforma política. Salientei que ela já havia sido votada no Senado e que poderia, ainda em março de 2003, ser aprovada na Câmara. E ele, em determinado momento, se dirigiu ao seu companheiro que me visitava e disse: “Delúbio, o que você acha?” E eu é que achei que não iria mais sair a reforma política. E achei com razão, porque em vez de votarmos os projetos no Senado, o Presidente João Paulo Cunha fez uma comissão especial para que não avançasse a reforma política.

Esse histórico é importante. Fui duas vezes prestar depoimento nessa Comissão. Por duas vezes, alertei sobre aquela manobra que se fazia. Eu não tinha idéia que aquela manobra era para política de cooptação, até que estourou o caso Waldomiro Diniz. Era ele que freqüentava o plenário da Câmara, era ele que, dirigindo do Palácio do Planalto, fazia cooptação. Pensávamos todos nós: Emendas? Cargos? Mas não imaginávamos que havia o mensalão. Por trás de tudo isso estava o mensalão, denunciado então pelo Deputado Roberto Jefferson.

E agora aparecem os sanguessugas, que são parte do mensalão.

O depoimento prestado pelo autor principal da operação sanguessuga o que diz?

“A liberação dos recursos era usada de forma a forçar Deputados, inclusive alguns da Oposição, a votarem conforme o mando do Palácio do Planalto”.

O Ministro da área tem uma cota, mas quem aprova e paga chama-se Casa Civil. Só paga para quem votar junto com ele.

Mensalão e sanguessuga são irmãos. E são irmãos da falta da reforma política, do programa de cooptação exercido por um Governo que vai à minha terra, onde o Presidente da República diz que temos que ter a ousadia de defender a dignidade, a nosso honra e a ética neste País.

Não tem autoridade moral! Quem permitiu o valerioduto, o sanguessuga, o mensalão não pode falar em dignidade, em honra e ética.

Na verdade, o nervosismo do candidato foi observado pelos seus conselheiros políticos. Havia necessidade de mudar o foco.

O assunto, quando respondido pelo candidato, provocava ainda mais o seu atoleiro na questão ética. E os conselheiros se reuniram no início da semana. Certamente não foi o Presidente Renan Calheiros nem o Presidente José Sarney, que, com larga experiência política, não iam aconselhar a constituinte para reforma política. Eles não cometeriam esse erro, esse deslize primário. Provavelmente isso partiu do ex-Ministro da Educação, Tarso Genro, autoritário, que, lembro a esta Casa, escreveu o artigo golpista “Fora FHC” na **Folha de S.Paulo**. Lembrou-se das lições de Chávez, de Morales, e passou ao seu aluno.

Quero dizer aqui, com muita clareza: Constituinte, não. Primeiro, a punição de sanguessugas. Repito: em 2005, o Presidente absolveu os mensaleiros, mudando de assunto na convocação extraordinária. Agora não fará o mesmo. Todos sabem o código de comportamento vigente no Palácio do Planalto. Todos conhecem a maneira de agir e de responder: acusado, negue; condenado, fuja; pilhado, surpreenda-se; incomodado, disfarce.

E, se não tiver outra saída, mude de assunto. Essa é a verdade dessa farsa de mudança de foco tentada pelo candidato a Presidente da República.

Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Jorge Bornhausen, o Brasil é o um País surrealista e se tornou muito mais surrealista neste Governo. É impressionante como o Presidente da República fala demais, é um boquirroto e passa por situações vexatórias por isso. Uma miniconstituinte apenas para uma reforma política? Tática diversionista dele – concordo com V. Ex<sup>a</sup> – para tirar o foco da CPMI dos Sanguessugas. Senador Jorge Bornhausen, que fosse uma manobra diversionista, mas inteligente. Reforma política, V. Ex<sup>a</sup> disse bem, a reforma política está praticamente completa no que tange ao Senado. A cláusula de barreira foi aprovada há dez anos, já é lei há dez anos, para entrar

em vigor agora, neste ano; e o que Senado aprovou e mandou para a Câmara há cinco anos. V. Ex<sup>a</sup> listou aí, lista fechada, a fidelidade partidária, possível federação de partidos. Agora, com um projeto de sua autoria que reduz consideravelmente os gastos de campanha, fica faltando o quê? Talvez, se o Congresso ou a Constituinte entenderem como tal, que é necessário, que é útil ao País, o voto distrital.

Fora isso, o que falta mais para a reforma política? Nada. É só o Governo mobilizar sua base na Câmara que estaria aprovada. Se tivesse feito isso, estaria em pleno vigor a mais profunda reforma política que já se fez neste País, que o Senado já fez. E vem o Presidente da República pregar, como manobra diversionista, mas de forma incompetente, porque escolheu o pretexto muito mal, miniconstituinte para a reforma política. O Presidente da República dizer isso! Parabéns pelo seu pronunciamento equilibrado, correto e montado em dados! O Brasil precisa ficar sabendo disto: o Senado Federal já fez a reforma política, o básico. Falta complementar muito pouca coisa. A Câmara dos Deputados é que falhou, mas não por culpa daquela Casa; por culpa do Governo, que não se interessou. Era isso, Senador.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) –** Agradeço o aparte muito inteligente, como sempre, de V. Ex<sup>a</sup>.

O Senado votou todas as matérias infraconstitucionais. A discussão do voto distrital e mesmo a do sistema de governo, que considero válidas, devem ser feitas na próxima legislatura e dentro do contexto do Congresso Nacional. As matérias que estão aqui podem ser votadas e, ainda este ano, implementadas. A fidelidade partidária vai ter grande importância para podermos avançar neste País, modernizar este País. É por isso que o candidato Geraldo Alckmin está certo, assim como o Senador Marco Maciel diz: a primeira reforma é a política. E na reforma política, a primeira é a fidelidade partidária.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) –** Senador Jorge Bornhausen, vou repetir aqui o que eu já disse ontem e em outras oportunidades a respeito da proposta do Presidente Lula quanto à assembléia constituinte específica para a reforma política. Eu sei que o Senado Federal já cumpriu boa parte de suas obrigações votando essas matérias infraconstitucionais. Porém, é exatamente na Câmara que se tem outra dinâmica da eleição do parlamentar, tempo de mandato e outras diferenças que se transformam em dificuldades, em verdadeiras barreiras para se aprovar em tempo hábil as matérias que o Senado encaminhou, produzidas

aqui ou de iniciativas que surgiram na própria Câmara. Mas é lá, na Câmara, que há matérias dormitando nas gavetas da Casa há muitos anos. Eu entendo que a proposta do Presidente Lula entende que esta atual configuração de parlamentares da Câmara dos Deputados não estaria disposta a votar com maior precisão as matérias que o Senado encaminhou, e mesmo aquelas que nasceram em seu próprio seio. Eu quero entender que a assembléia constituinte específica se constituiria de parlamentares que tratariam determinado assunto, que não teriam aqui nenhum compromisso futuro em termos de sua carreira política. Assim, no meu entendimento, está coberto de razão o Presidente em fazer a proposta. Agora, é claro que o Congresso Nacional tem todo o direito de concordar ou não com tal medida.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, uma das Disposições Transitórias da Carta é a necessidade de uma reforma, uma revisão após o quinto ano de exercício, porque havia muitas novidades colocadas ali. Estamos vivendo, sim, uma série de dificuldades de aplicar essa reforma política. V. Ex<sup>a</sup> foi muito lúcido quando propôs a minirreforma, que já está interferindo na atual eleição, que ajudou muito o Brasil, porque não se poderia, depois de todo o processo de investigação do ano passado, deixar de ter algum resultado; isso seria muito ruim para o Congresso Nacional. Então, neste ponto, estamos de acordo. Quanto à proposta do Presidente Lula, não posso aceitar que seja considerado como um ato falho de lucidez. O Presidente da República está muito lúcido de suas obrigações. E muito mais: está propondo que, no seu entender – e eu concordo com ele –, a Câmara não estaria disposta a levar a cabo aquilo que o próprio Senado já encomendou. Portanto, considero que há uma distorção da visão política do Presidente da República. Como discordo muito e veementemente de idéias surgidas no Governo de Fernando Henrique Cardoso, discordo politicamente e veementemente de muitas idéias de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) –** Eu agradeço...

**O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –** Senador Jorge Bornhausen, peço licença a V. Ex<sup>a</sup>. Como já houve um questionamento do Senador Pedro Simon sobre o andamento dos trabalhos, vou pedir aos apartes que sejam sintéticos e objetivos para que possamos ouvir todos os oradores inscritos.

**O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) –** Apenas para ajudar o encaminhamento de V. Ex<sup>a</sup>. Como eu estava inscrito pela Liderança, troco o meu horário com o Senador Pedro Simon, dada a importância do orador e do seu pronunciamento.



**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – Agradeço o aparte do Senador Sibá Machado e devo dizer que mantenho integralmente o meu pronunciamento. Constituinte, não! E isso faço com muita convicção, com a certeza de que a reforma política não foi votada porque a base aliada do Governo, que tem maioria, não quis. Preferiu a cooptação, a ação de Waldomiro Diniz e do Ministro José Dirceu.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Jorge Bornhausen, V. Ex<sup>a</sup> tem em mim o mais elevado respeito pela posição parlamentar que ocupa na Casa. Acho que é um líder imprescindível à democracia hoje, no grande debate que faz no Congresso. Tem clareza ideológica, uma visão programática de partido, uma visão doutrinária de Estado e segue, com muita clareza, seu curso de vida política. Entendo que V. Ex<sup>a</sup> pode estar tendo uma interpretação desse projeto foi apresentado ao Presidente da República por ex-dirigentes da OAB, pela OAB, com o Ministro Tarso Genro participando, sim, do debate, como uma contribuição à crise política que estamos vivendo. Eu entendo assim. E foi apresentada a tese de uma Constituinte exclusiva para esse processo. Eu, pessoalmente, tenho simpatia por essa matéria, porque acho que este Congresso e o futuro Congresso – se tiver o mesmo perfil – não terão forças para mudar muita coisa e muito menos para concluir a reforma política. É fato que muitas das matérias de uma reforma política já foram votadas no Senado e na Câmara, mas elas estão muito longe da sua aprovação e da sua promulgação. Cobrar do Governo que imponha isso à sua base aliada é o mesmo que dizer: Governo, preserve os seus erros ou preserve o erro de uma base cooptada por alguns, chamada a votar por alguns de maneira equivocada e grave, e em alguns casos até criminosos, para garantir aquilo que é um desejo da Nação. Creio que o Governo não deve manter erros. Se formos olhar esse debate sobre a Constituinte, agora, talvez possamos ver, desarmados, no campo eleitoral, com outros olhos. Quanto às duras acusações que V. Ex<sup>a</sup> faz ao Presidente da República, sobre mensaleiros e sanguessugas, gostaria de dizer que, se olharmos com justiça, a CPI dos Anões é uma lembrança disso. Ela foi estancada nos seus vasos comunicantes, que ainda eram muitos. O Congresso funcionou no financiamento de emendas parlamentares aqui com vícios insuportáveis, do ponto de vista ético, também no Governo passado – V. Ex<sup>a</sup> é sabedor disso – e neste Governo também, porque houve erros de cooptação e erros de cujo reconhecimento, V. Ex<sup>a</sup> bem o sabe, não temos de tirar a justiça. Agora, a crise

não deve ser reportada a uma pessoa. O Presidente da República não tem responsabilidade, é um homem ético, limpo, transparente e à altura do seu tempo, uma das maiores autoridades da história do País no campo moral. É a minha divergência, respeitando toda a sua clareza ideológica e sua autoridade política.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) –

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, um Parlamentar sempre elegante, educado, que defende o seu Partido, o seu Governo. Muitas vezes, são obrigações difíceis, como esta, mas é evidente que em nada muda minha opinião, nem sobre o Presidente da República, nem sobre o factóide lançado pelo Presidente para desviar o assunto dos sanguessugas.

Cabe aos partidos políticos tomar providências sobre os acusados. Já decidimos isso no PFL. Quem vier a ser denunciado no relatório vai imediatamente responder a um processo administrativo, e, se considerado culpado, será expulso o filiado e se cancelará o registro de sua candidatura. Portanto, estou muito à vontade aqui para falar, para dizer por que temos tomado as providências indispensáveis e necessárias que o caso requer.

Não é estar no palanque ao lado de um acusado como esteve o Presidente da República em Recife recentemente. Isso é perigoso, isso contamina, isso infecciona. E isso eu lastimo como cidadão brasileiro.

Concedo o aparte ao Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Nobre Senador Jorge Bornhausen, Presidente do PFL, gostaria de, preliminarmente, dizer que desconheço os fundamentos pelos quais se valeu o Presidente para lançar essa idéia com relação a uma miniconstituinte exclusiva, mas não tenho dúvida em concordar com V. Ex<sup>a</sup> que ela tem claramente, para mim, um viés diversionista, porque se há um momento em que não há clima para um debate de revisão constitucional, o momento é este. E a experiência mostra que, ao longo da história do País, toda vez que se buscou fazer Constituinte nesses períodos, isso sempre terminou em problemas muito mais graves, quando não na prática mais deslavada do casuísmo. Daí por que quero, num breve aparte, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que continuo considerando importante que aperfeiçoemos o País sob o ponto de vista institucional. Além da chamada reforma política, basicamente do sistema eleitoral e partidário, precisamos avançar também na questão do aperfeiçoamento do sistema de governo, precisamos rediscutir a Federação em nosso País, precisamos republicanizar a República. Isso tudo precisa ser feito para dotar o País da solidez institucional de que necessita para que possa vencer os grandes problemas com que a Nação se defronta. Então, se acho que isso é necessário, não tenho dúvida, to-



davia, de que este não é o momento de colocar essas teses em debate. Acredito, subscrevendo o ponto de vista de V. Ex<sup>a</sup>, que certamente o Presidente – e posso estar equivocado –, quando desse recurso se valeu, foi para desviar o foco do debate sucessório. Estamos próximos das eleições, dia 1º de outubro, menos de sessenta dias, portanto, está na hora de discutirmos o País, discutirmos e analisarmos a conduta dos candidatos à Presidente da República; e a mesma coisa com relação aos governadores dos Estados, inclusive aqui no Distrito Federal, com relação às eleições para o Senado e Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa. Isso, sim, é o que a Nação deseja. E é isso que se impõe fazer neste momento; jamais impor temas que não dizem respeito ao momento em que estamos vivendo e que deve ser justamente o momento de analisar as propostas dos candidatos, examinar também a atual administração e, mais do que isso, olhar o que o País entende que é fundamental para o próximo período administrativo. Então, o momento que estamos vivendo é para esse objetivo e não para outras idéias que certamente não encontram o solo adequado para que venham de fato a ter fundamento no momento em que o País se encontra. Daí por que encerro as minhas palavras dizendo a V. Ex<sup>a</sup> que realmente não vejo razão para essa miniconstituinte nem é este o momento sequer para discutir o problema, mesmo ignorando a falta de pressupostos jurídicos e constitucionais que fundamentem esta matéria.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> que é, não só nesta Casa, mas no País, o defensor número 1 da reforma política. E esse testemunho quero prestar no momento em que agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte e concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Senador Jorge Bornhausen, felicito V. Ex<sup>a</sup> por ter vindo à tribuna trazer esse problema, porque acho que muitos não estão pinçando algumas coisas, como talvez o Senador Sibá Machado e o Senador Tião Viana, como o risco de uma Constituinte. É preciso lembrar que uma Constituinte decide por 50% os votos. E não vai ser difícil, por exemplo, colocar na pauta mais uma reeleição para Presidente. Não vai faltar quem proponha isso. Não vai faltar, por exemplo, quem proponha o regime parlamentarista, depois de termos feito um plebiscito pelo regime presidencialista anos atrás. Não faltará quem proponha o regime parlamentarista. Não vai faltar quem coloque na pauta o problema de Senadores vitalícios. Quem vai impedir de colocarem? O que vai impedir, se é uma Constituinte? Nada vai impedir de se colocar qualquer tema que se decida, inclusive o desprestígio aos partidos pequenos. Já existe a cláu-

sula de barreira, que pode aumentar a percentagem, inviabilizando a vida dos pequenos partidos. Podemos, sem dúvida alguma, ter o controle das CPIs, reduzindo seu papel. Nada vai impedir que a pauta seja ampla. É uma Constituinte. E com 50% mais um, pode-se colocar de cabeça para baixo a ordem institucional política neste País. E temo, sobretudo, que um dos primeiros itens seja mais uma reeleição para Presidente.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que traz novas considerações a respeito da invalidade do tema, mas volto a afirmar que a intenção é uma só: mudar o foco da investigação da CPI dos Sanguessugas; mudar o foco da questão ética.

Concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE)** – Senador Jorge Bornhausen, primeiro, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento muito bem concatenado, muito sereno, muito tranquilo, mas firme, duro. E apesar de concordar com 90% do que V. Ex<sup>a</sup> disse, discordo de um ponto, pois tenho uma leitura um pouco diferente.

Mas como ela é um pouco diferente da leitura de V. Ex<sup>a</sup>, do Senador Jefferson Péres e do Senador Marco Maciel, três Senadores pelos quais tenho a maior admiração, eu gostaria de expor minha idéia para ouvir a sua opinião. Parece-me que a Constituinte não é apenas uma manobra diversionista para mudança de assunto. Acho que as intenções dessa manobra se alongam um pouco mais ao mudar de assunto. Ela, colateralmente ou subliminarmente, leva a uma visão negativa do Congresso. Há um foco dos problemas no Congresso ao colocar o que foi dito aqui: esse Congresso que está aí não tem condições de fazer isso. O próximo Congresso não terá condições de fazer uma reforma de qualidade e uma reforma séria. Ou seja, subliminarmente, está-se colocando uma carga negativa enorme no Congresso. Paralelamente, devemos lembrar que, na mesma reunião, se não me engano – pelo menos, na mesma semana –, foi dada uma sugestão de controle das CPIs. E aqui concordo com o que foi exposto pelo Senador Cristovam. Então, a minha preocupação – e quero até me tranquilizar ao ouvir a sua discordância e a do Senador Marco Maciel – é um pouco maior: a intenção não é apenas mudar o assunto, mas desmoralizar e pôr uma carga negativa no Congresso, lembrando, cada vez mais, uma aproximação do Lula de hoje aos Chávez, aos Morales, às figuras que deram passos semelhantes, recentemente, na América Latina.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> que, com sua palavra autorizada e abalizada, acrescenta mais um dado importante ao meu pronunciamento.

Peço desculpas ao Senador Pedro Simon que teve a paciência de nos ouvir e atender ao eminente Presidente, pedindo desculpas aos demais Pares, para dizer que, encerrando o meu pronunciamento, repito em nome do PFL: Constituinte, não! Não trataremos deste assunto!

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o assunto é tão importante, que valeria a pena que todos pudéssemos apartear o Senador Jorge Bornhausen, tendo em vista que vários Senadores habilitaram-se para tanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Jorge Bornhausen encerrou seu pronunciamento. O aparte é concedido quando o orador deseja.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O Senador Jorge Bornhausen fez uma opção pelos apartes importantes. Deixou de lado os não importantes e os dos amigos. Eu, na segunda categoria, dou-me por satisfeito.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – É esse tipo de comentário, Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, pela compreensão e pela inteligente observação.

Vou conceder a palavra, por permuta com o Senador Tasso Jereissati, ao Senador Pedro Simon, por dez minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, esse tipo de comentário...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> pediu a palavra pela ordem?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. *Fora do microfone.*) – Não ouvi o Senador Heráclito Fortes pedir a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, por favor, Senadora, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem. Como V. Ex<sup>a</sup> não se levantou, imaginei que não estivesse pedindo a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Estou de pé.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. *Pela ordem. Sem revisão da oradora.*) – Sr. Presidente, é esse tipo de comentário desqualificante que expressa, de forma tão explícita, os preconceitos que existem neste plenário e que todo dia, não é de vez em quando, todo dia se verbaliza em determinados comentários e pronunciamentos, como terminamos de ouvir agora há pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, peço a V. Ex<sup>a</sup>... Eu até responderia por V. Ex<sup>a</sup>, que apenas exercitou a sua capacidade de ser bem-humorado, de estar de bem com a vida e que não teve nenhuma maldade na sua intenção.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. *Fora do microfone.*) – Nenhuma! Ele é um poço de bondade!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. *Pela ordem. Sem revisão do orador.*) – Pois é, Sr. Presidente. Na realidade, peço a palavra mais pela desordem provocada do que pela ordem. Mas, mesmo assim, tenho de me justificar, pois o Brasil todo nos assiste.

Veja bem, a minha intenção era elogiar o novo momento que o PT impôs aos seus filiados, obrigando-os a ficar no plenário. Hoje há quatro Senadores aqui e dois na reserva, no gabinete.

Nessa última reunião do Conselho Político do Presidente Lula, quando o desespero eleitoral mostrou que era preciso fazer certas mudanças, algumas foram postas em prática. Agora mesmo o Senador Sibá Machado me emocionou, quando disse que o Presidente está consciente e sabendo que quer fazer uma reforma.

Pela primeira vez, ele toma iniciativa e não terá o direito de dizer depois que nada sabia.

Sr. Presidente, para finalizar, quero dizer que reforma política ou constituinte neste momento é a mesma coisa que o desejo da Líder de ouvir o jornalista sobre o que ocorreu no plenário. Além de não ser prerrogativa e ser demagogia, seria difícil ela escolher, a não ser que haja um para tirar do bolso do colete, por sua preferência, desprestigiando os demais.

É evidente que, se fosse possível e o Regimento assim permitisse, necessária seria uma eleição para que fosse democrático. Não podemos aceitar essa história de querer fazer gracinha no plenário do Senado, fazer média com o indefensável. Isso desvirtua, porque, na realidade, o Senado tem a prerrogativa de decidir sobre os seus destinos, como o Presidente da República pode propor uma Constituinte para o próximo Governo, que o pacto seja feito e que todos assumam o compromisso de assim proceder.

Aliás, se quisesse fazer reforma com a gordura popular que tinha e o conceito de um Partido sério e posto a prova de qualquer tipo de envolvimento em escândalos, o PT perdeu a oportunidade lá no início. Se, em vez de aumentar o número de Ministérios...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, já há um orador na tribuna.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim, estou finalizando.

Ele perdeu a grande oportunidade histórica. Quer desviar assunto neste momento o Brasil não aceita, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesta sessão, vivemos um momento histórico em que o recorde de permanência de um orador na tribuna, esperando a chance de falar foi batido por um ilustre representante do Estado do Amapá. Não quero vencê-lo. Hoje o mérito é dele, a vitória é dele. Eu vou falar, Sr. Presidente.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC. *Fora do microfone.*) – Vou respeitá-lo, Senador Pedro Simon, com todo o carinho que tenho por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Seria uma maldade que eu faria com o Senador do Amapá, que bateu um recorde.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Mas, Senador, V. Ex<sup>a</sup> vai-me conceder aparte, não é?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Essa indecência, V. Ex<sup>a</sup> não cometerá comigo, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, veja quanto vale o respeito adquirido. Até a Senadora Ideli Salvatti se curva.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, o nosso mal é quando achamos que somos dono da razão e que o outro lado está errado. Isso é uma questão muito delicada e que é, mais ou menos, um princípio na política brasileira.

Eu, por exemplo, sou um cara muito marcado no PMDB. O nobre Líder me tirou da vida do PMDB. Não participo de CPI e do que for; sou suplente da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu, Senador há 24 anos, sou a pessoa que tem menos posição dentro da Bancada do PMDB. Por quê? Ele tem até razão; não o estou criticando. Porque venho a esta tribuna criticar meu Partido; venho criticar o Presidente do Congresso, o Líder da Bancada, o Presidente do Partido, naquilo que acho errado. Venho à tribuna confessar equívocos que pratiquei. Agora, quando queremos achar que só nós estamos certos, aí fica difícil.

Acho, por exemplo, que o PT tem razão em muita coisa que fala do Governo anterior. Gritei contra a venda, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Achei um absurdo vendê-la por R\$ 3 bilhões. Não foi vender; foi dar, porque foi o BNDES que deu o dinheiro.

E, agora, em um ano, ganham-se R\$ 30 bilhões, R\$ 40 bilhões – dez vezes o preço por que foi privatizada. Critiquei, como estou criticando agora o que o Governo está querendo: privatizar o Banco do Brasil aos poucos. Já está em 12%, querendo elevar-se para 25% a participação do capital estrangeiro no Banco do Brasil.

Não entendo o porquê; o Banco está ótimo, está bem, batendo recorde de lucratividade. Por que entregar ao capital estrangeiro o Banco do Brasil? Qual é o significado disso?

Então, sou sempre o mesmo. Bati no Governo do Sr. Fernando Henrique na escolha do Presidente do Banco Central. Trouxeram um ilustre aplicador, um megacampeão de aplicação de dinheiro no exterior para ser Presidente do Banco Central! O que é isso? De onde o Fernando Henrique tirou essa idéia? Bati o tempo todo e critiquei.

Quem mais criticava a escolha do Presidente do Banco Central era o PT. Fizemos um movimento enorme para tirá-lo. Mas, de repente, veio o PT e escolheu como Presidente do Banco Central o Presidente mundial do Bank Boston – pelo menos, o do Sr. Fernando Henrique era um empregado, o dono era o patrão dele. Ele era um aplicador, a sua especialidade era ganhar dinheiro. Dizem até que foi o orientador que provocou a crise na Rússia e não sei mais onde. Mas, como disse, o PT escolheu como Presidente do Banco Central o Presidente mundial do Bank Boston, que era Deputado eleito pelo PSDB, e que tem um acordo de aposentadoria em que ganha não sei se US\$ 200 milhões ou US\$ 300 milhões! Nesse acordo, há uma cláusula que diz que ele só pode exercer atividade se tiver a concordância do Bank Boston, para ele não ir trabalhar na concorrência, conhecendo os dados que tem. Claro que o Bank Boston pode pensar que, daqui a pouco, ele vai para o Citibank ou para outro. Não! Ele veio para o Banco Central!

Eu já pedi, umas dez vezes, para ele me mandar uma cópia desse documento, mas ele não me manda, porque não pode mandar. Aí é que está o problema.

No momento em que o PT devia colocar para fora as coisas erradas do Fernando Henrique, não colocou. Quando assumiu, era o momento de fazer e ele não o fez; ficou quieto, manso e tranquilo.

No momento em que o PT iniciou a caminhada – eu não nego –, nunca apostei tanto em um Governo quanto no Governo do Lula. Achei que tinha chegado a nossa vez e a nossa hora. Aquele homem descomprometido, que tinha vindo lá do Nordeste, líder sindical, que começou do zero, que foi atirado naquela selva que é São Paulo, de quem nunca se ouviu falar nada e que se tornou Presidente da República, sem compromisso



com quem quer que seja, ia fazer um grande governo. Havia chegado a nossa vez! Infelizmente, começou na forma de organizar a Maioria dele. Eu até fui convidado; o Lula jantou na minha casa, e argumentou essa possibilidade. Mas eu disse a ele: Eu não vou. Mas, Lula, você tem de fazer um grande governo. O Brasil inteiro está do seu lado. Estão do seu lado os que votaram e os que não votaram em ti, torcendo para que tudo dê certo! É importante para o País que tudo dê certo! Faça um grande governo, Lula! Escolha os melhores, os mais capazes. Escolhe na sua linha, na linha de esquerda – eu, bobalhão, até peço desculpas agora porque entendi que falei bobagem na oportunidade. Mas escolha um grande Ministério e comece com a reforma. A primeira deve ser a reforma política, para colocar o Brasil no seu devido lugar, no seu devido tempo. É uma reforma tão necessária! Nunca houve uma chance, uma oportunidade tão grande como agora de fazer isso. Tu tens condições de fazer.

E ele começa com a reforma da Previdência! Uma reforma que começou rachando o PT, e não aceitou, de forma nenhuma, a reforma política.

O acordo que eu imaginava seria fazer um grande entendimento. Eu disse para ele: Lula, eu fui Governador. Está certo que um “governadorzinho” de um “Estadozinho”, como o Rio Grande do Sul. Eu tinha 27 Deputados no PMDB. Eu governei só com o PMDB. A Oposição tinha 28. Cansaram de me oferecer Deputados que iriam entrar para o PMDB. Eu não aceitei. Governei só com o PMDB! Perdi mais três Deputados. Se eu fiz um bom ou um mau governo, eu não sei. O que eu sei é que não posso acusar a Oposição de nada que eu tenha feito ou não de errado. O meu entendimento com a Oposição foi de igualdade.

Eu chamava os Líderes da Oposição, conversava com eles, fazia proposta, respondia, debatia, mas nunca um Deputado me pediu um centavo, e eu nunca ofereci um centavo, e nos demos muito bem. Nós nos demos muito bem com o PT, que estava lá com quatro Deputados, e com todos os Partidos, na base do interesse pelo Rio Grande do Sul.

Disse a ele: Faça isso, Lula!

E até vou fazer justiça: o ex-Chefe da Casa Civil procurou o PMDB, pois queria fazer um entendimento de Partido a Partido, para o PMDB fazer parte do Governo. O Lula não concordou. O Lula preferiu o que era muito caro, e que o negócio era – vamos falar claramente – comprar apoio. Pegar os caras, inchar o PMDB com pessoas que foram levadas para lá; inchar o PTB e o PL, e não sei mais quem na base do dinheiro. E esta foi a moeda que existiu durante todo o início do Governo: a compra.

Será que o Lula, ingenuamente, pensou que comprou, está comprado; é meu para o resto da vida? Não. Comprou, está comprado e tem de comprar a cada eleição. A cada eleição, algo novo tem de ser feito. E, a partir daí, nasceram os mensalistas; a partir daí, nasceu tudo o que está acontecendo.

De repente, quando o PMDB queria mais cargos, o Líder fazia, batia na mesa e ficava bravo! Daqui a pouco, dizia: “Não, é porque o PMDB quer o Ministério da Saúde etc”. Pouco depois, davam o Ministério para ele; então, ele se acalmava. “Olha, estamos todos juntos”! Pelo amor de Deus, o Lula não podia fazer isso! Ele não tinha o direito de fazer isso!

Quando ocorreu o primeiro escândalo, o do Waldomiro Diniz, entramos com a CPI com tranqüilidade. Falei com as Lideranças do Governo e pensava que, com tranqüilidade, se constituiria a CPI. Não me passou pela cabeça que fosse diferente. Quando vi o que fizeram para impedir a CPI... Era o início do Governo. Se o Governo tivesse tomado uma posição enérgica no sentido de dizer: “Não se vai fazer. Corrupção não existe no meu Governo! Apure-se a verdade!” Mas o Governo impediu a criação da CPI. O Governo impediu, proibiu a criação da CPI. E nós a criamos um ano e seis meses depois, quando o Supremo Tribunal Federal, por dez votos a um, decidiu que o Congresso tinha a obrigação de criar a CPI. Se dependesse do Congresso, do Presidente do Senado, do Líder do PMDB, do Líder do PT, ela não existiria.

Essas coisas levaram ao ambiente que está aí. Não dá para culpar o Congresso Nacional, só o Congresso Nacional.

Pode haver corrupto no Congresso Nacional? Pode haver. Mas não existe corrupto sem a figura do corruptor. E, quando o corruptor é Governo, isso é muito grave! É muito grave quando o corruptor é o próprio Governo. E foi o que aconteceu.

De onde veio o dinheiro do mensalão? De onde é que veio? De onde é que veio esse dinheiro que circulou, que andou por todo o Brasil? De onde é que veio, senão do próprio Governo?

Então, chegamos a essa situação. O Congresso está realmente no nível mais baixo de que tenho conhecimento. Nem na época da ditadura era assim! Na época do regime militar cassavam, prendiam, faziam horrores, mas lá estava o velho MDB lutando e mantendo a dignidade do Congresso.

Hoje, os níveis de desconsideração do povo com o Congresso são absolutos, mas não dá para dizer que o mesmo não acontece com o Governo Federal.

É claro que o Governo Federal tem uma máquina de publicidade fantástica! É claro que o Governo Federal tem o Banco do Brasil, tem a Petrobras. Quem

vê a propaganda da Petrobras na televisão fica extasiado. Que coisa fenomenal, o PT, em três anos e meio, criou esse monstro que é a Petrobras, que é uma empresa espetacular! Quem vê a propaganda do Banco do Brasil... Eu mesmo digo: "Eu não sabia que o Banco do Brasil fazia isso!". Eles têm uma competência para fazer propaganda! Não é feita só a propaganda, mas é feita a propaganda somando para o Governo.

Mas, se analisarmos com profundidade o sentimento, a mágoa, a tristeza que se vêem hoje, concluiremos que não são com o Congresso Nacional, mas com o PT e com o Lula.

Em Porto Alegre, há esquina da Usina do Gasômetro com o Guaíba, que é um lugar lindíssimo. Para uma capital que não tem praia, a beira do Guaíba é uma maravilha! É um mar de gente, aos sábados e domingos à tarde. São todos do PT. Ali se tornou um núcleo petista. Aos sábados e domingos, há bandeiras, distintivos, cantorias, é uma festa do PT! Ninguém tem coragem de ir lá senão para bater palma ou ficar quietinho.

Fui lá duas vezes este ano. Não há uma bandeira, um distintivo. Não há uma pessoa do PT abrindo a boca! Então, ali, no penúltimo sábado, no Rio Grande do Sul, julho, um frio desgraçado; de repente, um sol maravilhoso, um dia de janeiro, um mar de gente. As crianças rindo e brincando, os pais pareciam que estavam caminhando atrás de um caixão. Não se viam os dedos de ninguém, só mágoa, tristeza, amargura e ressentimento. Não se via pela rua uma bandeira do PT. Não se via pela rua aquela alegria, aquela algazarra, aquele sentimento de pujança que havia naqueles jovens universitários.

Recentemente, fui paraninfo em Caxias do Sul. Havia mais de 80 alunos, e não havia uma bandeirinha do PT, um distintivo do PT, não havia nada!

Há uma desilusão, uma mágoa profunda, com relação a nós, sim, mas, basicamente, não esperavam nada de nós. Eles esperavam do PT e do Lula.

Por isso, quando o Lula ou quando os queridos Parlamentares do PT vêm aqui mostrar que estão fazendo o que os governos anteriores fizeram, eles não calculam como isso machuca o eleitor do PT. Eles foram eleitos exatamente para não fazer isso, para mudar essa tática, para fazer o contrário do que está sendo feito. E não dizer: "É a mesma coisa. Vocês também fizeram. O Fernando Henrique também não deixou criar a CPI, o Fernando Henrique também botou dinheiro para fazer a emenda da reeleição!". Mas não foi para isso que votaram no PT.

Eu até acho que devíamos fazer diferentemente: "Hoje, vamos discutir o Governo do Fernando Henri-

que". E vamos discutir o Governo do Fernando Henrique. Agora, se hoje decidirmos discutir o Governo do PT, vamos ficar no PT!

Sinto – companheiros do PT me disseram isto – que o que mais marcou os petistas foram estas palavras dos homens do PT: "Isso já foi feito. O mensalão não é mensalão, é sobra de campanha. Sempre houve caixa dois em todas as campanhas". Mas o PT foi eleito para não fazer o mesmo. Se houve, não sei, mas nunca veio escandalosamente a nu, como apareceu nessa campanha, denúncias desse tipo.

No meio desse ambiente, pesado, carregado, em que estamos indo para a campanha, creio que a atmosfera é respeitável. O candidato do PSDB é uma figura excepcional. Sou um admirador dele. Como vice do Covas, ele foi uma figura que ficou na história pelos seus gestos de grandeza. Ele tem uma ação elegante.

O Lula, nesse sentido, está debatendo, está discutindo. O candidato do PDT, o querido professor Cristovam, está desempenhando a sua missão. A Senadora Heloísa Helena, é claro, tem garra, tem força, mas, na minha opinião, ela não saiu da linha do debate.

Por que, no meio disso tudo, vamos falar em convocar miniconstituinte? Será que este é o momento? Será que, a 57 dias de uma eleição, é hora de se fazer isso? Em primeiro lugar, não dá tempo, antes das eleições. Como vamos fazer? Vamos votar uma emenda convocando a miniconstituinte? Eu até tenho emenda nesse sentido...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – ... mas a minha emenda, na época, era no sentido de se convocar um plebiscito para se decidir se haveria ou não uma constituinte. Agora estão falando: "O Lula vai conversar com a OAB e com os aliados, com a população", dando a entender que com este Congresso não dá! "Não dá para esperar nada deste Congresso", diz a notícia. Se não dá para esperar, então, vamos empatar: 1 x 1. Se não temos credibilidade para fazer a reforma, o Presidente também não tem credibilidade para fazer a reforma. Então, vamos deixar para o próximo ano. Vamos ver o que acontecerá no próximo ano.

Na verdade, uma coisa deve ser dita – falo com tranquilidade: desde que cheguei a este Congresso, venho lutando pelas reformas. Venho brigando, e são vários os projetos que tenho sobre fidelidade partidária. E a matéria referente à fidelidade partidária já foi aprovada pelo Senado, na emenda do ilustre Senador Presidente do PFL.

S. Ex<sup>a</sup> conseguiu um fato inédito e muito significativo: todos os Partidos do Governo e da Oposição se reuniram e, com base na emenda do Senador Bor-



nhausen, fez-se um entendimento e foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e nesta Casa. Muitas das emendas que eu tinha foram englobadas à emenda aprovada, e esta Casa fez o seu papel. Fez o seu papel. Se nós e o Presidente Fernando Henrique tivéssemos cobrado da Câmara o seu papel, talvez ela tivesse sido aprovada. Fidelidade partidária, financiamento público de campanha, voto distrital. A cláusula de barreira está aprovada, já é uma realidade e vamos aplicá-la nesta eleição. A imunidade parlamentar, em parte, já está aprovada. Até há dois anos, o Deputado ou Senador poderia matar, degolar, roubar, fazer o que quisesse e não acontecia nada, a não ser que o Senado ou a Câmara dessem autorização. A Câmara e o Senado não davam e nem deixavam de dar a autorização, ficava na gaveta. Não davam porque não davam e não rejeitavam porque ficava mal, então, não saía da gaveta.

A emenda nossa foi aprovada e, hoje, é lei. A Câmara também aprovou. Reparem que inverteu e está lá na gaveta do Supremo. O Senado e a Câmara não fizeram nada para mexer no caso do Jader Barbalho, no caso do Senador que hoje é Líder do Governo e os processos estão na gaveta do Supremo. Se quiserem julgar, eles que julguem, porque agora o Supremo não precisa pedir licença nem para a Câmara, nem para o Senado.

Reparem que a TV ao vivo, talvez uma das questões mais delicadas, não existe mais, para não falar de coisas que vão melhorar muito nessa campanha, como já estamos notando. Dizem que a campanha não sai do chão porque não tem showmício, nem mesmo de graça. No Rio Grande, existem muitos cantores e compositores gauchescos que gostam de fazer a campanha por paixão, por amor, por dedicação e que estão magoados porque não podem. “Mas não quero cobrar nada”, dizem. Não pode. Acho que está certo. Brinde também não pode. Acho que está certo.

Vejo que essa questão poderia ser levada adiante com grandeza recíproca e não da forma como está sendo feito por um grupo de juristas, não sei com qual sentido. Julgar a ida deles ao Presidente da República, na minha opinião, foi infeliz, porque o motivo, segundo dizem os jornais, são as CPIs. Eles querem modernizar as CPIs e tirar delas o direito de liberar o sigilo de contas bancárias e de telefones.

Sr. Presidente, durante muito tempo, desde o tempo da ditadura até agora, só a CPI funcionou para provar alguma coisa neste Brasil. Não me lembro de alguém que tenha sido condenado no Supremo ou na Justiça comum. Eu não me lembro de algo que tenha sido provado, a não ser aqui, neste Congresso, desde a cassação do Collor até a CPI dos Anões do Orçamento,

que cassou uma centena de parlamentares, e a CPI do Sistema Financeiro, que mostrou, a nu, a remessa de lucro e as contas fantasmas no exterior. Essa CPI teve belíssimo trabalho. Belíssimos trabalhos!

Concordo que estamos vivendo um momento muito polêmico, hoje, porque se inverteram as posições. O PT ficou em uma posição muito confusa. Ele, que era o criador de CPIs – se dependesse dele, teríamos mil CPIs –, de repente figura na posição de boicotá-las. Aí, seus integrantes não têm a capacidade, não têm o gabarito que tinham. Para atirar pedras, para acusar, para denunciar, eles eram profissionais de primeira grandeza. Agora, para defender, eles já não têm essa capacidade. É a primeira vez que eles estão fazendo isso. Então, a CPI vive um momento complicado, mas daí o representante da OAB – mesmo que não seja o Presidente, seja o ex-Presidente –, em vez de falar conosco, ir ao Presidente da República pedir-lhe a modernização da CPI e que tire dela o direito de pedir a quebra do sigilo...

Um outro jurista, não sei qual é o seu nome, disse que viu, pela televisão, uma tortura na CPI – por amor de Deus! – em cima de um cidadão que estava prestando depoimento. Mas onde teve tortura? Em quem? O que vimos nessa CPI, o que é uma coisa absurda, foi um mar de mentiras. As pessoas agora, diante da oferta de ganhar uma vantagem na pena, estão confessando coisas na polícia que não contaram na CPI. A CPI no Brasil, na verdade, é uma vergonha pelas mentiras das pessoas que nela depõem. Mentem com a cara mais deslavada do mundo. No entanto, dizer um ilustre jurista que assistiu na televisão à tortura de uma testemunha!!! Não me lembro. Houve casos? Houve. Uma senhora veio depor e o PT resolveu ir para cima dela e foi duro. Até eu intervim. Intervim pedindo que parassem com aquilo. A testemunha estava lá contando fatos gravíssimos e, para ela, isso era muito importante. Era uma senhora, uma simples funcionária que, mesmo sabendo que já estava demitida, contou toda a história do valerioduto. Não aceitei que quisessem fazer investigação da vida dela ou contar casos e sei lá o quê. Exigi e protestei. Mas daí a dizerem que a CPI tortura testemunhas, por amor de Deus! Por amor de Deus!

Volto a dizer: a CPI é o setor mais sério que existe na vida brasileira. Vive uma hora anormal? Vive. Vive uma hora diferente? Vive. O PSDB e o PFL estão em um regime de maravilha, porque estavam apanhando o tempo todo e, de repente, estão batendo. O PT, que costumava bater, ainda não aprendeu a se defender. Essa é a grande verdade.

O Senador Jorge Bornhausen e o Senador Tasso Jereissati, quando perguntam o que atrasa o pedido de

convocação de CPI, fazem uma pergunta delicada. É uma pergunta delicada, porque essas coisas nós sabemos como começam e não como terminam.

O exemplo da Venezuela é verdadeiro. É o exemplo doloroso de um cidadão que chegou à Presidência da República e para quem todos os esquemas são válidos, a começar por desmoralizar o Congresso e governar diretamente com o povo. E, aí, com plebiscito aqui, não sei mais o que lá, ele está fazendo o quer. Ele está fazendo o quer e o Congresso e a imprensa são dele. Na verdade, é uma democracia com interrogações com relação a sua maneira de ser. Sob o pretexto de que o americano ameaça invadir e que ele está-se defendendo, está tomando posições de independência. Primeiro, era com o Brasil. Eu até achava que seu diálogo com o Lula era positivo, em termos de América Latina, mas agora ele foi à Cuba, à Rússia, já foi à China, ele quer ocupar uma posição. Parece que ele sabe que o Fidel Castro está com a sua saúde tremendamente abalada e que vai haver um vazio, que ele parece querer ocupar.

De repente, ficamos com esta pergunta: o que está atrás dessa miniconstituinte? O que se quer?

Uma ilustre jornalista, Rosane de Oliveira, publicou um artigo no **Zero Hora** que é, realmente, digno de ser analisado:

Só para fazer reforma política não é preciso convocar uma Assembléia Constituinte, exclusiva ou não. Basta o presidente eleito em outubro aproveitar a força conquistada nas urnas, apresentar a proposta de reforma política no primeiro mês de mandato e mobilizar sua base para aprová-la. Todos os candidatos não se dizem favoráveis à reforma política? Se o presidente Lula diz que está disposto a convocar uma Constituinte exclusiva até o final do ano, seja ou não reeleito, é legítimo deduzir que vem coisa bem mais profunda por aí. Há pouco tempo, o ministro Tarso Genro defendeu uma reforma que revise, inclusive, o conceito de direito adquirido. Que o atual sistema político está esgotado, ninguém duvida. O que deve se discutir é a conveniência de convocar uma Constituinte 18 anos depois da promulgação da Constituição, que já está cheia de remendos. Entre os juristas há controvérsias, inclusive, sobre se o presidente tem poderes para tanto.

Ontem o ministro Tarso Genro condicionou a convocação da Constituinte à existência de um forte movimento da sociedade, colaboração dos demais poderes da República e convicção de que seria positivo para o país.

Deu para sentir um certo tom de messianismo no ar, o que assustou os adversários de Lula. Com pequenas variações nos argumentos, Geraldo Alckmin, Heloísa Helena e Cristovam Buarque repudiaram a idéia. Buarque insinuou que a inspiração do presidente seria o amigo Hugo Chávez, presidente da Venezuela. Chávez conseguiu mudar a Constituição e ampliou seus poderes.

Diria que é uma jornalista brilhante.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Pedro Simon, peço a V. Ex<sup>a</sup> que, em razão de haver outros oradores inscritos, possa colaborar. V. Ex<sup>a</sup> tem mais alguns minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Na terça-feira, ouvi dizerem isso a vários oradores. No entanto, eu estava na fila esperando para falar. Quando começou o Jornal Nacional, concederam-me a palavra. Aliás, o Senador que me antecedeu na tribuna disse estarmos no “horário nobre”. É verdade. Só que para concorrer com o Jornal Nacional, a TV Senado ainda não tem condições. Mas vou terminar.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem de se orgulhar, porque muitos preferiram ouvi-lo a ouvir o próprio Jornal Nacional. Acharam que V. Ex<sup>a</sup> está mais atualizado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, havia muita interrogação quando o Lula tomou posse.

O interessante é que tudo o que se temia não aconteceu: “O Lula vai fazer isso na reforma agrária; o Lula vai fazer aquilo com o capital estrangeiro; o Lula vai fazer não sei o quê”. Não aconteceu nada! Aconteceu aquilo que ninguém imaginava no terreno da ética, da dignidade, da seriedade. E, cá entre nós, no terreno econômico, é a continuação do Fernando Henrique. Qual é a diferença entre os presidentes do Banco Central atual e o anterior? A diferença é que, quanto ao anterior, não encontramos nada; ao passo que o atual está sendo processado no Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República por formação de quadrilha. No entanto, ele está lá na presidência do Banco Central, apesar de o Supremo estar processando S. Ex<sup>a</sup> por formação de quadrilha, um processo iniciado pelo Procurador-Geral da República. E o Presidente Lula o que faz? Nomeia o Ministro. Ministro, o presidente do Banco Central! Onde, no mundo, existe uma situação como essa? E para quê? Para garantir que nenhum juiz entre com um pedido de prisão preventiva e o atinja, porque a figura do presidente do Banco Central não tem imunidade; a de Ministro tem. Então, deram um cargo de Ministro para ele.

Então, dentro desse contexto, volto a repetir, que o máximo que tínhamos de fazer é levar estes 58 dias que faltam até o dia das eleições. Vamos levar isso até o dia das eleições. Vamos concluir esta CPI, aconteça o que acontecer, mas vamos deixar esse tipo de debate – reforma, constituinte e tudo o que o valha – para depois das eleições, oportunidade em que teremos ambiente propício para debatermos, para analisarmos, para chegarmos a um entendimento.

Agora, o nosso amigo Lula dizer, lá no Rio Grande do Sul, que apenas o Getúlio fez um pouco mais do que ele pelos trabalhadores! Que ele foi a figura que mais fez pelo trabalhador. Dizer que ele e o Juscelino são os dois grandes nomes da política brasileira?! Em primeiro lugar, é uma vaidade pessoal. Isso ele deveria deixar o povo falar, e não ele se autorizar.

Viajar, como está viajando pelo Brasil... Por exemplo, ele foi a Porto Alegre fazer dois comícios. Antes dele, foram seis Ministros ao Rio Grande do Sul; cada um em uma região. Os calçadistas do Rio Grande do Sul estão praticamente quebrados. São milhares de desempregados. Não conseguem mais vender para o exterior. Então, foi lá a Ministra anunciar uma série de vantagens para os calçadistas. Os agricultores das pequenas propriedades estão vivendo um drama imenso. Então, foi lá o Ministro falar com os produtores, oferecendo outras facilidades. Uma série de pacotes foram oferecidos ao Rio Grande do Sul, para, depois, chegar o Presidente da República, reunir o povo e falar.

Mas tudo isso está bem. Vá, Sua Excelência! Penso que não precisava ter ido de avião oficial. Foram o avião oficial e o antigo, aquele que está no antiquário, aquele que o Fernando Henrique usava; aquele que era uma vergonha também foi. Foram o oficial – o novinho – e o suplementar.

Eu acho que essa eleição tem de chegar ao seu final. Eu acho que tentativas de escamotear não são possíveis. O PSDB, o PFL, o P-SOL e o PDT, com seus candidatos, estão cumprindo a sua parte. Ninguém está estimulando a radicalização, a violência. Estão cumprindo a sua parte! Não é como no tempo da antiga UDN, quando o Getúlio era candidato e a UDN ia bater na porta dos militares para não deixarem o Getúlio ser candidato, e, depois, para não deixarem o Getúlio ser eleito. Não é como no tempo do Juscelino Kubitschek, quando, eleito Juscelino, a UDN batia às portas dos quartéis para impedir que ele assumisse a Presidência. Não! Hoje, estão aí o PSDB, o PFL e, do outro lado, o P-SOL e o PDT batendo e debatendo as suas idéias. O clima é normal. Quem está querendo agitar é o Governo, é o Partido do Governo. Isso não tem lógica; não tem argumentação! O Partido do Governo é que quer agitar. E, em uma hora como essa,

vem pedir a Constituinte!!! Este é o momento de pedir a Constituinte? Cinquenta e oito dias antes da eleição? Essa é uma eleição aberta, tranqüila. O que está havendo? A imprensa está aberta, os partidos estão abertos, o debate é franco. O que há de perigo nesta eleição? “Tem de ser feita a reforma da política”, dizem. Sim, mas teriam de tê-la feito no primeiro ou no segundo ano do Governo, mas não a 60 dias da eleição! Essa é uma tese para depois da eleição, porque alimenta intranqüilidade, dúvida, incerteza sobre o que atrasa ou não atrasa. Portanto, não se pode fazer isso!

Sr. Presidente, volto a dizer que o importante seria... afinal, termina hoje, não é isso, Sr. Presidente? Só viremos para cá agora em setembro. E, em setembro, os programas políticos já estarão no ar e ninguém mais vai pensar em abrir esse tipo de debate; por isso, ele encerra-se hoje.

Eu só faria um apelo ao Governo: que encerrasse essa conversa sobre miniconstituinte. Falou, lançou no ar, a coisa está aí, mas que não seja durante o recesso, que vamos ter, que esse assunto venha a ser debatido, porque, senão, eu serei o primeiro a suspender a campanha para voltarmos aqui para debatermos, com rigidez, qualquer movimento que seja feito nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. A seguir, à Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, Senador Pedro Simon, respondendo à indagação de V. Ex<sup>a</sup>, e tendo a ousadia de usar a tribuna depois da fala de V. Ex<sup>a</sup>, o perigo que há nessa eleição, Senador Pedro Simon, é que o Governo já sabe que vai perdê-la. Esse é o grande perigo que eles estão já antevendo.

Senador Tião Viana, ocupo a tribuna para falar de um assunto que foi unanimidade na tarde de hoje: a proposta do Presidente Lula de criar uma Constituinte para a reforma política. O Presidente ocupou espaço na mídia na manhã de hoje para defender a inoportuna idéia que lhe levaram ontem: a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para, paralelamente às demais atividades do Congresso, implantar uma reforma política.

Uma Assembléia Nacional Constituinte, como pretende convocar o Presidente Lula, é temerária. Primeiro, porque o Presidente já anunciara antes a encenação de alguns pretensos golpes, Senador Heráclito Fortes, durante os seus quase quatro anos à frente do Governo, que não lograram êxito. Os exemplos são evidentes: os projetos da Fenaj, da Ancinav, da mordança nos procuradores e tantos outros que poderíamos relacionar.

Todos esses ensaios autoritários, Senador João Batista Motta, apontam para o que a Nação sabe que pode ser o sonho maior do Presidente Lula: o de se torna ditador. Pior ainda: ditador a la Chávez.

A idéia lançada por Lula é autoritária e mostra a vontade do Presidente Lula de nela pegar carona e implantar o chavismo no Brasil. É importante que a Nação brasileira fique atenta a isto: implantar o chavismo no Brasil.

O Presidente Lula, que, no exterior, ficou admirado com os 37 anos de poder de um ditador, Senador Sibá Machado, é bem provável que tente implantar o mesmo no Brasil. Como ele mesmo costuma repetir a expressão “nunca se fez tanto neste País”, talvez queira implantar mais esse golpe no Brasil, a exemplo do que Chávez já fez na Venezuela.

Na verdade, Sr. Presidente, uma Constituinte só se justifica em país em que houve ruptura institucional. Não é o caso, graças a Deus, do Brasil, um País em total harmonia democrática, com o perfeito funcionamento das suas instituições, que, pelo visto, só não agrada aos espíritos despreparados de governantes improvisados.

Da forma como Lula se agarrou a essa idéia inoportuna, é bem provável que ele deseje a Constituinte para suprimir as liberdades, ou seja, para fazer uma ruptura do seu Governo e defini-lo como antes e depois de Lula. Antes, no caso da Constituinte proposta, houve uma avalanche de corrupção que assolou o País, algo sem precedente na história do Brasil. Depois, nem Deus sabe o que os incompetentes liderados de Lula podem trazer para o Brasil se ele for eleito, o que já começa a parecer pouco provável.

Assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é bom que o Presidente fique sabendo que, pelas manifestações de expressivos juristas brasileiros, essa idéia de Constituinte petista/chavista não vai vingar. Pode ser que esse arremedo de Constituinte represente a vontade do Presidente Lula, do Partido do Presidente Lula, mas, seguramente, não é a vontade da população brasileira.

Termino, Sr. Presidente, lendo tópico do boletim noticioso CHHR, veiculado pela Internet, sob a direção de quatro jornalistas competentes: Haroldo Holanda,

Tarcísio Holanda, Carlos Chagas e Sérgio Ross. Vou ler, na íntegra, o boletim desses jornalistas, que tem o título “A Constituinte do Crioulo Doido”:

Com todo o respeito e desculpas a quem, mesmo injustamente, rotular-nos de racistas, mas melhor imagem não há que a do saudoso Stanislau Ponte Preta, para a definição da semana política: é a semana do crioulo doido, responsável pelo samba-enredo carnavalesco onde a Princesa Isabel casava com Tiradentes, D. Pedro I confraternizava com Deodoro da Fonseca e a República havia sido proclamada por Pedro Álvares Cabral.

O engajamento do Presidente Lula na absurda teoria de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva faz tremer aqueles que, diante da hipótese do segundo mandato, começam a ficar com medo do terceiro e do quarto.

Um grupo de juristas sugeriu a idéia ao Presidente. Para começar, quem concedeu a esses advogados, em especial de São Paulo e de Brasília, mandato para falarem em nome de todos os cultores do Direito? Na verdade, foram ao Palácio do Planalto para defenderem seus direitos, ou seja, propuseram restrições ao funcionamento das CPIs, que chamaram de máquina de triturar inocentes. Apenas depois, um deles lembrou-se de falar sobre a Constituinte exclusiva, tese lembrada de vez em quando por alguns presidentes da OAB.

Dizem mais os articulistas:

O Lula aderiu logo, ávido por promover a reforma política. A absurda proposta prevê eleições no ano que vem para integrantes de uma câmara destinada a reformar ou até a elaborar uma outra Constituição para o país.

Paralela ao Congresso que tomará posse em fevereiro, essa Constituinte seria composta por cidadãos que não fossem Deputados nem Senadores.

Para começar, então, candidatar-se-iam muitos dos que tivessem sido derrotados agora em outubro. Se já vão para o novo Congresso montes de indivíduos desclassificados, imagine-se para a Constituinte exclusiva.

Ou, no reverso da medalha, seriam impostas regras elitistas para sua seleção?

Só poderiam ser constituintes os advogados ou os portadores de diploma de curso superior?



Ou caberia à Ordem dos Advogados do Brasil registrar os candidatos?

Mas tem mais. Quem convocaria a Assembléia Nacional Constituinte exclusiva?

O presidente da República não tem esse poder. Seria o novo Congresso?

No entanto, abririam mão, os futuros deputados e senadores, do poder constituinte derivado que todo Legislativo detém para emendar a Constituição?

Aceitariam diminuir-se?

Caso contrário, poderiam votar suas emendas constitucionais enquanto os exclusivos promoveriam as suas?

E se fossem conflitantes, qual delas prevaleceria?

Nem se fala da confusão geográfica fatalmente prevista. A Constituinte exclusiva se reuniria em Brasília?

Na sede do Congresso não haveria lugar. Quem sabe no estádio Mané Garrincha?

Logo surgiria a proposta de se reunirem em São Paulo ou no Rio. Quantos seriam os exclusivos?

De que representação disporiam, caso eleitos pelo sufrágio universal?

Apresentar-se-iam pelos partidos políticos, pelos sindicatos, pelas associações de classe, pelas ONGs, pelas igrejas ou pelo clube de futebol?

Em suma, é preciso tomar cuidado. Se o Congresso é ruim, péssimo, lamentável, pior seria uma assembléia arriscada a tornar-se uma Segunda Divisão ou, mais grave ainda, um elenco sem compromisso com a vontade do eleitorado.

Por último, um alerta: ninguém garante que essa Constituinte exclusiva concluirá seus trabalhos no prazo de um ano. Muito menos que não incluirá no novo texto a possibilidade de os Presidentes da República reelegerem-se eternamente...

Esse é o texto do boletim publicado na Internet pelos brilhantes jornalistas a que fiz referência no início.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por cessão do Senador Augusto Botelho. Em seguida, falará o Senador Tião Viana.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar, é claro que bem atrasado, e gostaria de saber se está previsto meu pronunciamento ainda para hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Sibá Machado, estou averiguando a inscrição de V. Ex<sup>a</sup> e a do Senador Heráclito Fortes, porque o que me passou o Senador Alvaro Dias foi até o meu pronunciamento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava inscrito, para honra minha, logo abaixo do nome da nobre Senadora Líder do PT na Casa, Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra. Eu falarei como Líder do Governo. Eu me inscrevi ontem, reiterei a inscrição no dia de hoje e ainda não pude falar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>. É que tenho de pegar um avião.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> terá problema de vôo se não falar antes da Senadora Ideli Salvatti?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não, falarei após S. Ex<sup>a</sup>. Estou inscrito após S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)

– Senador Tião Viana, acredito que eu seja o primeiro dos inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> será inscrito, Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)

– Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Eu

gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> usará da palavra, Senador Sibá Machado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pronto, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apenas para que fique registrado, quero dizer que eu era a terceira inscrita na ordem dos oradores do dia e, dada a polêmica e o debate apurado aqui hoje, só agora fui chamada.

O assunto que queria tratar e tinha preparado é exatamente o que acabou dominando boa parte dos



debates no dia de hoje, que é a questão da Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, voltada para a reforma política.

Lamentei muito não ter conseguido fazer o aparte, quando o assunto foi tratado pelo Senador Jorge Bornhausen; vários Senadores tiveram o direito de apartear-lo.

Entendo que o tema merece uma série de ponderações. A primeira delas é a de que esse assunto veio a público e está sendo divulgado de forma totalmente contrária à realidade dos fatos. O Presidente da República recebeu uma comitiva de juristas, ex-Presidentes da OAB, para tratar de assuntos institucionais, e foi exatamente dessa conversa com juristas que apareceu a proposição de se debater a questão e, se for o caso, de se formar uma Assembléia Constituinte exclusiva para a reforma política.

Aliás, a coluna da jornalista Tereza Cruvinel – quero aqui usar alguns trechos – dá conta exatamente desse procedimento, ou seja, de que esse debate foi levado ao Presidente pelos juristas, pela Ordem dos Advogados do Brasil, e de que Sua Excelência admitiu que, se for o desejo da sociedade, ele poderá, sim, propor uma Assembléia Constituinte exclusiva com a finalidade da reforma política.

Já ouvi vários Senadores questionarem: “Como faremos isso agora? Já estamos a poucos dias das eleições”. Em nenhum momento, foi dito que isso se daria agora, mas, sim, como algo a ser amadurecido pela sociedade, se for esse o desejo da maioria dos brasileiros, e como fruto do debate, que, pelo meu entendimento, abre-se mais uma vez. Não é a primeira vez em que acontece o debate sobre uma Assembléia Constituinte exclusiva, não é a primeira vez em que isso aparece no cenário político nacional.

Portanto, é absolutamente importante resgatar a verdade dos fatos. Como querem impingir o propósito, a vontade de desviar o foco, o assunto – conforme vários se pronunciaram aqui –, é necessário deixar bem claro em que condições, em que circunstâncias o assunto apareceu, em que contexto poderá ou não ter viabilidade e implementação.

Tereza Cruvinel inicia sua coluna com uma pergunta que pode, efetivamente, motivar esse debate. Ela o inicia assim:

A reforma política nunca reuniu tanto consenso como hoje, mas como fazê-la, com um Congresso que será sempre filho deste sistema político falido e vencido? Como aprová-la, com congressistas que nunca tiveram e dificilmente terão interesse em mudar as regras do jogo que os elege?

O questionamento da colunista Tereza Cruvinel é muito pertinente. Ou não é? Como se explica – tenho

dado entrevista a respeito da votação, nesta Casa, do Orçamento impositivo – que o Senado vote o Orçamento impositivo em emenda constitucional, que precisa de **quorum** altamente qualificado, mas não consiga votar as mudanças regimentais para a tramitação do Orçamento, absolutamente necessárias e, há muito tempo, exigidas pela sociedade? A forma como o Orçamento é tratado, apreciado, emendado e votado no Congresso Nacional é regra regimental: não há interstício, nem **quorum** qualificado.

Vejam bem: conseguimos votar uma emenda constitucional para estabelecer que o Orçamento seja impositivo. Vai ser bastante interessante haver um Orçamento impositivo e não modificar seu processo de tramitação, com todos os vícios já constatados, confirmados, com brechas na maneira como são apresentadas, negociadas e aprovadas as emendas.

A pergunta é pertinente ou não é? Estamos falando de algo que não tem razão de ser? Como os Parlamentares vão ter disposição de modificar as regras para as quais foram eleitos? Vão dizer – e escutei aqui hoje: “Por que o Governo, que tem maioria na Câmara, não movimentou a base aliada, para aprovar a reforma política que o Senado já votou há um bom tempo?”. Boa parte da base política não é só deste Governo. Boa parte do que se denomina base aliada deste Governo foi base aliada de muitos governos. Portanto, creio que, em hipótese nenhuma, pode-se fazer um debate entre Oposição e Governo: a motivação de avançarem, ou não, determinadas votações, indiscutivelmente, está colocada.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um rápido aparte? É só para eu entender...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> disse que a base aliada deste Governo foi a base aliada de muitos governos. V. Ex<sup>a</sup> pode explicar por quê? Por que a base aliada do passado é a base aliada do Governo de hoje, do Governo de V. Ex<sup>a</sup>? E por que, possivelmente, será do próximo? Fale para a Nação, de maneira clara.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, é muito simples explicar isso. Temos um regime presidencialista em que o Presidente é eleito por ampla maioria de votos, mas os partidos que compõem a aliança que o elege nem sempre conseguem ter maioria no Congresso Nacional. Esse processo para compor maioria vem ocorrendo há muito tempo. Dessa forma, partidos que não integraram a coligação que deu conta de eleger o Presidente... Isso aconteceu com Lula, com Fernando Henrique Cardoso e também com outros Presidentes da Re-

pública. Portanto, a reforma política é absolutamente imprescindível.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Só isso. Obrigado, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – É absolutamente imprescindível que a reforma política seja feita. E, apesar de absolutamente imprescindível, ela não anda. Portanto, quando o assunto “Assembléia Constituinte exclusiva para fazer a reforma política” aparece no cenário político, ele tem de ser levado em consideração sim, não pode deixar de sê-lo.

Houve aqui algumas falas no sentido de que, se uma Assembléia Constituinte exclusiva vai deliberar por maioria, 50% mais 1, poderá aprovar de novo a reeleição ou os Senadores vitalícios ou não sei mais o quê. Vários exemplos foram citados. No entanto, a população saberá que os Parlamentares serão eleitos para essa assembléia exclusiva para fazer tais e tais mudanças. Eles vão apresentar, na campanha, quais as mudanças na estrutura político-partidária do nosso País. Portanto, a população vai lhes delegar poderes para fazer essas modificações. E mais: depois de feitas essas modificações, na questão da reforma política, eles não serão mais...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora Ideli Salvatti, respeite a inteligência do povo brasileiro! Não podemos modificar regra eleitoral em ano de eleição. Não podemos marcar uma Assembléia Nacional exclusiva agora, Senadora. O que é isso?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir usar do meu tempo e não me interromper, mesmo quando não lhe concedi o aparte, quero apenas dizer que ninguém está propondo isso. Apenas há pessoas dizendo que foi dito, quando não o foi, que haverá uma proposta de Assembléia Constituinte exclusiva neste momento. Não. Volto a afirmar. Se V. Ex<sup>a</sup> tivesse prestado atenção quando comecei, foi exatamente assim: o Presidente recebeu...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Não vou mais interromper V. Ex<sup>a</sup>. Já entendi tudo. Muito obrigado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – ...um grupo de juristas, ocasião em que o assunto reforma política foi abordado e em que se tratou como possibilidade constituir-se uma Assembléia Constituinte exclusiva para realizar a reforma política. Qual foi a posição do Presidente Lula? Volto a ler a coluna de Tereza Cruvinel, em que ele diz: “Vejo com bons olhos. Se for do desejo da sociedade, não terei problema em encaminhar”.

Portanto, esse é um debate que se está abrindo novamente. Volto a dizer: não é a primeira vez, Senador João Batista Motta. Esse debate já tem

emenda, teve emenda constitucional, em 1997, do Deputado Miro Teixeira. Já houve essa proposição, que não acabou tendo viabilidade, infelizmente, naquela época.

Eu gostaria, inclusive, de fazer o registro de um artigo que foi publicado na revista **Consultor Jurídico** do dia 11 de outubro de 2003, de nada mais nada menos do que de um jurista renomado e que tem posições, muitas vezes, que eu até, particularmente, tenho como mais conservadoras sobre determinados aspectos. Mas o jurista Ives Gandra da Silva Martins, nesse artigo, que é extremamente bem elaborado, diz: “Reforma no atacado. Por uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva”. E vou fazer a leitura do que ele afirma:

Nesse contexto, discute-se novamente se valeria a pena convocar uma constituinte. Sou favorável, desde que exclusiva, como defendi à época em que presidia o Instituto dos Advogados de São Paulo. Só assim, teríamos inúmeros professores, como ocorreu na Constituinte de 46, concorrendo às eleições e ofertando seu cabedal de estudos para o bem do Brasil.

E termina o artigo dizendo o seguinte:

Minha posição, portanto, nestes debates de sábado que a Folha provoca, é favorável a uma constituinte, mas exclusiva, só admitindo parlamentares candidatos a dela participarem, em eleições livres, se abandonassem os mandatos que exercem no Congresso.

Portanto, é uma posição absolutamente importante, relevante, que deve ser considerada, de um jurista renomado no nosso País.

E os juristas que também estiveram ontem com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva trataram desse assunto com essa lógica, com a visão de abrir o debate, de estarmos abertos a isso como uma possibilidade de uma eleição para uma assembléia exclusiva para tratar da reforma política.

Terminada essa tarefa, os candidatos dos partidos apresentam suas propostas. A população, quando votar e eleger esses constituintes, estará colocando o voto naquela proposta específica, apoiando determinadas teses e temas para a reforma política. E, terminada a alteração, aquele trabalho é concluído, e o Congresso é eleito para todas suas prerrogativas no exercício da sua atividade parlamentar.

Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de trazer à tribuna essas ponderações, inclusive porque se repetem, à exaustão, falas, posições e situações que não ocorreram, que não são verídicas. Com isso, mata-se efetivamente um debate absolutamente, do meu ponto de vista, focado, centrado no assunto que

move a todos nós buscarmos uma solução, que é a grave crise política institucional vivida, de forma muito especial, no Congresso Nacional.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que fará uso da palavra por permuta com o Senador Tião Viana.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a grande vantagem de se debater com o Governo atual é que não é preciso fazer qualquer esforço para jogar por terra os fracos argumentos aqui usados.

A Senadora Líder do Partido finalizou o seu pronunciamento respondendo o porquê da inoportunidade da discussão neste momento: Congresso em crise, crise moral; Presidente em crise, crise moral; falta de legitimidade.

Nada mais inoportuno e sem objetivo do que se discutir uma reforma mediante uma Constituinte exclusiva por quem não tem autoridade de presidi-la, que é o atual Presidente da República. E não tem por vários motivos: ao procurar discutir fundamentos para a tal reforma, começou procurando a sociedade civil, e não o Congresso Nacional, desrespeitando esta Casa, como vem fazendo ao longo dos anos. Desrespeitou uma instituição pela qual passou de maneira apagada e sem trazer nenhuma contribuição para este Parlamento. Ninguém mais do que o atual Presidente sabe o que é uma Assembléia Nacional Constituinte e quais são as suas limitações.

Quero apenas registrar que a Líder do PT ficou no Plenário até agora, mas na hora de ouvir a verdade, mais uma vez, fugiu do debate. É fujona! Quero fazer esse registro porque o Brasil todo está nos vendo e ouvindo. O assessor vai chamá-la; pode ser que volte – é bom que faça isso, ajude esta moça. Ela precisa desse tipo de ajuda. Sensibilidade é coisa que falta a alguns.

Mas, Sr. Presidente, Lula não tem autoridade para propor ao Congresso, presente, passado ou futuro, diálogo, pacto ou seja lá o que seja, porque que não teve, nesses seus quatro anos de Governo, nenhuma consideração e nenhum respeito para com esta Casa. Tomou atitudes, todas, de cunho, de fundo ditatorial, quando quis cercear o direito da imprensa, das artes por meio da censura prévia às peças teatrais, quando

apoiou ditaduras de países vizinhos! Nós não temos no ex-trabalhador brasileiro nenhuma vocação democrática como teve Teotônio Vilela, que é um dos criticados pela Líder do Governo por, no passado, ter participado do que chamou de uma ditadura militar.

Naturalmente – e eu sei – a intenção original da Líder foi ofender o Presidente Sarney; tão bom brasileiro, tão compreensivo com o seu atual Governo, tão solidário em momentos de crise. O período eleitoral se aproxima e está contrariando os interesses do Partido e da base do Governo em dois Estados da Federação: o Amapá e o Maranhão. Por isso, não merece o reconhecimento e a gratidão. Pelo contrário, é agredido da maneira que foi aqui.

O Sarney participou de um Governo em um período duro e difícil que esta Nação enfrentava. Mas em nenhum momento teve participação que desabonasse a sua conduta. Seria a mesma coisa, Senador Tião Viana, que nós aqui fôssemos criticar o chefe supremo do seu Partido, eventualmente da Nação, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, quando montou as bases fundamentais do Partido dos Trabalhadores, instalado no gabinete de Petrônio Portella e com a participação do Golbery do Couto e Silva.

Abram os jornais da época e vejam como o movimento trabalhista começou sob a inspiração revolucionária do mago, conhecido à época, Golbery do Couto e Silva. Era uma oposição consentida, tanto que os da época que sofreram prisões receberam tratamentos distintos, uns com tortura, outros com regalia de poder sair para compromissos sociais. A História está aí para contar. Para que agredir passado se vivemos uma anistia? Busquem!

O assessor do PT, por falta, está dando quero que a Nação toda assista a isso – uma orientação à Bancada. Suspendo aqui para assistir, Sr. Presidente. É um desrespeito à Casa, mas...

Quero saber se posso continuar.

Sr. Presidente, veja por que não temos condições de discutir procedimentos de assembléia. Os assessores da Casa não respeitam nem sequer esta Casa sagrada e interrompem o pronunciamento de Parlamentares, de Senadores da República, para dar conselhos, sugestões. Mas é isso mesmo. Esta bagunça não ocorre só aqui. essa inversão de valores não acontece só nesta Casa do Parlamento. Ela ocorre na administração pública e permite o que se vê hoje: os sanguessugas, os dilapidadores do patrimônio avançando pela administração pública.

O Partido dos Trabalhadores hoje só tem uma preocupação. Digo isso com muita tristeza, por ter dois companheiros aqui, do Partido dos Trabalhadores, que sei, pelas suas vidas e pelas suas origens, que estão

isentos. O PT sabe que está no banco dos réus e procura desesperadamente companhia; não quer ficar só. Daí por que essa busca incansável de exemplos no passado, esquecendo-se de que foi exatamente a sua linha de discurso, ao longo de 20 anos, a da pureza, a de acabar com tudo de errado que se havia praticado neste País, e se constituir uma Nação sem erro, sem pecado e sem mácula.

Não resistiu, Sr. Presidente, sequer à votação de um primeiro Orçamento. Nos primeiros dias do Congresso, um assessor que, em governos estaduais como o do Rio de Janeiro, tinha convivência direta e estreita com o jogo do bicho e outras traficâncias, já dava ordens nos corredores da Câmara, manobrando e manipulando votações no Senado.

O que foi o mensalão? O mensalão não teve sua origem em recursos de campanha, em caixa dois de campanha eleitoral, porque até então a Nação brasileira não se preocupava, ou fechava os olhos para isso, ou era difícil descobrir as origens e os fundamentos. O mensalão foi a tentativa efetiva, nesta Casa do Congresso Nacional, de se cooptarem Parlamentares e de se mudarem destinos de votações. Senão, vejamos, é só ver a quantidade de Parlamentares que mudaram de partido nesta Legislatura. A migração partidária avolumou-se como nunca visto. Alguns acusam que, à época da votação da emenda da reeleição do governo passado, teria havido casos dessa natureza. As mudanças foram mínimas. Agora, não, elas foram em borbotões, em quantidade que chamou a atenção de muitos. Tivemos casos de Parlamentares que trocaram de sigla quatro, cinco vezes. A questão ideológica, o compromisso com o passado foi todo jogado para fora.

O Senador Pedro Simon foi muito feliz quando disse que o PT combateu a vida inteira o capital, os banqueiros, e a primeira providência que tomou foi trair o povo brasileiro ao trazer para a Presidência do Banco Central um banqueiro que representa o sistema internacional, presidindo, até então, um dos bancos mais importantes do mundo, que era o Banco de Boston.

Tivemos CPIs nesta Casa. Em alguns momentos, Senador Tião Viana, infelizmente, vimos os membros do PT defenderem com mais afinco bancos estrangeiros do que a dignidade da ação dos Pares e dos companheiros de Governo. Não vimos, em momento algum, o PT, que, de maneira vigorosa, expulsou dos seus quadros a Senadora Heloísa Helena por questão ideológica, sentar-se a uma mesa para julgar os seus Parlamentares envolvidos nos episódios recentes. Pelo contrário, vimos cenas grotescas, como a da Senadora da *pizza* dançando na madrugada, na Câmara dos Deputados, a comemorar a absolvição de mais um companheiro seu, em um pacto firmado

entre os acusados e os que tinham responsabilidade naqueles crimes praticados no Congresso.

Que autoridade tem o Presidente da República agora, em nome de quem e de quê, para propor uma Constituinte que é exclusiva ou não? Quem convoca Constituinte, modificação de regras, é governo novo, é governo sem pecado, é governo que quer mudanças nas quais o povo acredite, não um Governo que está aí capengando o fim de um mandato com mais respostas a dar ao povo brasileiro do que esperanças a vender, como fez em passado recente.

Como era bonito há quatro, cinco ou dez anos ouvir um petista em praça pública ou em uma televisão, monopolistas da virtude, donos exclusivos da dignidade e vigilantes empedernidos do bem público. Não resistiram ao primeiro aceno, não resistiram à primeira oferta Estão na vala comum. E trabalharam muito bem o dia de hoje. Quero que a Nação brasileira não se engane e não caia nessa falácia.

Hoje, o que se viu aqui foi uma manobra diversionista, para que não se fale nos depoimentos que estão acontecendo pelo Brasil afora, envolvendo corrupção. Discutiu-se o abstrato da convocação de uma Assembléia, mas não se discutiu de maneira objetiva e concreta a necessidade que tem o próprio Lula de prestar contas e satisfações aos brasileiros. Já foi um avanço: recebeu a OAB, aquela OAB que o repreendeu em público no ano passado. Deveria ter tido naquela época a humildade que teve hoje, e não a sua Líder vir a esta tribuna esconjurar essa OAB a que hoje faz referência elogiosa por ter tido um encontro com o Presidente da República.

É uma virtude que se tem, de mudar os conceitos de acordo com a conveniência e de acordo com o momento. Se a Ordem vai para conversar, é uma Ordem republicana, mas quando chama o Presidente da República à responsabilidade, com o direito secular que tem, é condenada, esconjurada, como foi aqui e o Brasil todo assistiu a isso.

Sr. Presidente, Tancredo Neves teve autoridade para pedir a Assembléia Nacional Constituinte porque falava em nome da Nação brasileira, porque havia liderado um ato cívico que o Brasil todo apoiou, que foi a transição democrática, o reencontro do Brasil com as liberdades. Constituinte! Tem autoridade para pedi-la quem dialoga com o Congresso Nacional.

Aqui se vêem todos os dias comparações do atual Governo com o Governo passado. O atual, pelo visto, é o da marcha a ré, do espelho retrovisor, só tem olhos para o passado e não para o futuro.

Façamos uma pequena comparação entre o número de parlamentares que recebia Fernando Henrique no exercício de seu mandato no Palácio do



Planalto, em audiência oficial, e quantos recebeu o atual Presidente. Por que o Presidente da República, num passado bem recente, reunia-se na calada da noite no apartamento de envolvidos para discutir mensalão – quem diz isso é Ricardo Kotscho, seu porta-voz, seu companheiro e seu amigo – e se nega a discutir com as lideranças mais expressivas desta Casa não uma reforma constitucional, mas, sim, um ajuste nas reformas políticas que o Brasil está a esperar? Por que a sua primeira palavra, com o apoio popular que tinha àquele tempo, não foi para pedir a união nacional?

Por que não deu ao Brasil o que ele necessitava, sem barganha, sem fisiologismo, sem troca de cargos? Não. Optou pelo pior, optou exatamente por iniciar esse período de troca-troca.

Louvo a facilidade que temos para debater, porque as respostas vêm na traição que o subconsciente faz às pessoas que não têm convicção do que praticam.

Nós fizemos alianças, todos os governos fazem isso. Combatiam o fisiologismo, condenavam os parlamentares que, no passado, trocavam de partido – pediram até CPI. Agora, por coincidência, juntaram-se com os mesmos. Que coisa! É triste para o Brasil ver isso, Sr. Presidente.

O PT hoje distribuiu pelo Brasil afora, querendo atingir um dos homens públicos mais sérios deste País, que é o Governador de São Paulo José Serra – Presidente da República daqui a quatro anos –, cópias de uma fotografia em que ele aparece ao lado de uma ambulância no Mato Grosso.

Diz ditado popular de minha terra e da do Senador Sibá Machado que “pau que bate em Chico bate em Francisco”. Tenho aqui a reprodução de uma foto em que o Presidente aparece entregando ambulâncias ao lado de Humberto Costa. Mas vamos ser honestos: isso prova alguma coisa? Não prova nada!

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – PA) – Lino Rossi e Pedro Henry...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu agradeço de coração. V. Ex<sup>a</sup> está falando das que o seu Partido distribuiu, da que o povo brasileiro está distribuindo pela Internet: aparecem Lula e Humberto Costa distribuindo as mesmas ambulâncias.

Mas eu quero ser honesto, quero ser justo: eu não acho que isso prove alguma coisa. A irresponsabilidade de se fazer distribuição e ilação dessa natureza dá o direito da réplica. Seria eu irresponsável – e não tenho essa vocação – de dizer que isso aqui é a prova do crime? Não! O Presidente Lula pode até, nesta fotografia, estar sendo enganado por um Ministro de

seu Governo; ou o Ministro por seu próprio assessor; ou o assessor por um Parlamentar. Por isso, eu não quero levantar suspeitas.

Senador Sibá, mostrar uma cena em que o ex-Ministro José Serra está ao lado de Parlamentares e querer fazer disso prova de que o Ministro Serra, hoje candidato a Governador de São Paulo, tinha algum envolvimento? Há uma diferença muito grande.

Não se faz este País com irresponsabilidade e com leviandade. Eu quero aqui, de público, dar um crédito de confiança ao Presidente Lula e concordar com ele. Vai ver ele não sabia de nada!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia de hoje não será realizada.

São os seguintes os itens sobrestados:

### 1

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 2006**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 896, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 49, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.005, de 2006, Relator: Senador Romeu Tuma), que *autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.*

### 2

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2006**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.003, de 2006, Relatora: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.*



3

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005**

*(Dependendo de votação do Requerimento nº 897, de 2006, de urgência.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

4

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

8

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que *acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Parecer sob nº 930, de 2006, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana pela Liderança do Governo por vinte minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão do

orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, usarei exatamente o tempo regimental de cinco minutos.

O assunto que me traz à tribuna diz respeito à saúde pública.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Tião Viana, concedi-lhe vinte minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Usarei no máximo cinco minutos, pois meu Colega Sibá Machado quer falar em seguida.

Em razão da consideração e do respeito que tenho pela inteligência política do Senador Heráclito Fortes, no seu justo direito e exercício parlamentar de fazer crítica ao Governo que defendo desta tribuna, com muita clareza e com muita tranquilidade, gostaria de lembrar-lhe que, nessa mesma época do ano de 2002, o Presidente Lula estava com 33% de aprovação popular para ser indicado Presidente da República. Hoje está com 44%. Então, alguma coisa precisa ser revista nesse debate entre Governo e Oposição para que possamos tratar o debate eleitoral em um plano que envolva mais um personagem: o eleitor brasileiro, o povo brasileiro.

Com o meu pronunciamento de hoje, pretendo fazer uma homenagem ao Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia, que tem sede no Rio de Janeiro e é uma instituição federal pertencente ao Ministério da Saúde dirigida pelo Dr. Sérgio Luiz Côrtes da Silveira.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Peço um aparte, Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Com muito prazer, Senador Heráclito Fortes, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Quero apenas ajudar-lhe. Os números da pesquisa do Presidente Lula, naquela época, eram bem maiores do que esses que V. Ex<sup>a</sup> citou.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – São dados do jornalista Fernando Rodrigues, que passarei ao seu gabinete.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Quero saber de qual instituto.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Passarei os dados a V. Ex<sup>a</sup>, que vai concordar...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Desse período em diante, o Presidente Lula, em momento algum, esteve abaixo dos 40%. De qualquer maneira, naquela época ele era o virtuoso, o sem-pecado, o homem da esperança.

Agora vai ser mais difícil, até pelas más companhias que ele vai ter no palanque. Já soube, no entanto, que V. Ex<sup>a</sup> tomou providências enérgicas para que, no Acre, isso não aconteça. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Pelo grande quadro político que é, conto com V. Ex<sup>a</sup> no pacto de governabilidade que firmaremos para colaborar com o segundo governo do Presidente Lula.

Sr. Presidente, trago a homenagem ao Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia. O Dr. Sérgio Côrtes teve a oportunidade, dada ainda na gestão do Ministro Serra, de dirigir aquele Instituto. Fez uma forte administração, interveio em erros e desvios de finalidade que tinha aquela Instituição, que é responsável por 80% dos atendimentos traumato-ortopédicos no Estado do Rio de Janeiro e 5% dos atendimentos no Brasil e que cumpre um papel da dimensão que tem a Rede Sarah de Hospitais no Brasil – a Rede Sarah concentra sua atuação no campo da reabilitação do aparelho locomotor e o Into, muito mais no campo cirúrgico, mas também um pouco no campo da reabilitação.

Foi criado um projeto nacional, no qual tive o prazer de opinar, de sugerir, sensibilizar para a realidade da região Norte em relação às doenças traumato-ortopédicas. As milhares de vítimas de acidentes de trânsito neste País padecem muito e, no meu Estado, como em outros Estados, não temos especialistas suficientes – não tínhamos à época –, e o Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia resolveu estender a sua mão. Colocou um satélite e criou o chamado Projeto Suporte. Hoje já atua em vinte Estados brasileiros, levando especialistas do Rio de Janeiro em atividades visitantes, fazendo procedimentos cirúrgicos.

Amanhã estarão em meu Estado e lá ficarão até a próxima terça-feira, fazendo procedimentos como colocação de prótese de quadril, prótese de fêmur – um procedimento desses custa, no mínimo, R\$ 30 mil. Eles levam os equipamentos, a equipe, a especialidade, treinam a equipe local e deixam a continuidade desse serviço. É uma verdadeira revolução no País graças a uma decisão do Ministério da Saúde e a uma intervenção desse Instituto.

Agora, foi apresentado para o Brasil o Novo Into, projeto que fará uma mudança profunda no sistema de atendimento traumato-ortopédico brasileiro. A área de construção vai sair de 14 mil metros quadrados para 69 mil; leitos comuns: 256 e leitos CTI: 44, mais do que dobrando; salas cirurgia: 18; leitos hospital/dia: 18; salas de cirurgia hospital/dia: 3; consultórios: 64; cirurgias/ano: 19.700; consultas e procedimentos: 305 mil/ano. Hoje, a fila de espera é de 10 mil pessoas no Rio de Janeiro, graças à lamentável crise da saúde pública naquele Estado, que o Ministério da Saúde tem tentado ajudado e intervir. Reduziremos a fila de espera para 2 mil pessoas. A espera média de 36 meses – imagine V. Ex<sup>a</sup> três anos de espera para se fazer uma cirurgia

ortopédica de alta complexidade no Rio de Janeiro – será reduzida para 12 meses, padrões comparáveis aos da Suíça, Finlândia e Noruega.

Esta é uma decisão do Governo do Presidente Lula: investir também numa área delicada da saúde pública brasileira, que é a média e a alta complexidade. Já temos essa cobertura de atendimento em 20 Estados brasileiros.

Esse trabalho do Into somado ao da Rede Sarah de hospitais, podemos dizer que o Brasil, nas doenças do aparelho locomotor, é um País que está avançando de maneira surpreendente, afirma-se como primeiro da América Latina – os serviços da Rede Sarah são equiparados aos melhores do mundo – e está fazendo esse tipo de intervenção e de correção de investimentos à altura de um novo tempo.

No Acre, tivemos crianças com o pezinho torto congênito, pessoas que estavam há anos deitadas nos leitos sem poder levantar-se, hoje fazendo movimentos; tivemos próteses colocadas, de quadril, de joelho. Estou falando em procedimentos de alta complexidade, R\$30 mil um procedimento desses, a que pobres não tinham direito a ter acesso e hoje têm, em 20 Estados brasileiros, graças a esse tipo de ação. Só na nossa região foram mais de 500 procedimentos de média e alta complexidade.

Agora, esse novo projeto vai compor Centro de Tratamento Ortopédico do Idoso, Centro do Traumatismo Raque-Medular, Centro de Trauma Ortopédico Referenciado, Centro de Trauma Infantil, Centro de Doenças Neuromusculares, Centro de Doenças Congênitas, Centro de Tratamento da Dor Crônica, Centro de Reconstrução Articular, Centro de Infecção Ósteo-Articular, Centro de Reconstrução Crânio-Maxilo-Facial.

É um trabalho admirável, e é uma das 60 unidades hospitalares do mundo, entre as quatro do Brasil, que estão com certificação de acreditação nas referências internacionais.

Então, Sr. Presidente, eu queria, nesta homenagem ao Instituto Nacional de Traumatismo-Ortopedia (Into), ao Ministro da Saúde, Agenor Álvares, ao Diretor daquela Unidade, Dr. Sérgio Cortez, dizer que é do meu propósito uma luta para que possamos consolidar e implantar, no Estado do Acre, um projeto de suporte que signifique a presença de um modelo Into e Sarah Kubitschek para sermos uma referência de acolhimento, que já somos hoje de irmãos peruanos e bolivianos e também de irmãos dos Estados vizinhos nas áreas de fronteira, para dar cobertura àqueles que são vítimas graves e que perdem a qualidade de vida, perdem a capacidade laborativa quando têm um trauma, um acidente que os deixa imobilizados, paralíticos, tetraplégicos, em decorrência dos acidentes do aparelho locomotor.

Então, faço esta homenagem num justo reconhecimento a uma unidade que só tem ajudado a Amazônia e as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Recebemos, agora, R\$3,800 milhões em equipamentos, que vieram de uma luta travada em parceria, para os hospitais de alta e média complexidade do Estado, a fim de que possamos atender à população vítima dos acidentes e dos traumas na nossa região.

Por isso, a minha gratidão e o meu reconhecimento ao Ministério da Saúde.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer justiça aqui também a uma das instituições financeiras estatais do nosso País que, durante quase 15 anos da minha atividade pública, foi abordada em alguns debates, muitos deles veementes, para que se pudesse democratizar o crédito, especialmente para aquelas pessoas de baixo poder aquisitivo e de baixa representação política. Trata-se, Sr. Presidente, de um tributo que faço agora ao Banco da Amazônia.

Pedi ao Presidente Mâncio Lima Cordeiro e à direção daquele banco que nos pudesse passar as informações com o balanço das atividades desse período. E digo a V. Ex<sup>a</sup> que fiquei bastante honrado de ver os números. Passo, neste momento, a comentá-los, Sr. Presidente.

O Banco da Amazônia conta hoje com 129 pontos de atendimento, representa 78,7% do crédito de fomento da Região Amazônica, tem 11% de todas as agências da região e atende a 94% dos Municípios.

O desempenho financeiro do Banco ficou da seguinte maneira: o patrimônio líquido foi de R\$1,221 bilhão de reais, em 2002; passa para R\$1,382 bilhão, em 2003; R\$1,426 bilhão, em 2004; e R\$1,630 bilhão, em 2005, o que mostra um crescimento de 34% do patrimônio líquido do Banco.

No seu projeto estratégico, um dos pontos é excelência, excelência por natureza. As linhas de crédito do projeto estratégico do Banco se assentam em três pilares: o primeiro, a excelência em tecnologia; o segundo, em seus processos administrativos; e o terceiro, a excelência humana.

Traz implícitos alguns conceitos como a ousadia, a inovação, a novidade, a eficiência, a efetividade, o norte de atuação e a sua participação no desenvolvimento local. As linhas do projeto estratégico transformarão o Banco da Amazônia em banco múltiplo, em harmonia com a sua função de desenvolvimento, e darão corpo à nova área internacional.

No redirecionamento do foco de atuação, os resultados da nova política, as linhas e programas de financiamento são definidos em função das necessidades de cada Estado da Amazônia. Como era antes, era um modelo tradicional: os negócios se adequavam às linhas e aos programas do Banco.

Como está hoje, o foco é a sustentabilidade; e as linhas de financiamento estão adequadas aos negócios, aos investimentos da região.

Houve uma brutal mudança, Sr. Presidente. Eu até faço um comentário aqui. Em 2003, uma cooperativa do Pará me liga pedindo para interceder para que o presidente do Banco pudesse receber a diretoria dessa cooperativa. Conversei com o Sr. Mâncio Lima. Ele não só recebe, como, pelo contrário, ele vai até a sede da cooperativa, leva todo o conjunto da diretoria do Banco, e acontece ali uma reunião em um dia de feriado, que era um 1º de maio, feriado nacional, e atende a cooperativa. Pela primeira vez aquela cooperativa recebe um atendimento daquela natureza.

Dos resultados dessa nova política. Dos R\$7,6 bilhões já injetados na Região Amazônica pelo Banco da Amazônia, via FNO, desde 1989, cerca de 44% foram aplicados no triênio 2003/2005. Considerado o índice de Basiléia, o Banco ainda tem condições de alavancar mais de R\$10 bilhões em seus ativos. Para o ano de 2006, a disponibilidade de recursos é da ordem de R\$6,2 bilhões, de diversas fontes: FNO, FDA, FAT, OGU, BNDES, FMM e outros recursos, como também os recursos próprios.

O redirecionamento ainda no seu foco de atuação levou aos resultados da nova política os seguintes indicadores: forte participação do crédito de fomento regional, com elevação do volume dos recursos: em 2002, R\$636 milhões; em 2003, R\$1,176 bilhão; em 2004, R\$1,508 bilhão; em 2005, R\$1,132 bilhão; e em 2006, até o mês de maio, R\$781 milhões. E pode chegar, até o final do ano, a R\$6,2 bilhões.

Ainda nos resultados da nova política, há uma elevação substancial do volume de crédito na região. A carteira de crédito do Banco tem o seguinte saldo: em 2002, R\$4,139 bilhões; em 2003, R\$5,240 bilhões; em 2004, R\$6,868 bilhões; em 2005, R\$7,926 bilhões.

As aplicações nos setores produtivos da região: em 2002, R\$392 milhões foram para o setor rural; R\$204 milhões para a indústria e R\$39 milhões para comércio e serviço; em 2005, o setor rural recebeu R\$797 milhões; o setor de indústrias, R\$266 milhões e o setor de comércio e serviços, R\$69 milhões.

Da performance na aplicação dos recursos, Sr. Presidente: de 1995 a 2002, R\$779 milhões; de 2003 a maio de 2006, R\$1,068 bilhão. Isso só na agricultura familiar, ligados ao programa do Plano Safra.

Com relação à responsabilidade social e ambiental do Banco, a atuação de responsabilidade social do Banco da Amazônia é vista tanto nas suas operações de crédito como, por exemplo, nos programas de incentivo ao projeto de manejo florestal comunitário como também ao projeto de manejo florestal empresarial, apoiando projetos nas áreas social, ambiental, cultural, recebendo inúmeras premiações por sua atuação. Alguns dos projetos premiados: arte Indígena no Amazonas e manipulação de plantas medicinais, em um programa ligado aos presidiários.

No Prêmio de Empreendedorismo Consciente, o Banco incentivou as soluções radicais e inovadoras para o desenvolvimento econômico e social na Amazônia, sem a destruição de seus ecossistemas naturais. Esse foi um prêmio que o Banco criou.

Então, Sr. Presidente, resta-me parabenizar nosso companheiro, militante de causas sociais, Mâncio Lima, e toda a diretoria do Banco pelo brilhante trabalho. Realmente, esse balanço é merecedor de nossos aplausos, de nossos agradecimentos. E espero, é claro, que, ao final dessa gestão, o Banco da Amazônia esteja colocado como um dos bancos de excelência, de referência no trato da coisa pública e como uma mola propulsora do desenvolvimento sustentado da nossa região.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

*O Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o nobre Senador João Batista Motta.

S. Exª dispõe do tempo regimental para o seu pronunciamento.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, permita-me, por obrigação do nosso Regimento, prorrogar a sessão, para que possamos ouvir o pronunciamento de V. Exª.

A sessão vai, então, até às 18 horas e 55 minutos.

Obrigado.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu que agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi o discurso de V. Exª, Sr. Presidente, com muita atenção, mostrando dados da produção e do sucesso do Basa, Banco da Amazônia, assim como o do Senador Tião



Viana, excelente pronunciamento, preocupado com a saúde do nosso povo, e gostaria apenas de fazer um reparo: Sr. Presidente, depois que o PT trocou Heloísa Helena por Henrique Meirelles, todos os bancos, indistintamente, só estão usufruindo de grandes lucros e fazendo grandes negócios.

O lucro dos bancos brasileiros, no ano passado, chegou a quase R\$26 bilhões. É uma quantia inaceitável para bancos que deveriam estar cuidando do nosso desenvolvimento, do desenvolvimento do povo, para o qual foram constituídos.

Só queria saber como estão aquelas pessoas que tomaram esse dinheiro, aquelas pessoas que foram ao Banco do Brasil, ao Bradesco, ao Basa e que tomaram dinheiro para fazer investimentos, para produzir para o nosso povo se alimentar, se tiveram lucro ou se estão quebrados, falidos. E posso garantir a V. Ex<sup>a</sup>: estão quebrados, estão falidos!

Sr. Presidente, o assunto que me trouxe aqui é outro.

Eu gostaria de contar com a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, assim como dos demais Senadores e daqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, porque é um problema muito sério o que estou trazendo hoje.

Uma missão européia, por meio da Food and Veterinary Office – que, daqui para frente, vou chamar de FVO –, esteve no Brasil no período de 23 de novembro a 01 de dezembro de 2005, para fiscalizar as medidas adotadas pelo Governo brasileiro no tocante ao controle fitossanitário dos produtos brasileiros que são exportados para a Europa, tendo constatado que:

A maioria das deficiências encontradas em 2003 não foram retificadas e muitas das ações prometidas de fato não aconteceram. Conseqüentemente, o sistema atual para o controle de resíduos e drogas veterinárias não é adequado e não oferece garantias equivalentes às aquelas oferecidas pela legislação da comunidade européia.

O relatório, Sr. Presidente, aponta ainda falhas no planejamento e implementação do Plano Nacional de Controle de Resíduos, elaborado pelo Ministério da Agricultura e da incapacidade da rede laboratorial oficial em atender até o que fora estipulado pelo Governo Federal no seu Plano, bem como a falta de controle na distribuição e uso de medicamentos veterinários em território nacional.

Alguns pontos destacados no relatório chamam atenção para as falhas no Plano Nacional de Controle de Resíduos, nos laboratórios credenciados pelo Governo Federal e nos produtos veterinários e rações medicadas, tais como:

#### 1 – Plano Nacional de Controle de Resíduos:

– O Plano é incompleto e não considera o uso de drogas veterinárias no Brasil, mas sim a disponibilidade de métodos analíticos e a capacidade dos laboratórios responsáveis;

– Foi observado que, desde 2003, diversas substâncias relevantes não são objeto do Plano e, apesar do alerta e das garantias das autoridades brasileiras de que esses grupos seriam incluídos no futuro, a missão de 2005 não encontrou mudanças e concluiu que o Plano brasileiro não oferece garantias compatíveis às exigidas na legislação européia;

– A falta de testes no Brasil dos resíduos de substâncias expressamente banidas ou não autorizadas para animais destinados ao consumo humano na Europa, mas autorizadas no Brasil, demonstra que as autoridades brasileiras não garantem que os produtos atendem às exigências da Europa;

– A confiança da autoridade européia no PNCR fica ainda menor com o fato de que a edição de 2004 falhou no cumprimento das suas metas, o que se repetiu também em 2005, o que atesta que o Ministério da Agricultura falhou no seu papel de supervisão.

– O Programa brasileiro não inclui a amostragem nas unidades de produção aquícolas, como exige a Diretiva 96/23.

#### 2 – Laboratórios

– Nenhum dos laboratórios estava acreditado na ISO-17.025, como prometido no Plano de 2003, ao contrário dos quatro laboratórios privados credenciados pelo Ministério. Embora os laboratórios possuam partes do sistema de qualidade implementados, aqueles visitados pela missão de 2005 apresentaram deficiências graves na avaliação dos métodos analíticos, e, outros, ausência de procedimentos padrão e falta de pessoal qualificado, o que abala a confiança nos laboratórios e nos resultados gerados pelo Plano Nacional de Controle de Resíduos;

– A rede oficial de laboratórios não mostrou ser capaz de atender à qualidade e à amplitude dos serviços analíticos necessários para cumprir o estabelecido no PNCR atual;

– Os laboratórios não participaram de nenhum teste de proficiência internacional (PT) internacional até a missão da FVO em 2005; e mantêm poucos contatos científicos com a Europa e com os Estados Unidos;



– Apesar dos investimentos em equipamentos planejados para os laboratórios, a missão da FVO questiona o cumprimento do seu papel, uma vez que no momento da sua visita não havia um plano de ação específico disponível, além da falta de pessoal qualificado.

### 3 – Produtos veterinários e rações medicadas.

– Como em 2003, a missão da FVO apontou que o controle de produtos veterinários do Brasil é falho por não exigir a prescrição de veterinários para um grande número de produtos e não exigir registros que detalhem o uso nas fazendas.

Diante desse quadro caótico em que se encontra o controle sanitário oficial, Srs. Senadores, empresários do setor solicitaram, ontem, ao Ministro da Agricultura as seguintes providências, Sr. Presidente:

1 – Corrigir todas as pendências e falhas estruturais do PNCR para garantir que o mesmo cumpra com o seu objetivo.

2 – Garantir que todos os laboratórios envolvidos tenham certificação ISO-17.025;

3 – Equipar os laboratórios credenciados e aumentar a disponibilidade de técnicos qualificados para operar os equipamentos e implementar os métodos necessários;

4 – Aumentar o controle do uso de produtos veterinários desde a comercialização até a fiscalização do uso nas fazendas e manutenção dos registros, em equivalência com o sistema europeu.

A aprovação, no Brasil, de um grande número de antibióticos expressamente proibidos pela União Européia e a ausência de testes para essas substâncias expõem a saúde dos humanos a riscos graves e aumentam ainda mais o descrédito quanto aos nossos controles, foi outro ponto abordado pela missão.

Só para ter uma idéia da gravidade do problema, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil produziu um milhão de toneladas de pescados em 2004, por intermédio da pesca e da criação de animais aquáticos, volume 32% superior ao de dez anos atrás. Graças ao aumento das exportações, em virtude da carcinicultura, desde 2001 a balança comercial de pescado brasileira é positiva e, no ano passado, o setor pesqueiro nacional exportou 86 mil toneladas e gerou US\$385 milhões em divisas com as exportações. As condições naturais do País para a aquicultura e o avanço tecnológico alcançado pela indústria contribuíram para que, nos últimos cinco

anos, a criação de camarões e de tilápias, no Brasil, aumentasse 160% e 113%, respectivamente.

Os empresários do setor, representados pelo Dr. Itamar Rocha, abnegado defensor da aquicultura nacional, têm feito grandes esforços para gerar emprego e renda para o País, mas este Governo nada tem feito. Não apóia o setor. Ao contrário, persegue os empresários, por intermédio do Ibama.

Quero aproveitar, inclusive, para parabenizar o engenheiro de pesca Dr. Itamar, ferrenho defensor dos empresários da aquicultura e da pesca, em especial do Rio Grande do Norte, que geram emprego e renda para os Estados e divisas para o País, e lhe dizer que não desista da luta, porque o País precisa de pessoas que trabalhem assim, de pessoas com esse comportamento.

Mas, infelizmente, todo esse avanço está ameaçado, porque o mercado europeu sinaliza com a possibilidade de impedir a entrada de nossos produtos, por falhas graves encontradas no Plano Nacional de Controle de Resíduos (PNCR), em virtude da incompetência e da responsabilidade do Governo Federal.

Já há notícias, inclusive, de que o mel brasileiro sofreu restrições e a carne e o frango também estão ameaçados.

Esse problema é de extrema gravidade, e um embargo nas nossas exportações trará consequências catastróficas como demissões em massa e quebra das nossas exportações, uma vez que não dispomos de mercados alternativos para absorver o produto destinado à Europa.

Vejam, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a carcinicultura exporta 93% do cultivo para a Europa, principal cliente brasileiro, situação esta que está a exigir medidas urgentes, inclusive a convocação do Ministro da Agricultura, para explicar o que está acontecendo, com a finalidade de evitar que ocorra uma calamidade, como aconteceu com a febre aftosa que prejudicou vários Estados do País por falta de adoção de medidas preventivas eficientes.

Vários Estados que desenvolvem a pesca e a aquicultura serão prejudicados, a exemplo do Espírito Santo, do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Pernambuco, do Piauí e da Paraíba, entre outros.

Por isso, Sr. Presidente, estamos preparando um requerimento para convocar o Ministro da Agricultura a prestar esclarecimentos a esta Casa, a fim de evitar, repito, o que aconteceu há poucos meses, com o problema da febre aftosa, que nos pegou de calças na mão e que trouxe prejuízo a centenas de produtores. Não nos podemos esquecer desse fato.

O Senador Sibá Machado, do PT, que preside a sessão de hoje, e o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, que está aqui conosco, podem ajudar-nos, para que consigamos êxito, para que isso seja esclarecido, para que providências sejam tomadas e para que evitemos prejudicar os produtores brasileiros, já tão sacrificados com a cotação do dólar.

Até faço um apelo, já que o Governo Federal não se sensibiliza com a calamidade da indústria calçadista, que já foi atingida, assim como outras do setor primário: que aqueles grandes empresários aliados do Governo, com o dólar baixinho – deve ser um jogo –, que importem o mais rápido possível, que façam isso logo, para que o Governo possa olhar também para os pequenos! Chega de olhar para o grande, Presidente Lula!

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Motta, estou assistindo, naturalmente, ao seu pronunciamento, preocupado não somente com nosso agronegócio, mas com todo o nosso parque de exportação. A situação do dólar, de fato, preocupa. É uma realidade. Entendo que, dentro do Governo, diversas áreas já começam a sensibilizar-se devido a essa realidade. Espero, efetivamente, que haja algumas alterações, porque – V. Ex<sup>a</sup> se lembra, e posso frisar – a situação do Rio Grande do Sul, na área do calçado, como V. Ex<sup>a</sup> agora frisava, as máquinas agrícolas, o setor noveleiro, enfim, a maioria dos setores da área da exportação está em dificuldade. Mas quero também dizer que, ao mesmo tempo em que pensamos nos empresários, apresentei à Casa, há dois anos – e ele está em debate na Comissão de Assuntos Sociais –, um projeto de lei que amplia o seguro-desemprego em momentos de crise como este, porque, queiramos ou não, as crises acontecem. Então, no momento específico da crise, em que, não por boa vontade nem por má vontade dos empresários, eles tenham de afastar os trabalhadores, que o seguro-desemprego, em caso de emergência, dure até 12 meses! Hoje, está durando, em alguns casos, até seis meses, por entendimento do Ministério do Trabalho e do Codefat, que administra o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que sustenta o seguro-desemprego. Então, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Esse alerta tem de ser dado. Todos estamos preocupados. Sinto que, dentro do Governo, cresce a visão de que deve haver alguma alteração, para que não geremos menos divisas e mais desempregos. E que efetivamente o seguro-desemprego possa também alcançar aqueles trabalhadores em crise semelhante a esta por que estamos passando! Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)  
– Senador Paulo Paim, com todo respeito que sempre

tive a V. Ex<sup>a</sup>, pela sua luta em prol dos trabalhadores deste País, quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> vai sempre no foco do trabalhador, que, no final, é o único prejudicado. Mas quero sugerir a V. Ex<sup>a</sup>, com a força que V. Ex<sup>a</sup> tem dentro do PT, com a força que V. Ex<sup>a</sup> tem dentro desta Casa, que possamos cerrar fileira, para que o Governo não permita que isso aconteça.

No começo do meu pronunciamento, citei as palavras do Senador Sibá Machado, que elogiava o desempenho do Basa. Eu disse a S. Ex<sup>a</sup> que todos os Bancos estão indo maravilhosamente bem, estão ganhando fortunas. Desde que o PT trocou Heloísa Helena por Henrique Meirelles, os Bancos estão navegando em céu de brigadeiro! E, quando travamos aqui algumas pelejas, para, por exemplo, aprovar a MP nº 255, só para beneficiar grandes empresários que estavam precisando importar produtos da China, como vagões, locomotivas, máquinas pesadas, para retirar nossos minerais e mandá-los, de graça, para o estrangeiro, nós, aqui, concedemos-lhes isenção. Eles, que já não pagavam na exportação, passaram a não pagar também na importação.

O nome era MP do Bem. Inseriram, no meio, alguma “perfumaria” neste sentido: “Agora, os agricultores vão irrigar suas lavouras com energia mais barata!”. Isso foi uma coisa maravilhosa! Esta Casa aprovou a matéria, mas isso não está acontecendo. O segundo escalão do Governo não permite que o pequeno produtor use o benefício que o Congresso Nacional lhes concedeu. Estão dizendo que é só para a bomba que está jogando água na lavoura. Não pode ser incluída a luz do pobrezinho do proprietário ou a lâmpada acesa no galpão que guarda as mercadorias e os equipamentos.

O cidadão não tem como fazer outra rede de energia, dessa vez para ligar só nas bombas e para gozar do benefício. Isso chega a ser molecagem! Todos os produtores estão se debatendo quanto a isso. Mas os grandes já usaram a MP nº 255, já importaram sem pagar tributo, já importaram com o dólar a R\$2,00, já estão com os bolsos repletos, sem ter onde colocar mais dinheiro!

E nós continuamos, V. Ex<sup>a</sup>, outros e eu, a lutar pelos pequenos, por aqueles que estão produzindo, por aqueles que geram emprego. E esse dólar não reage. E por que não reage?

Na China, há alguns meses, o Governo dos Estados Unidos fez um apelo para que aquele país valorizasse sua moeda, para que fizesse o que o Brasil fez. Mas a China respondeu aos homens da América do Norte: “Não! Nós, aqui, queremos é exportar e não importar”.

Dentro dessa política, os pátios importadores do meu Estado já estão lotados de automóveis fabricados no exterior; as nossas fábricas brasileiras estão sem poder produzir, estão sem poder exportar, porque o Governo, com sua insensibilidade, não permite que o emprego seja gerado no Brasil. Quando importamos, quando temos a facilidade de importar, estamos dando emprego lá fora; quando exportamos nossos produtos, aqui dentro estamos dando emprego à nossa gente.

Mas essa taxa de emprego não seria nada, Senador Paulo Paim, se vivêssemos no País com tranquilidade. Mas nós, hoje, vivemos uma guerra civil, uma violência sem precedência na história do mundo. Pais de família são assassinados a qualquer momento, a qualquer instante, seja dentro da sua casa, seja no meio da rua, seja nas estradas brasileiras. E o motivo maior é a falta de distribuição de renda, é a burocracia, que não deixa o cidadão registrar uma empresa com facilidade para poder produzir alguma coisa. Isso viria de uma reforma tributária.

Nada disso merece a preocupação dos nossos dirigentes, sejam os de hoje, sejam os de um passado recente.

O certo é que não nos preocupamos com a violência, com a tragédia que os nossos filhos estão passando nas ruas, em decorrência da irresponsabilidade daqueles que só querem ficar dentro de um palácio, recebendo a visita ora de empresários, ora de assessores – empresários que querem cuidar dos seus interesses e assessores preocupados apenas com o seu cargo político, o seu emprego e aquilo que entra no seu bolso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pois não. Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Sibá Machado, por incrível que pareça, quero usar a palavra para cumprimentá-lo. Não falarei por mais que um minuto.

Quero cumprimentá-lo por sua brilhante iniciativa. Tive a alegria, porque fui convocado por V. Ex<sup>a</sup>, de estar ontem na CCJ para aprovar a sua emenda, mediante o relatório do Senador Tasso Jereissati, destinada a acabar com a reeleição. Eu sempre fui radicalmente contra o instituto da reeleição para Prefeito, Governador e Presidente da República.

Quando V. Ex<sup>a</sup> aqui chegou, em um primeiro momento, era conhecido como o suplente da Ministra Marina Silva. Hoje, V. Ex<sup>a</sup> é conhecido e reconhecido no País como o Senador Sibá Machado.

A sua emenda, ontem aprovada por unanimidade na CCJ – e estou convicto de que o Congresso vai aprová-la no plenário das duas Casas –, é muito importante para o nosso País, para a democracia, para a liberdade e para a Justiça, pois evitará que qualquer governante use indevidamente a máquina para a sua reeleição. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns.

Eu poderia lembrar uma outra pessoa que, infelizmente, já faleceu. Dante de Oliveira, que faleceu recentemente, entrou para a História com a emenda das diretas. V. Ex<sup>a</sup>, ontem, entrou para a História deste País por acabar com o instituto da reeleição em todos os níveis do Executivo.

Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> em seguida.

Senador Paulo Paim, fiquei até surpreso por V. Ex<sup>a</sup> ter pedido a palavra por mais cinco minutos, pois estamos com o tempo muito reduzido.

Agradeço as suas palavras. Foi um dever de ofício e, realmente, há o reconhecimento, na Casa, de que o instituto da reeleição não foi uma excelente experiência para o Brasil, embora muitas pessoas ainda discordem disso. É claro que têm esse direito, mas comparar o Brasil com os Estados Unidos não me parece ser o caso, porque a relação democrática daquele país não pode ser comparada com a nossa, já que temos outros percalços, diferentes dos deles. No entanto, o importante é que a CCJ dá um sinal de que há amadurecimento.

Eu não quero julgar o mérito de como o instituto foi criado ou deixou de sê-lo. Os debates foram realizados em 1997, mas o importante é que, agora, há um crescimento do entendimento de que o instituto da reeleição não é bom.

Ouvi pela imprensa, dos diversos candidatos – o Presidente Lula, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Cristovam Buarque –, que há a disposição de, se eleitos forem, incentivarem a apreciação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela consideração à minha pessoa. Fico muito feliz com isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sibá Machado, eu gostaria de contribuir com as palavras do Senador Paulo Paim e parabenizá-lo também. Vejo em V. Ex<sup>a</sup> um grande quadro, um grande cidadão brasileiro, um homem que deseja o melhor para este País. Eu gostaria de lhe dar os parabéns por isso tudo e dizer-lhe que o espero no Espírito Santo para uma visita, pois lhe quero mostrar o meu Estado.

Completando o que disse o Senador Paulo Paim com relação à reeleição, nunca vi uma coisa tão terrível e maléfica para o Brasil como esse instituto. Não quero nem me referir ao caso de Presidente e Governadores, mas, principalmente, à reeleição de Prefeitos pelo interior deste País, em Municípios de cinco, 10, 30 ou 50 mil eleitores, que viram feudos.

Imagine V. Ex<sup>a</sup> que quando o Prefeito é eleito e senta-se na cadeira, não está preocupado com mais nada além de trazer para junto de si todos os Vereadores. A partir daí, somente se preocupa com a reeleição. Evidentemente, é reeleito porque está com a máquina na mão, gasta com isso tudo o que a Prefeitura tem no cofre e continua no cargo por mais quatro anos.

Como, no interior do Brasil, os políticos não são profissionais, mas comerciantes, fazendeiros, professores e engenheiros que têm as suas atividades, nesses oito anos termina a oposição de uma vez. O Prefeito traz tudo para o seu lado. Assim, pode pegar um poste e colocá-lo como candidato que garantirá a eleição desse poste. No entanto, ele não pega um poste, mas uma pessoa da sua algibeira, um secretário amigo que assine tudo o que mandar, e fica por mais quatro anos no cargo – 12, agora. A oposição desaparece no Município. Ele, então, fala: “Garoto, saia da cadeira agora que eu vou voltar.” E fica mais oito! Nunca mais vai haver alternâncias nessas prefeituras. Isso é uma indignidade, uma vergonha.

Quero aproveitar para parabenizar o Presidente do PSDB, Senador Tasso Jereissati, pela força que fez para aprovar hoje, na CCJ, o fim dessa excrescência chamada reeleição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, da mesma forma, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> e aos dois Senadores que

compareceram à CCJ para o debate e a votação, que, no meu entendimento, ainda é simbólica.

Acredito que o próximo passo seja pedirmos ao Senador Renan Calheiros que coloque a matéria na pauta durante o próximo esforço concentrado, para que a votássemos, no Senado, antes das eleições de outubro. Sei que é impossível fazê-lo nas duas Casas até outubro, mas o Senado pode fazer esse esforço se conversarmos com o Senador Renan Calheiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Luiz Pontes, Papaléo Paes, João Batista Motta, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Romero Jucá, a Sr<sup>a</sup> Senadora Fátima Cleide e o Sr. Senador Pedro Simon enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero aqui hoje registrar a entrevista concedida pela Sr<sup>a</sup> Alicia Frohmann, diretora do Prochile à revista da Câmara Oficial Espanhola de Comércio, do Chile, edição de julho de 2006.

A matéria tem um título forte que diz muito, senão tudo: “O Tratado de Livre Comércio (TLC) com a Europa tem permitido quase duplicar o intercâmbio comercial entre Chile e Espanha”.

A Sr<sup>a</sup> Alicia foi coordenadora técnica dos acordos com Estados Unidos Canadá e México e agora é a nova diretora do Prochile.

Segundo ela, “um bom acordo implica fazer bons negócios para a ambas as partes”. Por exemplo, “em 2003 o intercâmbio comercial com a União Européia era pouco mais de US\$8 bilhões; em 2005, chegamos a US\$14 bilhões. Em relação à Espanha houve um salto de US\$900 milhões para US\$1,6 bilhão”.

Atualmente as exportações para a Europa respondem por 25% do total exportado. Para os outros continentes, elas tem crescido também: para a América do Norte a parcela é de 25%, depois 33% para a Ásia e o restante para América Latina.

Ainda, “entre 2001 e 2005 as exportações não tradicionais cresceram 84%; para a Espanha o crescimento foi de 92%. Tivemos um aumento vultuoso do cobre e da celulose no caso da Espanha, porem, uma grande porcentagem desse aumento se deve também aos produtos não tradicionais, estes promovidos pelo Prochile”.



Ressalta que “a função do organismo é apoiar as pequenas e médias empresas que exportam produtos não tradicionais favorecendo sua internacionalização”, objetivo que vem sendo atingido parcialmente.

Em 1990 o mercado consumidor para os produtos chilenos girava em torno de 13 milhões de habitantes e agora são 1,2 bilhão de consumidores e poderá chegar a 3,7 bilhões a partir dos acordos com China e Japão.

Para internacionalização das pequenas e médias empresas, o Prochile mantém dois Fundos de Promoção à Exportação: um Fundo de Promoção de Exportações Agropecuárias e outro que apóia projetos de manufatura, produtos marítimos e serviços. Para 2007 a expectativa é a criação de um Fundo de Promoção de Exportação de Serviços: engenharia, saúde, educação, cultura entre outras.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é para registrar a entrevista concedida à jornalista Marcela Alam, do diário chileno **La Tercera**, no último dia 27 de julho, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Afirmou ele que “o Brasil perdeu espaço ao privilegiar uma política de integração mais global, ao invés de estreitar os laços com seus vizinhos continentais”.

Sobre a influência do Presidente Hugo Chávez, que põe em cheque a liderança brasileira, o ex-presidente afirmou que “o Brasil não necessita buscar supremacia e, sim, buscar amigos convergentes, com interesses comuns; a Venezuela tem um líder que demonstra capacidade midiática e que é porta-voz de uma visão contra o capitalismo e a globalização”.

Segundo ele o Brasil, no entanto deve adotar uma oposição firme à essa política uma vez que seu desenvolvimento produtivo é muito maior que a Venezuela, que não pode ser considerada como a “grande liderança do Cone Sul, uma vez que não reflete a expressão de sentimentos de eco mundial, ao contrário do Brasil, cuja posição no contexto internacional é baseada em sua magnitude geográfica, sua economia e sua capacidade de negociação e não numa retórica anticapitalista”.

Comentou também que o Brasil perdeu pontos junto aos países vizinhos, ao buscar uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, causando um desconforto regional: “se Lula tivesse cuidado da região, Chávez não teria ganho terreno”.

Para ele, as posições adotadas pelo Brasil, Chile, Colômbia e México, que se contrapõem à Venezuela, estabelecerão políticas domésticas entre os países.

Fernando Henrique Cardoso comenta também o grande desafio para a Venezuela, que é a oscilação do petróleo no mercado internacional.

Durante a entrevista, FHC ressaltou a importância das relações estabelecidas entre Brasil e Chile, que a longo prazo mostrarão resultados altamente positivos, pois a Presidenta Bachelet, adota uma política claramente democrática e não demagógica e teve a sorte de ser precedida “por uma série histórica de quatro presidentes de um nível acima da média”. Ainda sobre as questões que recentemente envolveram Chile e Argentina, o ex-presidente brasileiro defendeu a postura adotada por Bachelet. Para ele, “as palavras dos chefes de Estado tem de ser mantidas” e o equívoco foi da Argentina, quebrando a confiança entre os dois países, causando danos aos interesses comuns a médio prazo.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, eu gostaria que a reportagem a que me refiro também se tornasse parte integrante deste pronunciamento.

O terceiro assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é para fazer o registro do editorial intitulado “Agências asfíxiadas”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 7 de julho do corrente.

O editorial trata da estratégia adotada pelo governo do Presidente Lula de reduzir cada vez mais a autonomia das agências reguladoras. Segundo o editorial, “a política deliberada de estrangulamento das agências assusta os investidores, retarda a expansão de serviços essenciais para o crescimento econômico e para o bem-estar da população e pode resultar, no médio prazo, na degradação dos serviços hoje existentes”.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o editorial acima citado também passe a integrar este pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

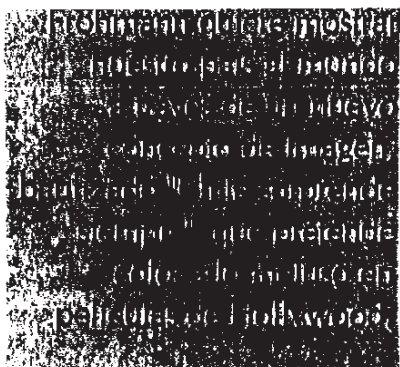
**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## ENTREVISTA

ALICIA FROHMANN, DIRECTORA PROCHILE

# TLC con Europa Ha Permitido Casi Duplicar Intercambio Comercial Chile-España



La sigla TLC acompaña hace años a Alicia Frohmann. Sabe que son tres letras que resumen un montón de oportunidades comerciales. Gracias a su trabajo como coordinadora técnica en los acuerdos con Estados Unidos, Canadá y México, maneja perfectamente los alcances de los tratados. Como nueva directora de ProChile, se ha fijado como prioridad incorporar las pymes a estas lides.

**-Han pasado varios años de la entrada en vigor del TLC con Europa, ¿en cuánto ha beneficiado nuestras exportaciones y cuánto hemos crecido gracias a este tratado?**

-En realidad, la entrada en vigencia del acuerdo con la Unión Europea ha sido muy beneficiosa. Un buen acuerdo implica hacer buenos negocios para ambas partes. En tér-

minos del intercambio comercial, vemos que, en el 2003, era poco más de US\$8.000 millones, mientras que, en el 2005, hemos llegado a US\$14.000 millones, es decir, realmente este comercio se ha potenciado de manera importante. En el caso concreto con España, vemos una tendencia más aguda: el intercambio comercial ha pasado de US\$900 millones a US\$1.600 millones de dólares. Realmente vemos un gran impacto. Por la apertura de los respectivos mercados, es un momento propicio de la economía internacional, también por el efecto por los precios de las commodities de las materias primas. Pero aún si consideramos las exportaciones no tradicionales, vemos que éstas han crecido de manera interesante entre el 2001 y 2005. Las exportaciones no tradicionales a Europa crecieron un 84% y, en el caso de España específicamente, tuvieron un crecimiento muy inte-

resante del 92%. Tenemos un efecto por los precios abultados del cobre y, en el caso de España, la celulosa, pero un buen porcentaje de este aumento se debe también a los productos no tradicionales, que son los que promueve ProChile. Nuestra función como organismo es apoyar a las pequeñas y medianas empresas que exportan productos no tradicionales, favoreciendo su internacionalización.

**-¿Usted cree que las pymes han aprovechado realmente esta ventaja o aún no es suficiente?**

-No, ciertamente aún no es suficiente. Los cambios que han habido en términos de acceso a mercados internacionales para las empresas chilenas son increíbles. En 1990, el mercado preferencial al que accedían los productos chilenos eran los 13 millones de habitantes con los que contaba Chile. Hoy tenemos un acceso

## ALICIA FROHMANN

Alicia Frohmann es hija de inmigrantes alemanes que se asentaron en Argentina, donde nació. Hoy es chilena, casada hace 32 años con un chileno. Tiene dos hijos. Es historióloga, especialista en relaciones internacionales y en temas de integración comercial. Trabajó en la coordinadora técnica del TLC con EEUU y estuvo a cargo de la implementación de los TLC con Canadá, México y EEUU. Primero fue coordinadora, luego se enfocó a la implementación. Hoy su desafío es que las empresas utilicen estos tratados y se beneficien de ellos.

*"Las exportaciones no tradicionales a Europa crecieron un 84% y, en el caso de España específicamente, tuvieron un crecimiento muy interesante del 92%. Tenemos un efecto por los precios abultados del cobre y, en el caso de España, la celulosa, pero un buen porcentaje de este aumento se debe también a los productos no tradicionales, que son los que promueve ProChile"*

preferencial a 1.200 millones de consumidores y, una vez que entren en vigencia los acuerdos con China, India y Japón, serán 3.700 millones de consumidores. Comenzar a aprovechar este acceso implica un cambio de switch mental y económico, un cambio en todo sentido. Lo que hemos visto es que nuestras empresas y nuestra economía en general han iniciado esta transición. Si sumamos el intercambio de bienes y servicios, llegamos a una cifra equivalente al 70% del PIB, por lo tanto estamos ya muy orientados al mercado externo, pero por supuesto esto debe profundizarse aún muchísimo más. Son las pequeñas y medianas empresas las que agregan valor a nuestras exportaciones, las que más pueden beneficiarse de los TLC, porque son éstos los que permiten que desaparezca el escalonamiento arancelario que castiga especialmente a los productos de mayor valor agregado.

#### **-¿Cómo piensa apoyar ProChile a la internacionalización de las pymes, en especial hacia España?**

-Contamos con una oficina comercial muy activa en Madrid, dirigida por Patricia Braniff, ex directora jurídica de Direcon. Hacia allá se han canalizado muchos proyectos. Actualmente, tenemos dos fondos de promoción a la exportación: uno es el fondo de promoción de exportaciones agropecuarias, y el otro es el fondo tradicional de ProChile, que apoya proyectos de manufactura, productos marítimos y servicios. El próximo año queremos tener un fondo especial de promoción de exportación de servicios. Por otra parte, la tarea de nuestra oficina comercial en Madrid es ofrecer información de mercado a las empresas aquí en Chile y también hacer gestión de agendas de negocios. Cuando las empresas chilenas llegan a España, nos preocupamos de presentarles una agenda de reuniones bilaterales con

potenciales compradores, distribuidores, que atiendan los productos que a las empresas les interesa colocar.

#### **-¿Cómo accede una empresa pyme a las ayudas de ProChile y qué requisitos debe cumplir para acceder a los beneficios?**

-Tiene distintos canales. Las empresas en regiones pueden acudir a las oficinas regionales de ProChile, ubicadas en cada capital regional. En Santiago, funciona el ProChile Central donde se puede acceder directamente. En general, la información de mercado se la proveemos a cualquier empresa que la solicita, luego hay proyectos donde existe un requisito de asociatividad, y otro donde hay un requisito en términos de potencial exportable de la empresa. Toda esta información está en nuestra página web [www.prochile.cl](http://www.prochile.cl), donde también se puede acceder a la dirección de Internet de nuestras oficinas comerciales de la red de ProChile en el mundo.

Las pymes que atiende ProChile son, en general, empresas que ya exportan o están por exportar y cumplen con un test de potencial exportador, porque, en la fase anterior, cuando quieren aprender a exportar o explorar si pueden exportar, tienen otros organismos del Estado como Sercotec o Corfo.

#### **- ¿Cuánto representa Europa en nuestras exportaciones?**

-Representa un 25%. Antes representaba un poco más, pero el mercado a otros continentes ha crecido: tenemos un 25% en América del Norte, un 33% en Asia y el resto en América Latina. Si observamos las cifras de nuestras exportaciones a Asia, en todos los mercados hay predominio grande de materias primas, sobre todo el cobre. Nos interesa diversificar a otros sectores y en ese sentido van nuestros esfuerzos en Asia. Ojalá no tengamos un predominio tan gran-

de, porque, si en Europa tenemos un 50% de las exportaciones del sector minero, en Asia ese porcentaje es mucho mayor. En América del Norte y América Latina es mucho más equilibrado, ése es el beneficio que nos dan los TLC. El cobre se vende solo.

#### **-¿Qué imagen proyecta Chile en el exterior?**

-Chile es muy desconocido todavía en muchos países, no así en España, donde tenemos vínculos desde nuestros inicios. Creamos el año pasado una nueva imagen-país, que llamamos "Chile sorprende siempre", que, además del logo, tiene una serie de atributos y conceptos que se asocian a la imagen de sorpresa o diversidad. Una nueva marca de Chile. Hoy estamos en la etapa de promoción de esta nueva marca, elaborando una serie de eventos: pronto vamos a ver gigantografías en los aeropuertos, un video sobre imagen-país en los vuelos de Lan Chile, además de un proyecto de posicionamiento de mercado para colocar la imagen-país en películas de Hollywood de alto rating. Hemos introducido el concepto de imagen-país al trabajo de nuestras embajadas, oficinas comerciales y las giras de la Presidenta Bachelet. Imagen-país es una plataforma público-privada, en la cual hay una división de roles. El sector público está a cargo de una promoción genérica de la imagen de Chile y el sector privado de una difusión y promoción sectorial. El Estado ha avanzado en algunos proyectos interesantes. Contamos ahora con unos fondos adicionales proporcionados por el Ministerio de Hacienda, los cuales utilizaremos para aterrizar esta imagen en cinco mercados en el mundo, muy focalizados. Dos en Europa, Alemania y Francia; uno en América del Norte, EEUU; dos en Asia, Corea y China.

#### **- ¿Qué parámetros utilizan para definir a que ferias asisten?**

-El parámetro principal es dónde le interesa ir a las empresas. Todas las actividades de ProChile tienen un porcentaje de co-financiamiento muy alto, por lo tanto, informamos a las empresas de las ferias que se darán en el año y ahí detectamos el interés

que hay en cada una. Depende de la estrategia de las empresas, pues hay grandes ferias, como las del rubro agroalimentario, donde todas quieren estar.

**- ¿Actualmente ProChile cuenta con una óptima infraestructura? ¿Cuánto más quieren seguir creciendo, cuál es su meta?**

-Me interesa hacer un ajuste cualitativo, crecer en ofertas de servicios. Estamos abriendo una nueva oficina en Vietnam para abarcar ese país y otros del área, como Tailandia y Malasia. También estamos creando una nueva oficina en Dubai, Emiratos Árabes Unidos, donde la idea es tener una mayor presencia en el mundo árabe. También estamos pensando para nuestra red externa, no sólo una perspectiva bilateral, sino más regional. Pensamos que nuestra oficina comercial en Estocolmo pueda atender Noruega, Dinamarca, Finlandia, los Países Bálticos. ¿Cómo? Fortaleciendo a nuestra oficina, haciéndola trabajar con las embajadas, porque Chile tiene más recursos que las oficinas comerciales en el exterior y queremos incorporarlos a todos a las tareas de promoción de nuestro comercio. Hay lugares

donde ProChile tiene oficina aparte de las embajadas y otras donde se encuentra dentro de la Embajada. Si bien ProChile funciona como un organismo autónomo con su propio presupuesto, donde existe embajada el funcionario ProChile depende al mismo tiempo de Dirección ProChile y el embajador. Trabajamos unidos pero, debemos conseguir una mayor unión.

**-¿Y cómo funciona la red interna?**

También estamos trabajando para fortalecer la red interna, la red regional de ProChile. Mi sensación cuando llegué fue que parecían los hermanos pobres en ProChile, pero, en realidad, son fundamentales para conocer la oferta exportable de Chile y las demandas de las pequeñas y medianas empresas regionales. Por ello, estamos fortaleciendo esta red regional, que trabaja directamente con las pymes regionales, donde muchas de ellas no se sienten representadas por las grandes asociaciones gremiales de Santiago.

**-¿Qué expectativas tiene para el 2007?**

-Tenemos planeado crear a partir del

próximo año, si los dioses del presupuesto me ayudan, un fondo de promoción de exportación de servicios y nuevos negocios para tener una herramienta específica para apoyar a estos nuevos sectores atendiendo la realidad actual del desarrollo exportador. Estos servicios serían de ingeniería, salud, educacional, industrias culturales y muchos otros. Chile exportó US\$7.000 millones en servicios. Es un sector muy pujante, moderno, competitivo internacionalmente, compuesto principalmente por pymes. Nos parece fundamental apoyarlos para que puedan aprovechar los TLC.

**-Es su meta primordial..**

-Mi meta es apoyar empresas de distintos sectores productivos, con una mentalidad consistente con esta etapa del desarrollo exportador, donde estamos agregando valor a nuestras exportaciones, donde estamos pensando en una lógica de los negocios más que de las exportaciones. Me interesa también que nuestras oficinas comerciales avancen a tener un plus de inteligencia de mercado y de gestión de agendas de negocios. ©



## ENTREVISTA

Fernando Henrique Cardoso, ex Presidente de Brasil:

# “Si Lula hubiese cuidado la región, Chávez no habría ganado terreno”

► El ex Jefe de Estado brasileño afirma que Brasil actualmente no tiene margen para contrarrestar la influencia que Hugo Chávez ha conseguido en la izquierda “populista”  
► Sobre los gobiernos de la Concertación, señala que “Chile tuvo la suerte de tener cuatro Presidentes de un nivel muy por arriba del promedio”.

MARCELA ALAM

Con la distancia que le han dado los más de tres años que lleva fuera del poder, el dos veces ex Presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, cree que Brasil perdió espacio en la región al privilegiar una integración más global que vecinal. No obstante, frente a la creciente influencia que en la última cumbre del Mercosur mostró tener el jefe de Estado venezolano, Hugo Chávez, el ex mandatario se apura en señalar que Lula no puede enfrascarse en una confrontación con su par bolivariano, y que a largo plazo se demostrará que la ruta seguida por Brasil y Chile es más provechosa “que las retóricas neopopulistas”.

Una de las lecturas que se hizo de la cumbre del Mercosur es que Venezuela está poniendo en jaque la hegemonía de Brasil. ¿Qué opinión le merece?

En primer lugar, Brasil no debe estar buscando supremacía, no necesita eso. Tiene que buscar ami-

gos convergentes que puedan ser de utilidad para todos. Creo que lo de Venezuela es otra cuestión, tiene en

vez ¿qué rol debe ejercer Brasil para evitar que Venezuela coopte las izquierdas de la región?

**“Chávez va a ocupar el espacio de la izquierda populista y antiglobalismo. Brasil no tiene que entrar en competencia en ese terreno, porque pierde”.**

estos momentos un líder con capacidad mediática y que es portavoz de una visión contra la globalización y el capitalismo. Y la posición de Lula no puede ser ésta, porque el desarrollo productivo de Brasil es mucho más amplio que el de Venezuela, entonces Lula no puede ir en contra de la globalización. Así, Chávez tiene una ventaja sobre Lula.

¿No comparte que Venezuela está ganando liderazgo en el Cono Sur, histórico terreno de Brasil y Argentina?

Eso no significa un liderazgo, significa una expresión de los sentimientos que tienen eco mundial: estar contra del sistema capitalista. Eso no fue el ideal de Brasil, que se ha basado en su tamaño, en su economía, en su capacidad de negociación, y no en esta retórica anticapitalista. Sí creo que Brasil perdió algunos puntos, porque se ha enfocado más en el plano global, que en el regional. Por ejemplo, la búsqueda de una silla en el Consejo de Seguridad, no es que estuvo equivocada, pero creó conflictos regionales. El líder no compete, porque ahí nos metemos en un embudo.

Aunque usted considera más bien retórico el liderazgo de Chá-

Chávez va a copar el espacio de lo que se llama izquierda o populismo o antiglobalismo. Ahí Brasil no puede hacer nada, no tiene que entrar en competencia con Chávez en ese terreno, porque pierde. La visión de largo plazo es que el camino de Chile y de Brasil es más provechoso. No creo que Chile se haya equivocado, ni creo que Lula se haya equivocado. Eso tiene resultados positivos y a la larga va a contar más que las retóricas neopopulistas.

¿Brasil no hace una autocritica de haber permitido que el liderazgo de Chávez se expandiera?

**“Bachelet sufrió, sabe el valor de la democracia y no hace demagogia”.**

No quiero criticar al gobierno de Brasil, pero esto no hubiera sido posible si el gobierno actual hubiera tenido realmente más cuidado con la parte regional, así habría sido posible evitar que Chávez ganara un terreno tan fuerte. Ahora, no creo necesario un juego de suma

cero entre Brasil y Venezuela y no pienso que Chávez tenga esa visión. Chávez esta preocupado de su visión bolivariana y en una forma de solidaridad con el petróleo.

**Chile ha dicho que Brasil es su aliado ¿Tiene espacio junto a Brasil para jugar un rol moderador?**

Yo no creo que se necesiten ejes específicos para contraponerse a Venezuela, pero creo que la acción ponderada de Brasil, de Chile, Colombia, México, tiene fuerza para mostrar los límites de un eje que se pensaba como antiglobalización. Eso sí, hay que ver los límites políticos domésticos de los países.

**¿Ve a Chile con consenso interno para poner límites a Chávez?**

Creo que sí, pero no quiero sobreevaluar a Chávez. Chávez se dio cuenta que había una separación entre el pueblo y el gobierno y trató de llenarla y tuvo la suerte de que el precio del petróleo le dio plata. Después comenzó a tener gravitación más allá de Venezuela, pero tiene un desafío: hasta qué punto va a cambiar el sistema productivo de Venezuela, porque el petróleo así

como va bien, después cae.

**El Mercosur apoyó el ingreso de Venezuela al Consejo de Seguridad, ¿cómo ve esta posibilidad?**

Vamos a ver cómo se comporta Venezuela, quién sabe si aprovecha ese puesto para darse cuenta de que el mundo es más complicado que negro y blanco. Ahora si Venezuela es candidato al Consejo, los países del Mercosur tienen que apoyarlo.

**¿También los asociados, como Chile?**

No tienen muchos grados de libertad. Creo que hubiese sido mejor no tener esa opción entre Guatemala y Venezuela, un sí o no frente a EEUU. Ahora es una cuestión que le corresponde a Chile decidir.

### Desintegración

En Chile se ha cuestionado que Bachelet no tuvo la firmeza suficiente frente a Kirchner por la crisis del gas. ¿Cree que la Presidenta debió ser más enérgica?

Los contratos tienen que ser cumplidos, las palabras de los jefes de Estado tiene que ser mantenidas. El

error no es de la Presidenta, es de Argentina. Si Argentina dijo una cosa e hizo otra, la que se equivoca es Argentina. Es muy malo que otra vez estemos viviendo momentos de desintegración, porque quiebra la confianza y hace daño a los intereses de mediano plazo de la región que son de integración.

**En este panorama, ¿cómo ve la llegada de Alan García a la presidencia de Perú?**

Tuvo un desempeño ampliamente criticado, ojalá haya madurado. El riesgo grande que todos sintieron fue Humala y no Alan, ojalá Alan se dé cuenta de que esa es la cuestión, que no fue él quien ganó, fue Humala quien perdió, y que tenga la humildad para no seguir los impulsos populistas del pasado.

**“Venezuela tiene un líder con capacidad mediática, un portavoz contra la globalización”.**

## “Me gustaría que Lagos fuera otra vez Presidente”

**Usted conoció a todos los presidentes chilenos antes de que asumieran, no así a Bachelet. ¿Qué opina de ella?**

Apenas conozco a la señora Bachelet. Hace tiempo, cuando era ministra, estubo en Brasilia y almorcé donde yo estaba. Ella es Presidenta de un país como Chile -que no es feminista-, sufrió, sabe el valor de la democracia y no hace demagogia. Chile tuvo la suerte de tener una serie histórica de cuatro presidentes de un nivel muy por arriba del promedio.

**El primer año fuera del poder es el más duro para un ex presidente, ¿cómo ha afrontado Lagos estos meses?**

Lagos es una persona madura, sabe cómo comportarse. Tengo el honor de haberle pasado dos de las funciones que he ejerci-

do: las presidencias del Club de Madrid y del Interamerican Dialogue. En las dos lo propuse y le dije ‘cuidado, porque cuando uno sale del gobierno se aflige, porque piensa que no va a tener cómo ocupar su tiempo, y la verdad es lo opuesto’. Yo cometí ese error: tuve que viajar incesantemente, escribí tres libros, dos se han publicado y uno viene ahora. Hay que moderarse. Cuando se dice que después del gobierno viene un vacío, eso sólo ocurre cuando la persona es vacía. Lagos, en cambio, tiene mucho que hacer. En mi caso, desde que salí tomé la decisión que no volvería a tener posición electiva.

**¿Y Lagos está en su misma posición?**

No, porque él es mucho más joven que yo, tiene más tiempo. El puede elegir si va a seguir como figura pública, pero sin un rol partidario, o si va a tener un rol en la política electoral.

**¿Le recomienda volver el 2009?**

Depende cómo se sienta en ese momento y cómo esté el país. La primera pregunta es si hay alguien que pueda reemplazarlo. Si la hay, mejor que no vuelva. Yo fui Presidente dos veces, y al final estaba cansado.

**Pero Lagos podría tener un período de cuatros años de descanso.**

Además tuvo un período más corto que el mío y tiene uno entremedio, entonces, puede. A mí me gustaría que fuera otra vez Presidente.

# Agências asfixiadas

O governo Lula vem acumulando êxitos na sua política de reduzir cada vez mais a autonomia das agências reguladoras. Corta verbas, usa critérios políticos para preencher cargos técnicos e se vale de recursos jurídicos para impedir que as agências cumpram suas funções institucionais. A cada vitória de Lula corresponde um prejuízo para a economia e a sociedade brasileira, pois as agências foram criadas não apenas para garantir a estabilidade das regras para os investimentos privados em áreas antes ocupadas pelo setor público, mas também, é sobretudo, para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população, independentemente dos humores e conveniências do governo.

Há dias, ao aprovar parecer da Advocacia-Geral da União segundo o qual as decisões das agências reguladoras devem estar condicionadas às políticas definidas pelos ministérios aos quais estão vinculadas, o presidente da República limitou a autonomia que devem ter para executar essas mesmas políticas. Na prática, é como se essas agências, criadas como instrumento do Estado para assegurar a estabilidade das regras de funcionamento de empresas prestadoras de serviços públicos e fiscalizar sua atuação, se tornassem um órgão a mais do ministério.

O atual governo vem, há tempos, levando as agências à asfixia financeira, ao liberar-lhes apenas parcela ínfima dos recursos que, por lei, lhes deveriam ser transferidos. Reportagem publicada pelo *Estado* na

segunda-feira mostrou que, no ano passado, de R\$ 5,2 bilhões que cabem às seis principais agências do setor de infraestrutura, nada menos do que R\$ 4,4 bilhões, ou 84%, foram contingenciados. De acordo com o Orçamento da União, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) poderia dispor de até R\$ 2,62 bilhões, mas, desse valor, R\$ 2,36 bilhões foram retidos como reserva de contingência. Ou seja, sobraram R\$ 263 milhões. Mas a ANP gastou efetivamente R\$ 218 milhões, ou pouco mais de 8% do valor previsto no orçamento. Situação

## O resultado da sabotagem do governo tem sido desastroso

semelhante foi enfrentada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que, de um orçamento de R\$ 2,10 bilhões, utilizou apenas R\$ 204 milhões; e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que, de R\$ 184 milhões, gastou R\$ 98 milhões.

O governo Lula recorre à tramóia orçamentária para, condenando as agências à penúria financeira, gastar em áreas onde pode colher frutos eleitorais sem comprometer a meta do superávit primário. O contingenciamento dos recursos das agências, que por lei não podem ser aplicados em outras áreas, abre espaço para que, mantendo inalterado o superávit primário, o governo aumente outros gastos.

Outro mecanismo utilizado intensamente pelo governo pa-

ra cercear a autonomia das agências é a indicação de novos diretores de acordo com critérios meramente políticos. A politização de um órgão cujas decisões são de natureza essencialmente técnica é uma forma clara de controlá-lo. A presidência da ANP, por exemplo, é hoje ocupada pelo ex-deputado Haroldo Lima, indicado pelo PC do B, partido do presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo. Em outros casos, a disputa entre correntes políticas que apóiam o governo resulta na semiparalisação de algumas agências. É o que ocorre com a Anatel, que está sem presidente efetivo desde novembro, porque o cargo vem sendo reivindicado por alas do PT e do PMDB. O governo, ainda, retarda deliberadamente a indicação de nomes para substituir aqueles que, por exigência legal ou outro motivo, deixam as agências. Sem quórum, as agências adiam decisões.

O resultado dessa sabotagem sistemática é desastroso. Das 64 distribuidoras de energia elétrica, apenas 33 foram fiscalizadas, e ainda assim a fiscalização se limitou ao levantamento de dados utilizados na revisão tarifária, como admitiu a Aneel em documento datado de 2004. Avaliar a qualidade dos serviços prestados à população é praticamente impossível nesse quadro de penúria a que o governo levou as agências.

A política deliberada de estrangulamento das agências assusta os investidores, retarda a expansão de serviços essenciais para o crescimento econômico e para o bem-estar da população e pode resultar, no médio prazo, na degradação dos serviços hoje existentes.



**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o editorial intitulado “Lamentação de fachada”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 30 de junho do corrente.

O editorial trata da declaração do Presidente Lula de que “o Brasil é o único país em que as eleições impedem que a gente governe”. Segundo o editorial, “na realidade, o que o tem impedido de governar, supondo que tivesse apetite e aptidão para tal, é a obsessão

reeleitoral, que o acompanha e guia os seus passos desde que colocou os pés no Planalto”.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Lamentação de fachada

**E**videntemente sem se dar conta do sentido de suas palavras, o presidente Lula por pouco não disse na quarta-feira uma grande verdade. Falando numa side-rúrgica em Ouro Branco, Minas Gerais, afirmou que “o Brasil é o único país em que as eleições impedem que a gente governe”. Ele estava se queixando das restrições que a legislação eleitoral impõe aos detentores de mandatos executivos nos meses anteriores aos pleitos – algumas das quais, pelo visto, tratará de driblar, menos ou mais ostensivamente – como já vinha fazendo antes da oficialização da sua candidatura. Na realidade, o que o tem impedido de governar, supondo que tivesse apetite e aptidão para tal, é a obsessão reeleitoral, que o acompanha e guia os seus passos desde que colocou os pés no Planalto.

Se, nesses três anos e meio, o presidente tivesse dedicado à aprendizagem dos rigores do ofício uma fração do tempo que gastou fazendo turismo eleitoral pelo Brasil, não teria por que reclamar das limitações legais à ação dos governantes na reta final de seus mandatos. Quanto mais não fosse, 42 meses efetivamente dedicados à gestão da coisa pública, até para compensar a inexperiência do gestor, deixariam um saldo de realizações e iniciativas encaminhadas – não retóricas, mas reais – que o dispensariam de deplorar o que a lei em boa hora proíbe para ao menos moderar o uso espúrio dos recursos de poder dos dirigentes de turno.

Bem pensadas as coisas, porém, a lamentação é de fachada,

como, entre muitas outras, a notória inauguração de um pólo petrolífero no Estado do Rio, em um terreno que ainda não havia sido nem comprado, e que só começará a funcionar na próxima década. De mais a mais, a legislação não coíbe o escandaloso atrelamento do Bolsa-Família aos cálculos eleitorais de Lula. A inclusão de famílias carentes no programa – cerca de 1,8 milhão só este mês – segue o ritmo do calendário sucessório. Sem falar que o governo aumentou de R\$ 100 para R\$ 120 o patamar de renda mensal por pessoa que dá direito ao recebimento do benefí-

### As queixas do presidente Lula às restrições da legislação eleitoral

cio. O fato de 11,1 milhões de famílias já receberem o auxílio que varia de R\$ 15 a R\$ 95 por mês (conforme a renda e o número de filhos) não modifica a sua posição social, mas contribui decisivamente para o sacolão de votos do presidente.

E o melhor de tudo, para ele – segundo as suas próprias palavras –, é que “os pobres não dão trabalho”. Lula fez essa extraordinária confissão no mesmo dia em que se queixou da lei eleitoral, desta vez ao festejar o cumprimento antecipado da meta do Bolsa-Família para 2006, na cidade mineira de Contagem. Depois de o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, pedir que votassem no chefe (“A história vai assegurar mais quatro anos para que possamos consolidar e ampliar a política so-

cial”, ~~declamou~~), ele se pôs a falar dos pobres em um tom que soou como uma estranha combinação de piedade, condescendência e desdém – embora a sua intenção fosse falar mal dos ricos e dos setores organizados da sociedade. Pobres não aborrecem, foi o que quis deixar consignado.

“Não têm dinheiro para protestar em Brasília, alugar ônibus. Só vão à igreja rezar e pedir ajuda a Deus”, declarou. “Muitas vezes o pobre quer apenas um pão, enquanto muitas vezes o rico, cada vez que encosta perto, quer um bilhão.” Daí o prazer que disse experimentar ao fazer política para os pobres. Poucos truques eleitorais há de ser mais óbvios do que fazer voto de devoção aos pobres, mesmo de forma arrevesada, como nesse caso. Mas que importa? A cada dia, o candidato se mostra mais esquecido de que é presidente de todos os brasileiros e que um mínimo de circunspeção deve temperar o desfrute do poder – e a expectativa de um novo mandato. Aplica-se a ele, em todo caso, o dito de Churchill sobre a impossibilidade de enganar a todos o tempo todo.

Alguns que o conhecem de perto e se mantiveram fiéis às suas convicções falam do presidente em termos sombrios. O cientista político César Benjamin, fundador do PT e companheiro de chapa da candidatura do PSOL ao Planalto, Heloísa Helena, por exemplo, descreve um político que coloca instituições do Estado a serviço de seus interesses eleitorais e que “substitui os valores republicanos pela esperteza”. Isso, o País certamente se fartará de ver nos próximos três meses.



**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O PT patina”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de 31 de julho do corrente.

O autor, em seu artigo, destaca o envolvimento de petistas no escândalo dos sanguessugas e conclui que “o PT ainda está longe de ser a agremiação capaz de oferecer alguma tranqüilidade institucional a Lula num eventual segundo mandato”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo do jornalista Fernando Rodrigues seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## FERNANDO RODRIGUES

# O PT patina

**BRASÍLIA** - O PT só aparece com chances reais nas disputas para governador em Pernambuco, Acre, Piauí, Rio Grande do Sul e Sergipe. Apenas cinco Estados.

As possibilidades maiores de vitória são nas localidades menores —Acre, Piauí e Sergipe—, que concentram meros 3% de todos os eleitores do país. Não é nada não é nada, não é nada mesmo.

Mesmo que o PT prospere nas eleições pelos governos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, o que é para lá de incerto, estará então comandando 13,8% do total dos eleitores brasileiros. É difícil esse cenário mudar até outubro.

Ontem os jornais trouxeram mais uma carga de detalhes sobre os congressistas sanguessugas. Muita discussão sobre quem será prejudicado ou favorecido eleitoralmente com esse caso. Embora já esteja claro que governo e oposição têm culpa no cartório, é difícil imaginar que o PT tire algum proveito da crise. Na melhor das hipóteses, o

dano pode ser minimizado, com algum tipo de blindagem para Lula. Vamos agora ouvir à náusea que ele não sabia de nada e outras inverossimilhanças do mesmo jaez.

Em Pernambuco, o candidato petista ao governo local é o notório Humberto Costa, ex-ministro da Saúde. Por óbvio, ele nega envolvimento com os sanguessugas. Mas nessas horas vale uma das regras de ouro da política: tudo o que tem de ser explicado não é bom.

Ainda não está claro em que medida o advento dos sanguessugas atrapalhará as eleições para o Congresso, para os governos estaduais e para o restante da campanha de Lula. De novo, certamente ajudar o PT é que esse escândalo não vai.

Tudo para concluir que o PT ainda está longe de ser a agremiação capaz de oferecer alguma tranqüilidade institucional a Lula num eventual segundo mandato.

[frdriguesbsb@uol.com.br](mailto:frdriguesbsb@uol.com.br)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Os companheiros sanguessugas?”, publicado na revista **Época**, de 24 de julho de 2006.

O artigo destaca que a CPI das Ambulâncias divulgou uma lista com 56 Deputados e um Senador acusado de envolvimento com a máfia das sanguessugas, nome dado ao esquema de desvio de recursos do Orçamento Federal pela venda superfaturada de ambulâncias, ônibus escolares e equipamentos de informática. A lista foi preparada com base nas afirmações feitas em juízo pelo empresário, Luiz Antônio Vedoin, acusado de ser o chefe da quadrilha, e por meio de documentos entregues por ele à Justiça. Se-

gundo Vedoin, vários petistas estariam envolvidos no esquema, incluindo o ex-Ministro da Saúde, Humberto Costa. Vedoin afirmou que “o ministro o teria recebido no gabinete do Ministério da Saúde e que ele só teria liberado verbas para a compra de ambulâncias depois do acerto de pagamento de propinas”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Os companheiros sanguessugas?

**O empresário que confessou liderar o esquema acusa petistas e o ex-ministro Humberto Costa de envolvimento na máfia das ambulâncias**

ANDREI MEIRELES

**N**a semana passada, a CPI das Ambulâncias divulgou uma lista com 56 deputados e um senador acusados de envolvimento com a máfia das sanguessugas, nome dado ao esquema de desvio de recursos do Orçamento federal pela venda superfaturada de ambulâncias, ônibus escolares e equipamentos de informática. A lista foi preparada com base nas afirmações feitas em juízo pelo empresário Luiz Antônio Vedoin, acusado de ser chefe da quadrilha, e por meio de documentos entregues por ele à Justiça. Vedoin decidiu colaborar com a Justiça

em troca das vantagens oferecidas pela delação premiada. Na relação divulgada pela CPI, um fato chamou a atenção: não havia nenhum parlamentar do PT. Em seu depoimento, porém, Vedoin afirmou como operou com pelo menos um deputado e uma senadora petistas. E – mais importante – contou como teria conseguido, durante o governo Lula, liberar recursos no Ministério da Saúde para comprar as ambulâncias superfaturadas, em troca do suposto pagamento de propina a dirigentes do PT. **ÉPOCA** teve acesso a trechos das declarações de Vedoin. Com base neles, montou uma relação dos petistas colocados sob suspeita.

Segundo afirmou Vedoin, o esquema das sanguessugas, na gestão petista, começou a funcionar no Ministério da Saúde em março de 2003. Ele disse ter feito, na ocasião, um acerto com o então presidente do PT no Ceará, José Ailton Cirilo. O entendimento envolvia, afirmou Vedoin, a liberação pelo então ministro da Saúde, Humberto Costa, de R\$ 8 milhões para a Planam – empresa de Vedoin responsável pelas vendas superfaturadas. Vedoin disse que essa liberação seria o pagamento por cem ambulâncias compradas no final do governo Fernando Henrique. De acordo com o empresário, Cirilo cobrou e levou R\$ 400 mil pela intermediação.

## Os petistas sob suspeita

De acordo com Luiz Antônio Vedoin, esses são os dirigentes do PT envolvidos com as sanguessugas

### José Ailton Cirilo dirigente nacional do PT

Vedoin disse em seu depoimento que Cirilo era um operador de caixa. Ele teria recebido, em março de 2003, uma propina de R\$ 400 mil para liberar recursos no Ministério da Saúde.

### Humberto Costa ex-ministro da Saúde

Segundo afirmou Vedoin, o ex-ministro o teria recebido no gabinete do Ministério da Saúde. Ele teria liberado verbas para a compra de ambulâncias depois de acordo de pagamento de propina a Cirilo.

### Serys Slhessarenko senadora por Mato Grosso

Vedoin disse à Justiça ter pago R\$ 10 mil para a senadora em uma propina de R\$ 200 mil. O depósito, segundo Vedoin, teria sido feito na conta de um filho da senadora.

### Antônio Alves de Souza ex-chefe de gabinete de Humberto Costa

Vedoin disse em seu depoimento que Alves de Souza teria recebido uma propina de R\$ 200 mil para liberar recursos no Ministério da Saúde.

### João Grandão deputado federal por Mato Grosso do Sul

Segundo Vedoin, ele pagava ao deputado uma comissão de 10% sobre o valor das emergências apresentadas ao Orçamento para a compra de ambulâncias.

### Wellington Dias governador do Piauí

Vedoin disse que o governador teria participado de reuniões nas quais teria sido acertada a venda de ambulâncias pelo esquema ao governo do Piauí.

## O DELATOR

O ministro disse não ser possível realizar o pagamento dos R\$ 8 milhões

no depoimento à Justiça Federal de Mato Grosso. Depois, ele afirmou que o dinheiro teria sido liberado mediante propina

Vedoin disse à Justiça ter entregado, entre agosto e setembro de 2002, as ambulâncias antes mesmo de receber o pagamento do Ministério da Saúde. afirmou ter confiado que não ficaria na mão. Mas, segundo Vedoin, o dinheiro não saiu. Em 13 de fevereiro de 2003, um decreto do presidente Lula cancelou o pagamento das despesas empenhadas no ano anterior pelo governo FHC.

Para tentar evitar o prejuízo, Vedoin afirmou ter conseguido uma audiência com Humberto Costa, marcada com a intermediação do ex-deputado Benedito Domingos, do PP de Brasília. O ministro teria, na reunião, reiterado a impossibilidade de liberar o pagamento por causa do decreto de Lula. Dias depois, prossegue o relato em juízo, Vedoin diz ter sido abordado, durante um evento de prefeitos em Brasília, por dois intermediários: José Caubi Diniz e Raimundo Lacerda Filho. Eles se diziam, segundo Vedoin, representantes de Cirilo, que acabara de perder a disputa pelo governo do Ceará em 2002 como candidato do PT. No relato de Vedoin, os dois afirmaram ter tomado conhecimento dos problemas do empresário com o Ministério da Saúde por meio de Antônio Alves, chefe do gabinete de Humberto Costa. E, ainda segundo o relato, teriam apresentado uma solução para a pendência: Cirilo, um dos fundadores do PT, usaria sua influência com Humberto Costa para liberar os recursos. Em troca, diz Vedoin, Cirilo e seus amigos queriam receber 8% das verbas liberadas. Após uma negociação, a propina teria sido reduzida a 5%.

Segundo afirmou Vedoin, a liberação do dinheiro pelo Ministério da Saúde foi precedida de uma reunião com Cirilo num hotel de Brasília. De lá, os dois teriam seguido para a ante-sala do gabinete de Humberto Costa no ministério, onde Vedoin teria aguardado o resultado de uma conversa entre Cirilo e o ministro. Depois da reunião, Vedoin afirma ter sido informado por Cirilo que o dinheiro para a compra das cem ambulâncias seria liberado em quatro parcelas. A partir daí, relatou Vedoin, a cada depósito feito pelo governo federal nas contas de suas empresas, uma parte era transferida para os intermediários José Diniz e Raimundo Lacerda, também sobrinho de Cirilo.

O sucesso da parceria com os petistas, segundo disse Vedoin, teria estimulado novos negócios. De acordo com a contabilidade entregue pelo empresário à Justiça, só no ano de 2003 teriam sido pagos R\$ 867.778,02 em propinas para a turma de Cirilo. As cifras, segundo os investigadores da CPI e do Ministério Público Federal, podem ter sido ainda maiores. Vedoin informou à Justiça que teria havido entendimentos entre Cirilo e Humberto Costa para liberar outros R\$ 30 milhões para a compra de ambulâncias superfaturadas, com uma comissão maior - 15%.

Segundo disse Vedoin, os encontros entre Cirilo e Humberto Costa eram frequentes. Um deles teria ocorrido em julho de 2003, num hotel de Fortaleza. O empresário afirmou que, na mesma época, reuniu-se com prefeitos levados por Cirilo. Nessas reuniões, ele teria acertado fraudes em licitações no valor de R\$ 2 milhões. "Eu me recordo bem da data da conversa por causa do recibo de um pagamento de R\$ 22.431,38 a uma agência de turismo, para bancar os gastos do chefe de gabinete do ministro e de mais seis pessoas ligadas a ele", afirmou Vedoin no depoimento à Justiça.

ÉPOCA ouviu os acusados. O ex-ministro Humberto Costa, atualmente candidato do PT ao governo de Pernambuco, diz não se lembrar ao certo, mas não descarta ter conversado com Luiz Antônio Vedoin no ministério. Refuta, porém, toda a história contada pelo empresário à Justiça. "É pura fantasia", disse Costa. "Nunca conversei com José Aírton sobre ambulâncias. Se alguém pagou propina foi burro, porque a liberação do dinheiro não contrariava o decreto do presidente Lula."

Hoje, secretário de gestão participativa do Ministério da Saúde, o ex-chefe de gabinete Antônio Alves diz que não foi ao Ceará em 2003 e nem conhece os empresários e os supostos intermediários dessa negociação. "Sou funcionário de carreira", disse ele. "Orgulho-me de ser um ferrenho defensor dos recursos públicos. Se isso for verdade, alguém usou meu nome."

José Aírton Cirilo afirma conhecer Vedoin. Mas nega ter discutido com o empresário assuntos relacionados a ambulâncias. "Só lembro que ele me pediu ajuda para construir uma fábrica de carrocias no Nordeste", diz Cirilo. Na versão de Cirilo, Vedoin estava interessado em receber um financiamento do Banco do Nordeste. Petistas do Ceará integram a direção do banco. "Sou procurado por muita gente para resolver problemas, mas não sou lobista e nunca fiz negócios ilícitos", afirma Cirilo. Ele diz também ser adversário político do sobrinho Raimundo Lacerda. "Se há depósitos na conta dele, cabe a ele explicar", diz Cirilo.

Até março, Cirilo era diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Saiu do cargo para se candidatar a deputado federal. Segundo Vedoin, ele também

teria atuado em outras negociações com petistas graúdos. Uma dessas oportunidades teria ocorrido em 2005, quando Cirilo, na versão de Vedoin, teria intermediado dois encontros com o governador petista do Piauí, Wellington Dias, para tratar da venda das ambulâncias. O negócio, segundo Vedoin, destinaria R\$ 14 milhões do Orçamento da União à compra de ambulâncias pelo governo piauiense. "Eu iria receber R\$ 7 milhões", afirmou Vedoin em seu depoimento. "Mas o negócio não se concretizou porque fui preso."

Procurado por ÉPOCA, o governador disse nunca ter se encontrado com Vedoin. Chamou a versão do empresário de "fantasiosa". Segundo ele, o governo federal liberou R\$ 12 milhões para o Piauí comprar ambulâncias neste ano por meio de pregão eletrônico. "Isso evita fraudes", diz Dias. "E nossas compras são feitas diretamente nas montadoras, porque elas oferecem preços menores." Segundo a secretária de Saúde do Piauí, Tatiana Vieira, apenas sete ambulâncias foram compradas da empresa de Vedoin, no valor de R\$ 761.600. Mas, diz Tatiana, o negócio foi desfeito por causa da prisão dos chefes das sanguessugas. "Wellington Dias é meu amigo", diz José Aírton Cirilo. "Mas essas reuniões com Vedoin nunca ocorreram."

Luiz Antônio Vedoin confessou ter chefiado um esquema milionário de fraudes com dinheiro público. Só resolveu dizer o que disse depois que a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, rejeitou pedidos de *habeas corpus* e resolveu mantê-lo na prisão. Vedoin fez então um acordo com a Justiça Federal em Mato Grosso: em troca de entregar todos os envolvidos com a quadrilha, obter uma redução de pena. Suas afirmações são levadas a sério na Justiça e na CPI das Ambulâncias, porque vêm acompanhadas de uma extensa documentação. "Todo brasileiro tem direito a conhecer esse depoimento, um documento histórico", afirma o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), vice-presidente da CPI.

Além da suposta existência de petistas atuando de forma desonesta no Ministério da Saúde, suas afirmações sugerem um braço importante e graúdo do esquema das sanguessugas infiltrado no Executivo federal. Nenhum esquema de corrupção é bem-sucedido sem a participação de

PODIA SER	
40	
34	
10	
5	
5	
11	



quem cuida do cofre. Mas as investigações e as atenções da CPI têm se concentrado, até agora, apenas na identificação dos parlamentares.

Segundo afirmou Luiz Antônio Vedoin, há também parlamentares petistas implicados com o esquema. Ele entregou à Justiça um comprovante de depósito de R\$ 35 mil na conta de um genro da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Conforme disse Vedoin, essa quantia seria o pagamento da comissão pela obtenção do recurso relativo a emendas parlamentares de Serys no valor de R\$ 700 mil para comprar ambulâncias superfaturadas. "Isso é alucinação", afirma a senadora. "Não

tenho nada a ver com a empresa de meu genro." Vedoin disse também aos investigadores ter feito, em 2003, um acordo com o deputado João Grandão (PT-MS), para o pagamento de propina de 10% do valor das emendas obtidas para a aquisição de ambulâncias. Vedoin afirmou ter pago a João Grandão por meio de depósitos nas contas de assessores do deputado. "Isso não é verdade e não condiz com minha história política", afirma João Grandão.

Como os acusados negam peremptoriamente todas as afirmações feitas por Vedoin, elas devem ser encaradas com cautela até a conclusão das investigações. A CPI enfrentou um dilema quando deci-

diu publicar a lista de parlamentares supostamente envolvidos no esquema. Mas resolveu divulgar a relação em nome da transparência. Nos próximos dias, outros políticos também entrarão na relação de investigados. Só o aprofundamento da apuração do Congresso e dos investigadores da Polícia Federal e do Ministério Público Federal responderá se as declarações de Vedoin são verdadeiras. A CPI fará um primeiro relatório em agosto, em plena campanha eleitoral. Ele trará informações importantes para eleitores de todo o país. A grande maioria das supostas sanguessugas candidatou-se a um novo mandato, nas eleições de outubro. ■

Sem		O PT fez a Lula dez recomendações para evitar confusões na campanha da reeleição. Já tentaram controlar Lula antes. Nunca deu certo
1975/ 1976	sindicalista	Indicou Lula para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos, mas queria mandar na entidade
1994	presidente do PT	Recusou acordo com o PSDB e ordenou oposição ao governo de Itamar Franco
2003/ 2005	ministro da Casa Civil	Mandar no governo
2005/ 2006	ministro da Fazenda	Mandar no governo

## Pisca-pisca

A seca no Sul pode causar pane na distribuição de energia. Na quarta-feira, a luz oscilou em Brasília porque houve queda na transferência de eletricidade do Nordeste para o Sul.

Murilo Ramos

## Demolição

Depois de ler pesquisas em que Alckmin aparece como bom administrador, o PT vai iniciar a "desconstrução" do ex-governador paulista.

## Voto com malagueta

Quarto maior colégio eleitoral, com 5,7 milhões, a Bahia terá uma eleição polarizada. O governador Paulo Souto (PFL) representa 12 anos consecutivos de governos ligados a Antônio Carlos Magalhães. Jacques Wagner (PT) é a oposição.

**ÉPOCA** - Depois de tantos governos do PFL, como convencer o eleitor a continuar com vocês?

**Paulo Souto** - É justamente por essa experiência que podemos fazer mais

**ÉPOCA** - Mas desta vez a oposição se uniu contra o senhor.

**Souto** - Não mudou nada. Até ganhamos apoio de parte do PSDB.

**ÉPOCA** - O apoio de Lula

a Jacques Wagner não altera a eleição?

**Souto** - Para dizer que, com o outro no governo, ele trataria a Bahia melhor? Isso seria admitir uma discriminação política absurda.

**ÉPOCA** - O senhor tem chances?

**Jacques Wagner** - Logicamente. Eu sou o candidato eleito por 300 mil votos com apenas dois minutos de TV. Agora, reunimos o maior arco de

alianças desde o ano 2000 e teremos nove minutos.

**ÉPOCA** - Mas Alckmin é o outro lado.

**Wagner** - Por isso mesmo. O carisma está no lado da Bahia. Desta vez, um candidato sério será mais importante.

**ÉPOCA** - O apoio de Lula fará diferença?

**Wagner** - Ele virá à Bahia e dirá que sou seu candidato. Será importante para o segundo governo Lula ter apoio em Estados importantes.



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Livres com a ajuda do governo”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 18 de julho do corrente.

A matéria destaca que “o Ministério Público Federal denuncia interferência do governo federal na decisão judicial que libertou, no fim de semana, os 32 integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) que permaneciam presos na Papuda.” A interferência se deu de forma direta por intermédio da Ouvidoria Agrária Nacional e beneficiou os responsáveis pelo badernaço na Câmara dos Deputados que deixou 36 feridos e causou prejuízos da ordem de R\$106,5 mil aos cofres públicos.

Entre os “beneficiados” está o líder do Movimento, Bruno Maranhão, que já se colocou à disposição do Presidente Lula para atuar na sua campanha à reeleição.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## VANDALISMO

Justiça liberta sem-terra presos na Papuda. Procuradores alegam que decisão baseou-se em documentos enviados pela Ouvidoria Agrária Nacional. Segundo eles, interferência da União contraria Código Penal

# Livres com a ajuda do governo

MARCELO ROCHA  
DA EQUIPE DO CORREIO

O Ministério Público Federal denuncia interferência do governo federal na decisão judicial que libertou, no fim de semana, os 32 integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) que permaneciam presos na Papuda. Detidos desde 6 de junho, depois dos ataques à Câmara, os manifestantes deixaram a prisão no sábado, beneficiados por medida da Justiça Federal, e responderão a processo em liberdade. O grupo é acusado pelo MPF de crime contra a segurança nacional, formação de quadrilha, lesão corporal e dano ao patrimônio público.

Em nota divulgada ontem, a Procuradoria da República em Brasília afirmou causar “grande preocupação o fato de o governo federal haver interferido diretamente, por intermédio da Ouvidoria Agrária Nacional, órgão alheio à atuação processual penal da União”. De acordo com os representantes do MPF, a ouvidoria enviou documentos ao juiz do processo, providência não prevista no Código de Processo Penal. “A decisão, ademais, foi proferida com base também nesses documentos, aos quais o Ministério Público Federal não teve acesso”, acrescentou o comunicado. A nota do MPF, porém, não informou quais documentos foram providenciados pela Ouvi-

doria Agrária Nacional, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

### Badernaço

A Procuradoria da República em Brasília foi responsável pela denúncia contra os integrantes do MLST, responsáveis pelo badernaço que deixou 36 feridos e causou prejuízo de R\$ 106,5 mil aos cofres públicos. No dia do episódio, 582 pessoas chegaram a ser presas, das quais 32 permaneceram detidas até sexta-feira passada, entre elas o líder do movimento, Bruno Maranhão. Com base em investigações realizadas pela Polícia Federal, o MPF denunciou 116 pessoas, das quais 80 foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional (LSN), por ameaçar o funcionamento do Congresso Nacional.

A denúncia está nas mãos do juiz Ricardo Soares Augusto Leite, da 10ª Vara Federal em Brasília. Sem decisão sobre o recebimento ou não da peça de acusação, apresentada há uma semana, a Justiça resolveu libertar os 32 que continuavam presos. O que causou surpresa entre os procuradores da República Gustavo Pessanha Velloso, José Robalinho Cavalcanti, Vinícius Firmino, Livia Tinóco e Valtan Furtado, que assinaram a nota oficial divulgada pela assessoria de imprensa do órgão.

O cinco manifestaram preocupação quanto ao futuro do

processo na Justiça: “O Ministério Público Federal, a respeito da decisão que concedeu liberdade provisória aos denunciados no caso da invasão do MLST à Câmara, informa, primeiramente, que passa a ter grande preocupação quanto à efetividade e à tramitação do processo, pois a maior parte dos denunciados não comprovou possuir residência fixa nem ocupação lícita, e

A reportagem também procurou o ouvidor agrário nacional, Gecino da Silva Filho, mas a assessoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário informou que ele estava em viagem a serviço, no interior do país. Ainda de acordo com o MDA, o ministério se manifestará sobre o assunto somente após o recebimento da nota

oficial da Procuradoria da República. Desde que deixou a prisão, no sábado, o coordenador do MLST, Bruno Maranhão, está hospedado num hotel de Brasília, onde pretende reunir hoje de manhã a imprensa para uma entrevista coletiva.

COLABORARAM LEONEL ROCHA E LUIZ CARLOS AZEDO

PREJUÍZO  
**R\$106,5 MIL**  
foi quanto custou a invasão aos cofres públicos

prevê grandes dificuldades para citá-los e intimá-los.”

Por essa razão, o MPF não descarta adotar providências contra a medida que libertou os 32 militantes do MLST da prisão no último sábado. Aguardará apenas o acesso ao inquérito e documentos apresentados pela Ouvidoria Agrária Nacional para se decidir. Procurada pelo Correio, ontem à noite por telefone, a assessoria de imprensa da Justiça Federal em Brasília não foi localizada. Também não foram encontrados servidores no gabinete da 10ª Vara Federal.

### ENTENDA O CASO

## 115 indiciados

Os integrantes do MLST foram presos depois da invasão à Câmara dos Deputados, na tarde de 6 de junho. Eles foram levados para o Gêndio Nilson Nelson e, depois, no caso dos adultos, transferidos para o Complexo Penitenciário da Papuda. As autoridades policiais contabilizaram 582 detidos.

No dia seguinte, depois de iniciadas pela Polícia Legislativa, as investigações foram assumidas pela Polícia Federal. Foi mantida a prisão para 42 militantes, contra os quais foi possível individualizar a participa-

ção no episódio. No total, 115 manifestantes foram indiciados por crimes de lesão corporal simples e grave, formação de quadrilha e danos materiais e ao patrimônio público.

Depois de analisar a documentação reunida pela PF, a Procuradoria da República em Brasília decidiu denunciar 118 manifestantes, incriminando 80 deles também por crime contra a segurança nacional, por ameaçar o funcionamento do Congresso Nacional. As investigações ainda não estão encerradas.

**O SR. LUIZ PONTES** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Tem índio na Suíça?”, publicada na revista **Veja**, em sua edição de 2 de agosto do corrente.

A matéria destaca que o procurador Lucas Furtado, do Tribunal de Contas da União, pediu a abertura de uma investigação para saber qual é a justificativa da Funai para o gasto de R\$252 mil na compra de 235 bilhetes aéreos emitidos em nome do presidente da Fundação, Mércio Pereira Gomes. A matéria mostra que o procurador Furtado afirmou que “A Funai terá

de mostrar que todas as viagens foram feitas por razões profissionais”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada na íntegra como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# TEM ÍNDIO NA SUÍÇA?

**O presidente da Funai torra dinheiro público em viagens internacionais.**

**Ele gosta de preferir Genebra ao Rio de Janeiro.**

**O** antropólogo potiguar Mércio Pereira Gomes adora conhecer outras culturas. Há três anos, foi nomeado presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Desde então, tem viajado muito para ampliar seus conhecimentos sobre povos e etnias distantes. Seu principal objeto de estudo, no entanto, não têm sido as tribos do Alto Xingu ou de outras reservas indígenas. O que Gomes vem examinando com afincão são os hábitos dos moradores de Genebra, na Suíça. Para se aprofundar nessas análises, já visitou a cidade sete vezes desde que assumiu o órgão. Em média, dá uma passada por lá a cada cinco meses. No cargo, ele também esteve três vezes nos Estados Unidos, duas na Inglaterra e visitou cinco países da América Latina. No Brasil, seu destino preferido é o Rio de Janeiro, onde tem vários familiares. Gomes voou 118 vezes para lá. Tudo pago com dinheiro público.

O caso, revelado na semana passada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, levou o procurador Lucas Furtado, do

Tribunal de Contas da União, a pedir a abertura imediata de uma investigação. Ele quer saber qual é a justificativa da fundação para ter torrado 252 000 reais na compra de 235 bilhetes aéreos emitidos em nome de Gomes nos últimos 35 meses. “A Funai terá de mostrar que todas as viagens foram feitas por razões profissionais. Já sabemos que a maioria delas, no en-

tanto, ocorreu em fins de semana”, diz o procurador Furtado. Depois que seus passeios foram revelados, Gomes decidiu se recolher. Por meio de sua assessoria, afirmou apenas que todas as vezes em que viajou à custa da Funai esteve trabalhando. Curioso é o fato de ele ter mais trabalho a fazer na Suíça que no Amazonas, estado brasileiro com a maior concentração de índios.

As viagens de Gomes são mais um exemplo do desperdício de dinheiro na Funai. No ano passado, o órgão dispôs de um orçamento de 118 milhões de reais. Apenas 30% desse valor foi gasto diretamente com pajés, caciques e curumins. O grosso do dinheiro ficou nas mãos do homem branco. Cerca de 80 milhões de reais foram usados para manter a estrutura administrativa da fundação. O quadro de funcionários mostra, ainda, uma série de deficiências. Há mais de uma década sem realizar concursos, a Funai não conta com biólogos, ecólogos nem com linguistas. Não raramente, precisa recorrer a missionários evangélicos, para que sirvam como intérpretes em contatos com tribos afastadas. O órgão não responde mais pela saúde nem pela educação nas aldeias e não consegue garantir a proteção das reservas. Em vez de cuidar dos índios, a Funai é o paraíso de antropólogos como Gomes. ■

**Ele gosta de passear**

Em 2005, o presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, gastou R\$ 252 mil com viagens internacionais.

<b>VIAGENS INTERNACIONAIS</b>	<b>17</b>
Viagens internacionais	17 vezes
Viagens internacionais	3 vezes
Viagens internacionais	2 vezes
Viagens internacionais	1 vez
Viagens internacionais	1 vez
Viagens internacionais	1 vez
Viagens internacionais	1 vez
Viagens internacionais	1 vez
Viagens internacionais	1 vez
<b>VIAGENS AO RIO DE JANEIRO</b>	<b>118</b>
<b>VIAGENS A TERRAS INDÍGENAS</b>	<b>49</b>

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna para comentar a matéria intitulada “O MLST luta pelo comunismo”, publicada pelo **Jornal do Brasil**, em sua edição do último dia 12 de junho do corrente. A matéria traz uma entrevista com o Doutor em Geografia Humana, Professor Marco Antonio Mitidiero. Em sua tese de doutorado, *O MLST e as contradições da luta pela terra no Brasil*, o Professor narra que o movimento se caracterizava, já na data em que o trabalho foi publicado, em 2002, pela falta de transparência na política das finanças e pela facilidade como isolavam e expulsavam militantes que questionavam suas decisões.

O Professor diz: “A reforma agrária no governo Lula foi muito tímida, para não dizer um fracasso”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é para fazer o registro do artigo intitulado “A carne-seca não é tanta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 12 de junho do corrente ano.

No texto o jornal destaca a diferença entre o Brasil do Ipea, o real; e o Brasil imaginário, o do Presidente Lula. O Presidente fala de um Brasil que não precisa se preocupar com nada, graças, é claro, a seu Governo. Mas o Ipea não pode ignorar que o País cresceu menos do que devia, que perdeu muitas oportunidades e não fez o ajuste fiscal necessário. Por isso a advertência do Instituto é clara: “A agenda é pesada e urgente e o risco de ter que cumpri-la num ambiente menos favorável que o dos últimos dois anos é muito grande. Não é hora de superestimar o estoque de carne-seca”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado também seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Entrevista ■ MARCO ANTONIO MITIDIERO**

## ‘O MLST luta pelo comunismo’

O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), grupo que desfechou na semana passada o mais violento ataque ao Congresso, teve rachas internos pela falta de controle financeiro nas bases. É o que mostra a tese de doutorado *O MLST e as contradições da luta pela terra no Brasil*, de Marco Antonio Mitidiero.

O trabalho do professor, de 2002, narra que ex-dirigentes nacionais do MLST no Triângulo Mineiro já se caracterizavam pela falta de

transparência na política das finanças e pela facilidade como isolavam e expulsavam militantes que questionavam suas decisões.

Em entrevista ao **JB**, o pesquisador critica a precária situação dos assentamentos Brasil afora. Perguntado se o MLST receberia dinheiro de organismos internacionais ou de outros governos, o professor – que acompanhou o grupo durante três meses para preparar a tese – é taxativo:

– Nunca consegui obter essa informação.

**Marco Antonio Mitidiero**, doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), é professor de Geografia da Universidade Federal

da Paraíba. Fez mestrado também na USP, em 2002, com tese sobre o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)

**– O ato violento do MLST na Câmara dos Deputados é uma prática comum?**

– Não. Esse foi apenas o terceiro ato de manifestação mais radical do MLST durante os seus nove anos de existência. Se não me engano, em 1998, eles botaram fogo num carro de polícia durante uma reintegração de posse no Triângulo Mineiro. No ano passado eles ocuparam pacificamente o Ministério da Fazenda.

**– Segundo a sua tese, os coordenadores do MLST são oriundos do chamado “PT de Aço”, ala mais radical do partido. O movimento precisa de ações como a invasão da Câmara para atrair a atenção da mídia?**

– Por mais que eles tenham um discurso teórico de luta socialista-comunista, a sua prática assemelha-se muito às práticas dos outros movimentos. Ou seja, desenvolvem ações como passeatas, ocupações de latifúndios e de prédios públicos, marchas. Creio que o ato de terça-feira possui dois sentidos: o primeiro é o de chamar a atenção da sociedade civil e do governo para a existência desse movimento. Foi um grito de “existimos!”. O

segundo é na direção de sacudir a administração pública num ano eleitoral, no qual, muito freqüentemente, o governo pára. As políticas públicas de apoio aos assentados não caminham, a liberação de recursos é extinta e, principalmente, os atos de desapropriações desaparecem da pauta de ações do governo.

**– Quais são as principais diferenças entre o MLST e outros movimentos sociais**

**ligados à questão agrária?**

– São pequenas. O MLST produz um discurso mais radical de luta pelo socialismo e pelo comunismo, coisa que o MST deixou de fazer. Já o MST é um movimento inteiramente descentralizado e de dimensão nacional, organizado em 23 Estados da federação, possui várias instâncias hierárquicas e vários coletivos de decisões.

**– O MLST cobra “dízimo” de seus associados?**

– Não há uma cobrança deliberada de taxas por esse movimento. Há, sim, a possibilidade de receber contribuições dos assentados que ainda militam no movimento.

**– Qual é a relação do MLST com o atual governo petista?**

– O MLST andava meio apagado, antes da invasão, mas creio que esse fato esteja aliado a problemas internos e não a uma possível aproximação com o governo atual. A reforma agrária no governo Lula foi muito tímida, para não dizer um fracasso.

**– Qual é a verdadeira imagem que os trabalhadores rurais têm do MLST?**

– As famílias que entrevistei, são de ex-trabalhadores rurais que estão vivendo na miséria e que encontraram no movimento uma forma de lutar por terra e pela transformação das suas condições de vida.

**– A produção dos assentamentos do MLST é menor ou mais precária do que em outros assentamentos?**

– A atividade econômica segue a mesma realidade da maioria dos assentamentos do Brasil. Passam por graves problemas com a produção e comercialização dos produtos produzidos no lote, devido, principalmente, a dois fatores: as imperfeições das políticas públicas de apoio e créditos aos assentados e pelo desaparecimento da situação de movimento social depois da criação dos assentamentos.



# A carne-seca não é tanta

O Brasil é dono da carne-seca e não precisa temer os abalos no mercado financeiro internacional, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, celebrando mais uma vez a solidez da economia brasileira, uma condição sem precedente, segundo ele, propiciada ao povo por seu governo. Ele deve ter-se esquecido de transmitir a boa nova aos técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). As primeiras sete páginas de seu novo boletim conjuntural, divulgado na quarta-feira, são dedicadas principalmente a um balanço das oportunidades perdidas na fase de bonança internacional e dos desafios não enfrentados, principalmente na área fiscal.

Essa introdução contrasta fortemente com o relativo otimismo exibido nos capítulos seguintes, dedicados à avaliação das perspectivas para 2006. As projeções de crescimento econômico são melhores que as divulgadas no primeiro trimestre, mas o estoque de boas previsões logo se esgota.

O Brasil está menos vulnerável do que noutros momentos de instabilidade externa, reconhecem os economistas do Ipea, mas nem por

isso eles deixam de mostrar preocupação diante da piora do cenário internacional.

O esforço interno pode ter sido relevante, mas o quadro externo, argumentam, muito contribuiu para a melhora da situação do País. O comércio mundial expandiu-se rapidamente e os preços de muitos produtos brasileiros subiram. Além disso, houve financiamento barato e barato, num ambiente de baixa aversão ao risco.

Mas o Brasil cresceu menos do que podia nessa fase de bonança. Além disso, desperdiçou a oportunidade para resolver o mais grave problema de sua economia - o desequilíbrio das contas públicas. O governo terá de cumprir em condições menos favoráveis todas as tarefas não realizadas até agora. Será esse o primeiro e mais importante desafio para quem administrar o País a partir de 2007.

A política de crescimento já será mais complicada, se os prenúncios de piora do cenário externo se confirmarem. Com o risco país na faixa de 275 a 300 pontos, a margem de manobra para políticas expansionistas será bem menor do que até recentemente, quando aquele

indicador estava próximo de 200.

Será menor o espaço para redução dos juros internos - para mencionar apenas uma das consequências da mudança. A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada um dia depois do boletim do Ipea, realçou esse ponto.

Mas o governo não se limitou a postergar a solução do desajuste fiscal. Esse desequilíbrio tem aumentado e vem-se convertendo, segundo os autores do boletim, no "maior obstáculo" a uma expansão mais vigorosa da produção brasileira nos próximos anos.

De janeiro a abril, os gastos primários do governo central, isto é, suas despesas não financeiras, foram 7,5% maiores, descontada a inflação, que no período correspondente de 2005. Excluídas as transferências a Estados e municípios, aquela diferença chega a 8,7%.

Se essa tendência for mantida ao longo do ano e se o superávit primário (resultado sem os juros) for o programado oficialmente, o gasto primário do governo central, excluídas as transferências a Estados e municípios, chega-

rá a 18,8% do Produto Interno Bruto (PIB).

Se aquelas despesas primárias tivessem continuado no padrão de 2003, corresponderiam, neste ano, a 16,7% do PIB. Nesse caso, o setor público teria um déficit total, incluindo os gastos com juros, inferior a 1% do PIB. Mantida a tendência atual, dificilmente ficará abaixo de 2,5%. A piora do quadro fiscal vem de longe. Confirmadas as projeções, a despesa primária do governo central, incluídas as transferências a Estados e municípios, terá subido de menos de 14% para 23,2% do PIB. Os gastos previdenciários terão passado de 3,4% para 8,7% do PIB.

O País, portanto, continua a perder "uma oportunidade excepcional, propiciada por condições particularmente favoráveis ao crescimento", de resolver o problema fiscal. Ao longo desse período, a carga de impostos aumentou e a qualidade do gasto público deteriorou-se.

A advertência dos economistas do Ipea é muito clara: a agenda é pesada e urgente e o risco de ter de cumpri-la num ambiente menos favorável que o dos últimos anos é muito grande. Não é hora de superestimar o estoque de carne-seca.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Uma política claramente ineficaz”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 7 de julho do corrente.

O artigo em tela faz referência à atual formulação e condução da política externa brasileira. Segundo o artigo, “a atual política externa fracassa porque não só está em desacordo com a realidade, como não tem vigor para mudá-la”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## NOTAS & INFORMAÇÕES

# Uma política claramente ineficaz

**A**um jornalista que lhe pedia esclarecimentos sobre comentários feitos durante um debate sobre política externa, na terça-feira, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral do Itamaraty, desculpou-se: “Sou assim mesmo, obscuro.” Não é. A política que o embaixador Pinheiro Guimarães ajuda a planejar e a implementar é tudo, menos obscura. Seus pressupostos são de uma clareza meridiana. A globalização é um mal que ameaça a existência do Estado nacional, cuja função é orientar e conduzir – não como regulador, mas como agente principal – a vida política, econômica e social do país; e essa situação convém apenas aos ricos países industrializados do Norte, que agem como modernos colonizadores dos pobres países do Sul.

As ações da política externa, que decorrem cartesianamente daqueles pressupostos, são igualmente transparentes. Sendo os EUA os principais arautos e beneficiários da globalização, cabe ao Brasil organizar a resistência dos países do Sul contra a onda antinacional. Os meios para isso são as “alianças estratégicas” com países como a China, a Índia, a Rússia

e a África do Sul. As regiões prioritárias para a diplomacia são a África e a Ásia, além, é claro, a América do Sul. São esses os parceiros que os formuladores da atual política externa escolheram para alavancar a arrancada do Brasil rumo ao desenvolvimento econômico e à “emancipação” política.

Se essa política não funciona, não é por falta de clareza. É porque seus formuladores não conseguiram se libertar de preconceitos adquiridos nas décadas de 1950 e 1960 e continuam aplicando esquemas dogmáticos que já então estavam ultrapassados. Em resumo, a atual política externa fracassa porque não só está em desacordo com a realidade, como não tem vigor para mudá-la.

Porter uma política externa ideologicamente enviesada, o Brasil não tem acordos de comércio com seus principais mercados. O Mercosul se esgarça. A união da América do Sul é um simples papel. A Alca foi torpedeada pelo presidente Lula, que se vangloria de ter levado as negociações a um impasse logo em seu primeiro ano de governo. O acordo Mercosul-União Europeia está encruado. As

“parcerias estratégicas”, se resultaram em alguma vantagem, foi para os parceiros. E, para completar, vários vizinhos do Brasil estão fazendo acordos com os EUA, o que dificulta o nosso acesso aos mercados mais promissores.

O esquematismo dogmático impede que o embaixador Pinheiro Guimarães veja a realidade brasileira como ela é – e isso se reflete na política externa. No debate de terça-feira, por exemplo, ele fez duas afirmações dignas de um jejuno nas coisas do Brasil. “Se a indústria brasileira fosse competitiva, o Brasil seria um país desenvolvido”, foi a primeira. A segunda foi ainda mais surpreendente: “Se a população se alimentar bem, o Brasil não deve ser um grande exportador agrícola no futuro.” Basta acompanhar, mês a

mês, a balança comercial para se ter uma noção da competitividade da indústria brasileira. Apesar dos entraves estruturais – a começar pela taxa de juros e pela cotação cambial, passando pelas deficiências estruturais que formam o custo Brasil –, os superávits a favor do Brasil se sucedem. E não se pode dizer que a agricultura mais desenvolvida do mundo,

em termos de tecnologia de produção, não seja capaz de alimentar bem todos os brasileiros e ainda produzir resultados decisivos para a balança comercial. Note-se que o boom das exportações agrícolas coincidiu com os efeitos do Plano Real sobre o consumo interno de alimentos.

O problema não está na globalização ou na vocação imperialista dos EUA. Está no governo a que o embaixador Pinheiro Guimarães serve e na política externa que ele ajuda a implementar. Tornou-se artigo de fé, em Brasília, negar à indústria e à agricultura as condições necessárias para que os bons resultados até agora verificados se mantenham e ainda produzam mais divisas e empregos para o País. Em artigo publicado no *Estado* de quarta-feira, o economista Marcos Sawaya Jank mostra que o movimento de exportações mais dinâmico se dirige para o Hemisfério Ocidental, aí incluídos os EUA. De um déficit de US\$ 4,2 bilhões em 1996, passamos para um superávit de mais de US\$ 25 bilhões. É esse mercado, que consome produtos de alto valor agregado, que a política externa do embaixador Pinheiro Guimarães põe de lado por razões ideológicas, privilegiando os países mais pobres.

**O SR SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Na ida a Passo Fundo, clima de insatisfação”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 17 de julho do corrente.

A matéria mostra que produtores rurais exibiram faixas de protestos durante a visita do Presidente Lula a Passo Fundo para lançar a pedra fundamental de uma usina de biodiesel. O protesto reproduz toda a insatisfação do setor agrícola com o Governo do Pre-

sidente Lula, que nada fez pelo setor durante a crise que afetou a agricultura do País.

Sr. Presidente, requeiro, para concluir, que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento para que, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Na ida a Passo Fundo, clima de insatisfação

Produtores rurais exibiram faixas de protesto durante visita do presidente à cidade, atingida por crise e seca

• **Lisandra Paraguassú**

BRÁSILIA

Em Passo Fundo (RS), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sentiu na pele a insatisfação do setor agrícola com seu governo, no mês passado. Na chegada à cidade, onde lançou a pedra fundamental de uma usina de biodiesel, cerca de 500 donos de terras e funcionários de fazendas esperavam o presidente com faixas de protesto.

A comitiva presidencial passou correndo pelos agricultores, mas não deixou de notar dizeres como “Lula = Ali Babá” e “O nosso endividamento é o descaso do presidente Lula”.

Em uma cidade em que a economia gira basicamente em torno da produção agrícola, a conjunção de seca de dois

anos, quebra da safra e o alto endividamento dos agricultores praticamente parou a economia.

A maior queixa dos produtores é a de que, apesar dos anúncios de pacotes para a área, as dificuldades nos bancos impos-

---

## Lula tratou da crise e tentou amenizar a irritação

---

sibilitam o acesso ao crédito.

Embora sem citar o protesto em seu discurso, Lula tratou da crise agrícola. E tentou amenizar a irritação dos produtores. Disse que levou um susto ao saber que tinha seca no Rio

Grande do Sul, mas confiava que a situação voltaria ao normal. “Mas, muitas vezes, as coisas não acontecem sempre do jeito que a gente gostaria que acontecessem”, disse o presidente.

“Essa crise também não pode durar a vida inteira, essa crise vai terminar. Ora, à medida que a gente tem a combinação de seca no nosso País, à medida que a gente tem uma combinação de superprodução de determinados grãos no mercado mundial, nós sofremos um problema de baixa de preço, e aí muita gente perde”, afirmou Lula aos produtores locais durante a visita. Passo Fundo serviu de alerta ao Planalto sobre os custos políticos da crise no campo. ●



**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Golpe final da agricultura”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás, publicado no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 31 de julho do corrente.

A Senadora Lúcia Vânia, em seu artigo, faz uma crítica pertinente e oportuna à proposta do Governo que revisa os índices de produtividade das propriedades rurais, visando à ampliação do número de áreas passíveis de desapropriação para reforma agrária no País. Segundo a Senadora, “além de não reconhecer as questões econômicas enfrentadas pelo setor primário, a proposta exige a adequação imediata aos índices a partir da aquiescência do presidente Lula.

As regras estão sendo determinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, sem que sejam ouvidos o Ministério da Agricultura, a Embrapa e, especialmente, o Conselho Nacional de Política Agrícola, órgão colegiado do Ministério da Agricultura”.

Sr. Presidente, solicito que o excelente artigo de autoria da Senadora Lúcia Vânia passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Golpe final na agricultura

**LÚCIA VÂNIA**

*Senadora da República (PSDB/GO)*

**A** cisão entre o governo federal e os produtores rurais parece estar recebendo o golpe final. Se os pacotes de bondades editados pelo Palácio do Planalto para diminuir a crise enfrentada pelo campo não conseguiram acalmar os ânimos dos agricultores, a instrução normativa que revisa os índices de produtividade das propriedades rurais, que está dependendo unicamente da decisão do presidente Lula, será o golpe mortal no já estremecido relacionamento entre os dois lados.

Divulgada pela imprensa, pela primeira vez, em abril do ano passado, a proposta exige mais produtividade das propriedades rurais visando a ampliar o número daquelas áreas passíveis de desapropriação para reforma agrária no país. Segundo o próprio Incra, no entanto, existem hoje 58 mil grandes propriedades (acima de quinze módulos fiscais) detentoras de cerca de 134 milhões de hectares e classificadas,

quanto à produtividade, como “improdutivas” pelos índices que estão em vigor desde 1980.

A instrução normativa do governo foi recebida pelos produtores como inconsequente, por não prever as condições climáticas nem outras variáveis que ocorrem ao longo dos anos na agricultura e na pecuária, como comercialização, armazenamento e transporte, crédito disponível, taxas de juros, tributos, preços, mercados interno e externo, renda dos produtores, meio ambiente e as altas tecnologias, entre tantas outras que influem no setor primário.

Além de não reconhecer as questões econômicas enfrentadas pelo setor primário, a proposta exige a adequação imediata aos índices a partir da aquiescência do presidente Lula. As regras estão sendo determinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, sem que sejam ouvidos o Ministério da Agricultura, a Embrapa e, especialmente, o Conselho Nacional de Política Agrícola, órgão colegiado do Ministério da Agricultura.

Para sanar as incoerências da proposta do Executivo, apresentei, em junho de 2005, projeto de lei que estabelece prazo de dois anos para adaptação das propriedades rurais, em caso de culturas temporárias, e de cinco anos, em caso de culturas perenes e de exploração pecuária. Também propus que os indicadores de produtividade sejam fixados pelos ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, com a aprovação do CNPA, como determina a Lei 8.629/1993, em seu artigo 11. O projeto, em discussão na Comissão de Agricultura do Senado, também estabelece que o conceito de produtividade tenha por base estudos científicos e econômicos realizados pela Embrapa.

Sem interesse em ver minha proposta aprovada, a base do governo no Senado conseguiu retirá-la da pauta da Comissão de Agricultura. Desde novembro do ano passado o projeto está parado, apesar dos apelos do presidente da Comissão, senador Sérgio Guerra, para que seja devolvido e colocado em discussão.

A reforma agrária começou a ser implantada no Brasil muito antes do governo do presidente Lula, e deve continuar para garantir o benefício da terra para todos. Mas não pode prejudicar as propriedades rurais efetivamente produtivas, como o atual governo parece pretender com essa proposta.

Não pode haver divisão entre pequena, média e grande agricultura. Todos são elos de uma mesma cadeia produtiva. A agricultura familiar abastece o mercado interno, provocando, com a alta produtividade, a baixa do preço dos alimentos, especialmente os da cesta básica. O produtor que exporta, equilibra a balança comercial. Não é saudável, para a vida nacional, ou para a sociedade brasileira, que se coloquem em contraponto dois setores com atividades semelhantes e que trabalham de formas diferentes, naturalmente. Ambos contribuem para o desenvolvimento, gerando empregos, movimento no comércio, na indústria, na área social e na economia do Brasil.



**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, há algum tempo busco reservar espaço em meus pronunciamentos para a importância dos esportes. O meu interesse foi renovado pelos benefícios obtidos pela Alemanha por ter organizado a última Copa do Mundo.

Evidente que não se trata apenas dos aspectos estritamente esportivos. Os alemães, ao promoverem o último Campeonato Mundial de Futebol, conseguiram, ao fim e ao cabo, uma melhoria significativa em sua infra-estrutura esportiva – que será útil por décadas – e na infra-estrutura necessária para a promoção do evento, mas que será usufruída por toda a população alemã.

Assim, parece-me propício o momento para comentar o “Calendário Esportivo Brasileiro”, publicação do Ministério dos Esportes editada com o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Essa edição representa um fantástico avanço para aqueles preocupados com os esportes no Brasil. Pela primeira vez, afirmo sem ousadias, há uma ferramenta disponível para todos aqueles envolvidos com o planejamento de eventos esportivos. De um lado, tornam-se possíveis os contratos duradouros com patrocinadores. De outro, evita-se a sobreposição de campeonatos ou torneios.

O Calendário mostra-se, pois, como importante para a preparação do Brasil para os Jogos Pan-americanos, de 2007, a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro. É um esforço para que mostremos ao mundo que estamos determinados e prontos para realizar eventos esportivos de grande porte.

O Pan, é claro, é apenas um pequeno passo para a realização de Copas do Mundo ou Jogos Olímpicos em terras brasileiras. Tenho o sonho de poder assistir a jogos da seleção brasileira em Copa do Mundo em nosso País. Isso, é claro, sem falar de ver centenas de brasileiros disputando, em sua própria Casa, as mais diversas modalidades esportivas em Jogos Olímpicos.

Os benefícios são muitos. Como lembrei inicialmente, para que possamos realizar a contento tais eventos precisamos investir, e muito, em infra-estrutura.

Não falo apenas em estádios ou ginásios. Falo de investimentos em segurança pública, transportes, saneamento básico, habitação, hotelaria e outros segmentos correlatos.

Os benefícios de tais investimentos, como se pode perceber claramente, não se restringiriam somente ao tempo de realização dos eventos. Seriam duradouros e benfazejos para todos os brasileiros.

Além disso, para a obtenção de bons resultados esportivos é necessário formar atletas. Tal processo, infelizmente, não é rápido nem barato. É longo, custoso e demanda o esforço de gerações.

Em primeiro lugar, é preciso estimular a prática esportiva entre crianças e adolescentes. Um bom exemplo é o programa batizado “Segundo Tempo”, que beneficiou, até o presente momento, 1,4 milhão de jovens. Esse programa permite que, em horários em que não estejam freqüentando a escola, os jovens recebam orientação esportiva, reforço alimentar e escolar.

Em 670 municípios brasileiros, havia, em março último, 3.100 núcleos do Programa. Essa a semente que levará muitos e muitos jovens a se tornarem atletas de destaque nas próximas décadas.

Além disso, pensando em termos mais imediatos, há o patrocínio direto de Confederações esportivas e de equipes de atletas. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, está bancando, neste ano, um patrocínio de 9 milhões para a Confederação Brasileira de Atletismo.

Além disso, ainda nessa modalidade desportiva, a Caixa apóia um grupo mais restrito, de 30 atletas, que é a elite do atletismo brasileiro. Paralelamente, há um programa de aperfeiçoamento de técnicos e a busca de técnicos consagrados no exterior, que possam oferecer expertise suficiente para qualificar as próximas gerações de treinadores brasileiros.

Por fim, não se poderia deixar de lado os efeitos sociais do esporte. Um exemplo é o programa “Pintando a Cidadania”. Desenvolvido pelo Ministério dos Esportes, incentiva a contratação, por fábricas de materiais esportivos, de jovens em busca do primeiro emprego, trabalhadores com mais de 40 anos e pessoas com deficiências físicas. É geração de renda e de emprego por meio do incentivo ao esporte.

Enfim, há belas e produtivas iniciativas sendo levadas a cabo pelo Ministério dos Esportes e por seus parceiros, como a Caixa Econômica Federal. Tenho a certeza de que estão no caminho certo não apenas para produzir gerações de vencedores no esporte, mas, sobretudo, formar gerações de brasileiros vencedores na vida.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por estes dias o Presidente Lula assina decreto que ratifica termos do acordo celebrado entre o governo de Rondônia e o Ministério do Meio Ambiente, reduzindo para 50% a reserva legal de propriedades rurais, para fins de recomposição das áreas com deflorestamento superior ao previsto no Código Florestal.

Esse ato, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, põe fim a um longo e penoso processo marcado pelo descompasso jurídico verificado entre a lei estadual que instituiu o zoneamento sócio-econômico e ecológico de Rondônia e as normais federais existentes, como a Medida Provisória nº 2.166, que modificou o Código Florestal (de 1965) e o Decreto nº 4.297, de 2002, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE.

É preciso frisar que Rondônia, um dos Estados da Amazônia Legal, porção maior e mais rica do território brasileiro, foi o primeiro Estado a adotar o zoneamento.

Trata-se de valioso instrumento para ordenamento da ocupação territorial, planejamento das vocações econômicas e proteção dos sistemas naturais de biodiversidade frágil, necessários para uso da ciência e pesquisa.

Desde sua implantação, com custo superior a US\$20 milhões, o zoneamento sócio-econômico e ecológico de Rondônia a praticamente nada serviu, porque os sucessivos governos, ao invés de nele se inspirarem para construir políticas de desenvolvimento compatibilizadas com as vocações detectadas em cada uma das zonas traçadas por este instrumento, preferiram ignorá-lo.

Ignoraram anos de trabalho, de estudos fantásticos envolvendo a fauna, a flora, a geografia, os recursos hídricos, recursos minerais, solo etc.

Muito pior foi feito: com apoio de parte da mídia e dos que apostam na riqueza e lucro fáceis, na falta de consciência sobre o que é e para que serve a floresta, incutiram a idéia de que o zoneamento é um grande empecilho ao desenvolvimento e crescimento econômico de Rondônia.

Nunca se respeitou o que pode e o que não se pode fazer nas diversas áreas traçadas. Atividades repressivas de fiscalização também nada resolveram.

Apenas os pequenos produtores são demonizados, punidos, quando o que querem é apenas sobreviver.

Estudo recente do Imazon aponta Rondônia como o Estado da Amazônia que menos protege suas Áreas Protegidas, a maioria criada entre 1993 e 2002, durante a vigência do Planafloro, sustentado pelo Banco Mundial e Governo brasileiro.

A criação dessas áreas é uma estratégia efetiva de proteção da floresta, uma barreira para conter o desmatamento. Sem elas, possivelmente a situação de Rondônia, que apresenta 1/3 da cobertura florestal original desmatada, seria muito pior.

Em muitas destas áreas ocorreram conflitos advindos da ação fundiária anterior, transformando Rondônia num caldeirão de ações judiciais demandadas por Ongs e pelas próprias instancias do poder público que não se entendiam.

Vidas humanas foram sacrificadas, e muitos que migraram para Rondônia se desesperaram.

Pois bem, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, criadas no momento de se produzir a segunda aproximação do zoneamento, instrumento financiado pelo Planafloro, estas áreas têm sofrido agressões sistemáticas.

São 84 as Áreas Protegidas decretadas no Estado, das quais 20 são Terras Indígenas; 15 são Unidades de Conservação à proteção integral e 49 são Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Até 2004, segundo o Imazon, o desmatamento havia atingido 6,3% das áreas protegidas em Rondônia, enquanto a média na Amazônia é de 1,7%.

Ora, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, são 49 as Unidades de Conservação de Uso Sustentável! São unidades de uso direto!

Isso quer dizer que é possível a exploração e o aproveitamento econômico dos recursos naturais. Contudo, deve ser de forma planejada e regulamentada.

A verdade é que o Estado pouco ou quase nada se mexeu para tirar proveito do potencial dessas áreas, para ensinar trabalhadores a investir na natureza. Não fiscaliza a degeneração perpetrada contra nossas riquezas naturais e muito menos elabora propostas e destina investimentos para uso racional das unidades de conservação.

Vale salientar que a maioria delas – 52 – é administrada pelo Estado. Apenas 12 são de competência do Governo federal.

Falo aqui das Áreas de Proteção, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, para ilustrar que não apenas a vocação

agrícola está contemplada no zoneamento – zona 1, região central de Rondônia –, cerne principal da demorada negociação para compatibilizar a lei estadual com a federal, considerando que nosso Estado construiu pioneiro instrumento, tendo sofrido maciça migração anterior.

Nossos produtores rurais desmataram muito mais do que os 50% previstos no Código Florestal e estão muito longe do que dita a MP nº 2.166 – obrigatoriedade de preservação de 80% da reserva legal das propriedades situadas na Amazônia.

Feito o Acordo de Cooperação entre a União e o governo de Rondônia, em 2004, para o qual muito se empenhou nossa bancada federal, aprovaram-se mudanças na lei estadual do zoneamento, inserindo-se dispositivos para a recomposição da reserva legal no Estado.

Após longa análise pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente e Conselho Nacional de Agricultura chega-se à etapa em que o Presidente Lula reconhecerá, por meio de decreto, a reserva legal de 50% para fins de recomposição.

Vejo com otimismo este ato. Descortina-se a possibilidade de os nossos pequenos agricultores terem acesso a novos créditos, a novas atividades advindas da tarefa de recomposição, como a produção de espécies florestais de grande valor para indústria.

Está prevista no Acordo de Cooperação a criação, pela União, de novas modalidades de crédito para recomposição da reserva legal e Áreas de Proteção Permanente e implantação, em parceria com o Estado e municípios, de um Programa de Recuperação de Reserva Legal para os produtores com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Se cada instância de poder realmente fizer a sua parte que lhe cabe no Acordo todos ganharão, especialmente nossos produtores, cansados da falta de seriedade, da falta de política agrícola definida, da falta de assistência técnica, cansados do abandono, da omissão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com satisfação – mas também com preocupação – que trago a esta Casa informações sobre o desenvolvimento no meu Estado de uma atividade

da mais alta relevância para a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento do nosso País.

Ao longo dos últimos anos, vem se expandindo no coração do Rio Grande do Sul um complexo de instalações, laboratórios e recursos humanos voltados para as ciências espaciais.

Com o indispensável apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), da Agência Espacial Brasileira (AEB) e desta Casa foram implantados o Observatório Espacial do Sul, na cidade de São Martinho, e o Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, na cidade de Santa Maria. Eu e muitos dos Srs. Senadores aprovamos emendas de comissão e emendas de Bancada que permitiram o avanço dessas atividades.

O Observatório Espacial do Sul encontra-se hoje em plena operação, em conjunto com a Universidade Federal de Santa Maria.

Dezenas de pesquisas, teses e dissertações se desenvolvem continuamente naquele local, privilegiado pela natureza para observação e estudo de diversos fenômenos.

Sua localização no núcleo da anomalia Magnética do Atlântico Sul permite que lá se realizem observações que só são possíveis em dois outros locais na face da terra: no Pólo Sul e no Pólo Norte.

Nessas instalações, que são as mais meridionais do nosso País dedicadas às Ciências Espaciais, também se realizam as medidas de monitoramento da Camada de Ozônio, atividade essencial para a proteção da vida na face da Terra.

Muitas outras observações importantes são realizadas ali.

Dezenas de missões científicas de vários países têm vindo instalar seus equipamentos naquele local privilegiado, somando seus esforços aos dos grupos de pesquisa locais. Já estiveram na região japoneses, ucranianos, canadenses e estadunidenses, entre outros.

O Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, com seus prédios construídos, em comodato, no **campus** da Universidade Federal de Santa Maria, reúne os recursos humanos que tornaram possível esses avanços. Com 90% de suas instalações concluídas, o Centro já abriga alguns grupos de pesquisa da Universidade, carecendo de muito poucos investimentos para sua conclusão.

Numa integração perfeita entre estudantes, professores e pesquisadores, projetos, teses e dissertações vão se concretizando.

Um dos resultados mais fantásticos atingidos com este trabalho diz respeito ao despertar dos novos talentos para as Ciências Espaciais. Mais de 25% dos estudantes que concluíram seu Mestrado ou Doutorado em Geofísica Espacial no INPE, em São José dos Campos, tiveram sua iniciação científica em Santa Maria.

Na condução destes esforços tem estado o Dr. Nelson Schuch, pesquisador do INPE e incansável lutador pelo desenvolvimento das Ciências Espaciais no Rio Grande do Sul.

Até 2001 o apoio da direção do INPE e de vários dos seus pesquisadores esteve sempre presente.

Ao longo do tempo, vem crescendo continuamente o apoio ao Centro por parte dos pesquisadores, mas é importante registrar que parcela dos que comandam a pesquisa espacial neste país tem feito um boicote sistemático ao desenvolvimento das instalações de Santa Maria.

Funcionários administrativos e pesquisadores têm sido aliciados e retirados do Rio Grande do Sul. Novos concursos públicos para admissão de funcionários contemplam vários setores do INPE, mas omitem sistematicamente o Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais. As instalações para Rastreo e Controle de Satélites na região – consideradas estratégicas para o País, pois permitiriam o acompanhamento de satélites até a Patagônia – passaram a ser consideradas supérfluas. Alegou-se que as instalações Argentinas de Córdoba poderiam prestar o serviço para o Brasil. Um verdadeiro absurdo. Depois foi dito que as instalações de Cuiabá seriam suficientes. O que se viu, como já abordou a coluna da jornalista Ana Amélia Lemos, no jornal **Zero Hora**, é que um incidente com o satélite CBERS-2 deixou o Brasil sem observação própria de todos os Estados do sul do País até 2007.

Isso não teria ocorrido se as instalações de Santa Maria não tivessem sido boicotadas.

Para completar o cerco àquela unidade, a direção atual do organismo oficial responsável pela área insiste em atacar o pesquisador que lidera o processo. Iniciou um arremedo de sucessão, incentivando e explorando vaidades, para encontrar um preposto dócil que concorde com essa desmobilização. Uma atitude lamentável. Simultaneamente, ao regular a execução

orçamentária deste ano, retirou qualquer iniciativa da subunidade de Santa Maria, concentrando as decisões mais elementares em São José dos Campos, com o claro objetivo de fazer terra arrasada de tudo que foi conseguido e dos projetos em desenvolvimento.

Por todas essas razões, assinei, junto com os Senadores do meu Estado, o Governador, o Presidente da Assembléia Legislativa e Lideranças locais, manifestação à Casa Civil para pôr um fim a esta discriminação.

Afinal, a Região Sul do país é a única que não dispõe de Instituto de Pesquisa do MCT, contrariando a política do próprio Presidente da República, que tem defendido a descentralização da pesquisa no País.

A Agência Espacial Brasileira, e não o INPE, é que deve fixar a política na área espacial, não havendo nenhuma superposição de atribuições com o surgimento do novo Instituto na área.

Podemos, portanto, facilmente transformar as atuais instalações na região num novo Instituto do MCT e permitir que esta atividade tenha seu curso natural.

É necessário, urgentemente, que o Presidente da República declare a intenção de instalar a nova unidade de pesquisa do MCT e entremos no processo de transição, a exemplo do que já foi feito em outras áreas para o Nordeste Brasileiro.

Não faz nenhum sentido substituir o líder dessas ações antes que esteja definido o novo *status* e consolidar as instalações de pesquisas espaciais na região.

É essa a comunicação, a denúncia e apelo que deixo registradas e trago ao conhecimento desta Casa, juntamente com um chamamento à Casa Civil da Presidência da República para que dê uma resposta ao ofício dos três Senadores da República, do Governador do Estado, do Presidente da Assembléia Legislativa e dos Prefeitos da Região para que sejam estabelecidas as condições necessárias ao desenvolvimento dessas importantes atividades para o Estado e o País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 8 minutos.)*



**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 184 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E:**

I - Designar o servidor Adalberto José Carneiro Filho, matrícula 43385, *para integrar, como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 021/99-DGER.*

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2006.

Brasília, 02 de agosto de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 185, de 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE:**

I – Reconduzir, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 66, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de implementar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no banco de dados do histórico funcional e pagamento da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e implementar a migração desses dados para o novo sistema de recursos humanos.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 03 de julho de 2006.

Senado Federal, 03 de agosto de 2006.

(JBSC030706)

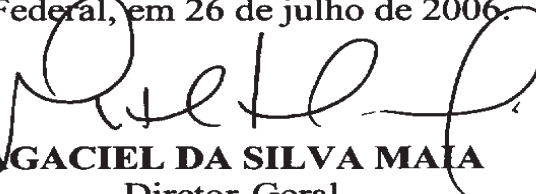
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1498, DE 2006 (\*)**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011097/06-0**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JURANDIR BATISTA RODRIGUES**, matrícula n.º 194624, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Demóstenes Torres, a partir de 30 de junho de 2006.

Senado Federal, em 26 de julho de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

(\*) Republicado por haver saído com incorreções no BAP-3531, de 27-07-2006


**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1556 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011843/06-3**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VITOR RIBEIRO MOURA**, matrícula n.º 179751, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Carla

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

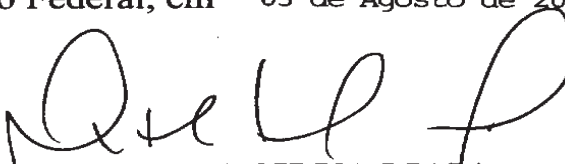
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1557, DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011883/06-5,

**R E S O L V E** exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **BENEDITO CAVALCANTE TORRES**, matrícula n.º 161205, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Roseana Sarney, a partir de 02 de agosto de 2006.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Carla

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

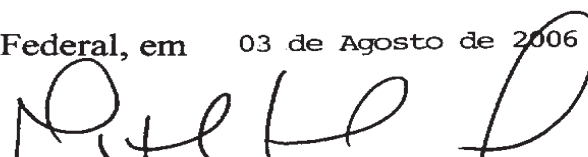
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1558, DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010984/06-2,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ZOROASTRO PENHA SANT'ANNA**, matrícula n.º 194030, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 01 de agosto de 2006.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Amanda

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1559 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011720/06-9**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **KALINKA TAVARES IAQUINTO**, matrícula n.º 179027, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Carla



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1560 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010988/06-8**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, da servidora **ERIKA BARRETO PEREIRA**, matrícula n.º 197777, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 03 de Agosto 2006

Elaborado por: Amanda



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



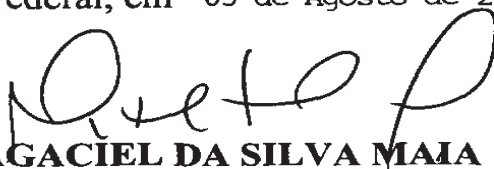
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1561 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º 011729/06-6,

**R E S O L V E** alterar a lotação da servidora **NELI MARCIA FERREIRA**, matrícula nº 187050, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Liderança do Governo para o Gabinete do Senador Aloizio Mercadante.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Minuta elaborada por Carla

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

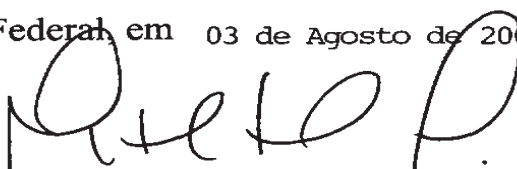
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1562 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º 011773/06-5,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, do servidor **PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS**, matrícula n.º 194107, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-3, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Alvaro Dias para o Gabinete do Terceiro Suplente de Secretário.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Carla

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

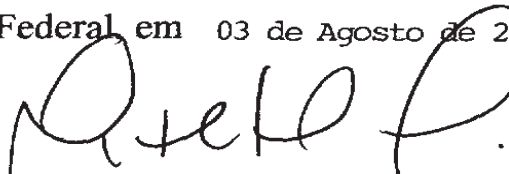
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1563 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º 011728/06-0,

**R E S O L V E** alterar a lotação do servidor **PAULO SÉRGIO RIBEIRO ALVES**, matrícula nº 187140, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Liderança do Governo para o Gabinete do Senador Aloizio Mercadante.

Senado Federal em 03 de Agosto de 2006

Minuta elaborada por Carla

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

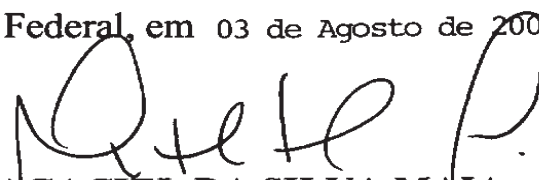
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1564 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º 011834/06-4,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, da servidora **LUCIANA VIEIRA PAIM**, matrícula n.º 164139, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Carla

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1565 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **011862/06-8**,

**R E S O L V E** alterar a lotação do servidor **JOSÉ ALBINO DE MELO**, matrícula nº 189689, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do Governo para o Gabinete do Senador Aloizio Mercadante.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Minuta elaborada por Carla

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1566 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **011863/06-4**,

**R E S O L V E** alterar a lotação do servidor **JOÃO SALUSTIANO DE SOUZA JÚNIOR**, matrícula nº 172331, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante para o Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Minuta elaborada por Carla

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1567 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010987/06-1**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, do servidor **RAFAEL ALLIEVI FIGUEREDO**, matrícula n.º 197832, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Amanda



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1568 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010985/06-9**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, do servidor **TARCÍSIO ARAÚJO DE SÁ SANTOS**, matrícula n.º 194790, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Amanda



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1569 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010986/06-5**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, do servidor **FRANCISCO MAURÍCIO DE SÁ SANTOS**, matrícula n.º 177924, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Amanda



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1570 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011762/06-3**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SILDEMAR SÍLVIO SCHADECK** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flávio Arns.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Carla



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1571 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011742/06-2**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EZIKELLY SILVA BARROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Alberto Souza.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Carla



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1572 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011771/06-2**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NILSON MONTEIRO MENEZES** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alvaro Dias.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Carla



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

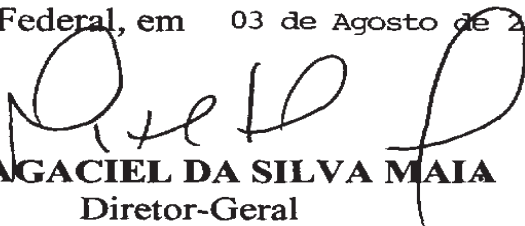
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1573 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011772/06-9**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **OSCAR BATISTA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Terceiro Suplente de Secretário.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Carla

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

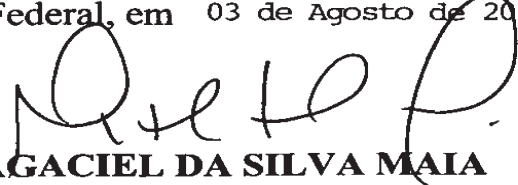
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1574 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011774/06-1**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADENIR DOS SANTOS BASSO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Terceiro Suplente de Secretário.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006

Elaborado por: Carla

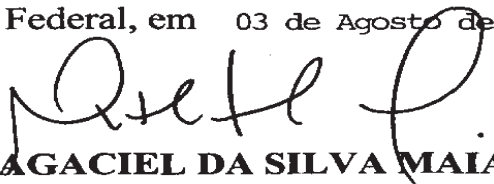
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1575 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011568/06-2**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ APARECIDO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1576 , de 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 4.664/06-0,

**RESOLVE** aposentar, por invalidez, a servidora **MARIA EUGÊNIA SOARES DE CASTRO**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I e § 3º da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 186, inciso I e § 1º, da Lei nº 8.112/90, com proventos integrais calculados com base na Lei 10.887/2004, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 03 de Agosto de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1577 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011726/06-7,

**RESOLVE** dispensar a servidora **ROSILANE DO CARMO ROCHA**, matrícula 38729, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Luiz Otávio, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, a partir de 01 de agosto de 2006.

Senado Federal, 03 de Agosto de 2006

Elaborado por Jorge Macedo

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1578 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011727/06-3,

**RESOLVE** dispensar a servidora **SOLANGE AMORELLI RIBEIRO PEREIRA**, matrícula 35650, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 01 de agosto de 2006.

Senado Federal, 03 de Agosto de 2006

Elaborado por Jorge Macedo

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 1579 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011596/06-6,

**RESOLVE** designar o servidor **MÁRIO FRANCISCO DOS SANTOS**, matrícula 7022, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 28 de julho de 2006.

Senado Federal, 03 de Agosto de 2006

Elaborado por Jorge Macedo



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1580 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

**RESOLVE**

designar a servidora **FRANCISCA MARIA DANTAS**, matrícula nº 28116, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, com lotação e exercício na Secretaria de Assistência Médica e Social.

Senado Federal, 03 de Agosto de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**


**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1581 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

**RESOLVE**

designar a servidora **VANESSA APARECIDA DE SOUZA**, matrícula nº 42265, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, com lotação e exercício na Secretaria Rádio Senado.

Senado Federal, 03 de Agosto de 2006



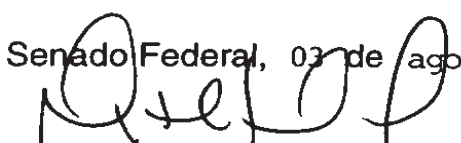
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1582 , de 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

**Designar** o servidor **PAULO CÉSAR GUIMARÃES SILVA**, matrícula 26284, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE DO DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**, Símbolo FC-7, terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2006.

Senado Federal, 03 de agosto de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1583, de 2006.**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

**Dispensar a servidora MARIA JOSÉ TENÓRIO LOPES DA SILVA**, matrícula **30147**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **CHEFE DE SERVIÇO**, símbolo **FC-7**, do Serviço de Remessas Postais, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e **designá-la** para exercer a Função Comissionada de **ASSISTENTE DO DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**, símbolo **FC-07**, terceiro turno, com efeitos financeiros **a partir de 1º de agosto de 2006.**

Senado Federal, 03 de agosto

de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

(JBSC020806)

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1584, de 2006.**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

**Dispensar o servidor MANOEL TEIXEIRA NETO**, matrícula **21961**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **TÉCNICO LEGISLATIVO**, símbolo **FC-6**, da Diretoria Geral, e **designá-lo** para exercer a Função Comissionada de **CHEFE DE SERVIÇO**, símbolo **FC-07**, do Serviço de Remessas Postais da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno de trabalho, com efeitos financeiros **a partir de 1º de agosto de 2006.**

Senado Federal, 03 de agosto

de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

(JBSC020806)



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
PFL – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

PMDB – João Alberto Souza\*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney\*\*

### Pará

PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

PMDB – Iris de Araújo\*<sup>S</sup>  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros\*  
PFL – Jonas Pinheiro\*\*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

PMDB – Ney Suassuna\*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PMDB – José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

### Piauí

PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa\*\*

### Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen\*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan\*\*

### Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – João Tenório\*\*<sup>S</sup>

### Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves\*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

PSDB – Alvaro Dias\*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

### Acre

BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PTB – Antônio João\*\*<sup>S</sup>  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque\*\*  
PFL – Paulo Octávio\*\*

### Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro\*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

PMDB – José Sarney\*  
PMDB – Gilvam Borges\*\*  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



# **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**

**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotônio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)



**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br



**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho <sup>4</sup> (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) <sup>3</sup>		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges <sup>2</sup>	AP	1717
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko <sup>2</sup> (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
<b>Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)				2051	

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

<sup>4</sup> Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO** <sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

<sup>4</sup> Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) <sup>3</sup>	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

#### **BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

#### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RJ)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

#### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

#### **PDT**

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

#### **PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

#### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

#### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

#### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

#### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

#### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

#### **PTB**

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

#### **PL**

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

#### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  ALVARO DIAS PSDB-PR
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ALCEU COLLARES PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 9.6.2006

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.





SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com  
atualização periódica, sobre  
temas diversos da legislação  
brasileira.



**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**

## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 202 PÁGINAS**